



O Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, quando fazia a sua comunicação ao País

## NÃO REGRESSAREMOS AOS AMBIENTES CONTURBADOS DE 1926

— garantiu Vasco Gonçalves na sua comunicação ao País

«É aqui que eu me sinto em minha casa. Entre as Forças Armadas e o nosso Povo». Estas foram as primeiras palavras de uma importante comunicação feita ao País pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, a partir de uma sessão de dinamização do M.F.A. ontem realizada no Sabugo, no salão de uma modesta colectividade local, onde estiveram também presentes os capitães Vasco Lourenço e Pinto Soares, major Pereira Pinto e comandante Contreiras da Comissão Coordenadora, e ainda o brigadeiro Otelo Saraiya de Carvalho.

Humanismo, honestidade, visão clara dos problemas e correcta perspectiva revolucionária no sentido mais digno deste termo, caracterizaram as palavras do brigadeiro Vasco Gonçalves, que durante cerca de uma hora e meia traçou um panorama da conjuntura político-social e económica do País, apontando os caminhos a seguir.

A sua facilidade de comunicação com o povo e a evidente honestidade que ressalta de todas as suas palavras galvanizaram uma assistência consti-

tuida por povo verdadeiro e por verdadeiros trabalhadores.

«Venho aqui a uma sessão de dinamização das Forças Armadas porque quero manifestar publicamente quanta esperança e quanta confiança nós temos nesta acção cívica desenvolvida pelas F.A., desenvolvida em particular no seio da classe trabalhadora.

«Nós não vimos aqui com intuítos paternalistas. Não vimos trazer-vos a verdade e a solução dos vossos problemas. Vimos aqui aprender convosco. É no contacto directo com as populações que as F.A. avaliam as suas necessidades concretas.»

Referiu-se a seguir aos contactos dos militares com o povo, o que lhes permite quando regressam voltarem mais conscientes.

«O povo português tem hoje uma oportunidade rara de ver à sua frente um futuro que tem de ser construído pelo próprio povo em conjugação com as F.A. Para esse futuro nós fizemos o 25 de Abril. Procurámos dar os passos que necessários foram para que, de facto possamos construir no nosso país uma verdadeira democracia política, económica e social. Consideramos que é uma missão fundamental das F.A. vir aqui até vós. Todos os militares, desde o oficial ao modesto soldado antes de mais é um educador, mas os educadores têm que aprender com os outros que procuram educar. Com aqueles que procuram ensinar. Só assim desempenharão eficazmente as suas funções de educadores. Os militares quando regressam dessas sessões,

eles próprios vêm mais politizados, mais conscientes das suas tarefas. Vêm mais democratisados. Nós também democratisámos as Forças Armadas com estas sessões de esclarecimento cívico da nossa população e fortalecemos assim a unidade Povo-Forças Armadas que é uma condição fundamental do nosso progresso em paz e sem tiros. Infelizmente não trazemos no bolso as soluções dos problemas que vos afligem há centenas de anos. Mas auscultamos as populações, fazemos um inventário, ficamos com a ideia das suas necessidades, apontamos — e isto é fundamental — o caminho da tomada de consciência acerca das forças que se opõem à satisfação das necessidades elementares do nosso povo. Apontamos o caminho do associativismo — na união se faz a força —, o caminho da libertação de mitos ancestrais que amedrontam tanta gente há tanto tempo. Detectámos as mentiras, desmascaramos calúnias.»

«Aos peitos dos nossos soldados também há crucifixos. Os nossos soldados também se deslocam a vós com crucifixos. Se é assim porque nos caluniam? Por que chegam a dizer que damos ordens para retirar os santos e os crucifixos? Quem espalha essas calúnias? Quem está interessado em que o nosso povo não se liberte? Antes do 25 de Abril, por exemplo, não havia trabalhadores do campo organizados em sindicatos. Quantos vemos nós? A vida sindical expande-se. Os trabalhadores aprenderam que, através dessa união, irão defender os seus

interesses e os do País, que são os mesmos. E assim, no distrito de Beja, por exemplo, há neste momento as maiores searas de sempre. Isto é devido a quê? Ao 25 de Abril e à tomada de consciência que a nossa revolução vai dando ao nosso povo. Isto é tremendo para quantos tratavam as classes mais desfavorecidas como os senhores feudais tratavam os seus servos.»

Prosseguindo no seu discurso o brigadeiro Vasco Gonçalves salientou que os nossos militares regressam das sessões de dinamização cultural profundamente sensibilizados com o que viram com o que aprenderam reforçando-se assim as forças do progresso em Portugal.

«É isso que alarma a reacção, é isso que alarma os homens ligados às antigas es-

Continua na pág. 6

## INCIDENTES EM MADRID: PRESAS 90 PESSOAS

MADRID, 21 (F. P.) — Em Madrid 90 pessoas foram presas nos incidentes relacionados com um «dia de luta» organizado por grupos de esquerda, anuncia uma nota da Direcção-Geral da Segurança (D. G. S.). Entre os detidos há alunos, um estudante, um padroeiro e um estudante, ligeiramente ferido. Um polícia também foi ferido no encontro entre as forças policiais e os manifestantes.

Em Bilbao, 10 000 operários responderam ao apelo lançado por várias organizações políticas de esquerda, para o «dia de luta». Um estudante foi ferido na região foram afectadas pelo movimento.

Entretanto os estudantes de

Pamplona e de San Sebastian fizeram greves de solidariedade com os camaradas de Valladolid, cuja Universidade foi fechada para todo o ano escolar.

Na região mineira das Astúrias, o número de grevistas

passou de 4000 para 10 000 com participação activa no «dia de luta».

Em Vigo o número de grevistas foi calculado em 5000. A cidade chegaram reforços da Polícia, vindos de Corunha.



## L.U.A.R.: CONGRESSO AMANHÃ

A partir de amanhã e até segunda-feira, mais de 500 militantes da L. U. A. R. estarão reunidos em Congresso, defendendo o «socialismo revolucionário de base». Serão discutidos os estatutos da organização e eleitos os corpos directivos. Além de estrangeiros, («não são pessoas engravidadas nem bem colocadas na vida, mas revolucionários que lutam nos seus países», como foi dito em conferência de imprensa esta manhã), a L. U. A. R. convidou o M. F. A. e todas as comissões de trabalhadores do País. O encerramento ocorrerá no Coliseu, em sessão aberta ao público.

## "A CAPITAL"

Passa hoje o 7.º aniversário do nosso prezado colega «A Capital», motivo por que apresentamos as nossas felicitações ao seu director, dr. David Mourão-Ferreira, e colaboradores.

## PLANO ECONÓMICO

O "DL" DEDICA HOJE AO

PLANO ECONÓMICO E À SUA ANÁLISE

UM SUPLEMENTO ESPECIAL DE 12 PÁGINAS

## O POSITIVO E O NEGATIVO

O positivo e o negativo, que é como quem diz o resolver e o baralhar, o esclarecer e o perturbar, o criticar e o contestar. Contestar é fácil. Contestar o velho, o que não serve, o que não presta é muito simples. Mas ajudar a construir o novo, o que é preciso, o que se impõe, é que é mais difícil. Negar o velho, contestar o *status quo*, condenar o que está nada custa. Custa é fazer o que se impõe e o que é indispensável. É simples dizer que o ensino é mau. Mas o que importa não é paralisar o ensino, mas melhorá-lo. Exigindo, lutando para que ele melhore dia-a-dia, hora a hora, minuto a minuto. É simples dizer que há um grave problema da habitação. Mas o que importa não é ocupar casas em ruínas ou vazias, ou tirá-las a outro. Há é que lutar para que o problema da habitação comece a ser convenientemente resolvido. O mesmo se poderá dizer

de outras coisas: do desemprego, da saúde, da agricultura, dos preços e dos ordenados. Resolver e lutar pela resolução justa. Lutar pela solução real, verdadeira, dos problemas. A demagogia fácil leva a falsas soluções e, ao fim e ao cabo, só ajuda a reacções negativas, mais tarde ou mais cedo. Defender a saúde não pode confundir-se com a agressão a um médico explorador. Defender a saúde tem de ser lutar firmemente por um sistema capaz de garantir a todos uma assistência eficaz. O positivo e o negativo. Só um povo de ignorantes e de analfabetos poderá acreditar que uma sociedade pode progredir trabalhando menos e ganhando mais. E que tudo se resolve facilmente e sem a nossa própria cooperação. Se não ajudarmos a fazer nada aparecerá feito.

MANUEL DE AZEVEDO

## COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

### AVISO AOS CONSUMIDORES

Trabalhos inadiáveis para a conservação das redes obrigam-nos a interromper, durante algumas horas, o fornecimento de energia eléctrica no próximo domingo nos seguintes Sectores e Zonas:

8.º Sector — **Concelho de Lisboa** — Av.º Almirante Reis, 80 a 120. (Das 8 às 12 horas); Av.º do Brasil — lado ímpar. (Das 8 às 12 horas); Rua Conde Sabugosa, 18 a 20-D, Rua Dr. Gama Barros 1 a 33-D (Das 8 às 12 horas); Rua Coronel Ferreira do Amaral 17 a 25-D, Rua A à Rua Barão de Sabrosa 4 a 10-B, Rua A à Rua Barão Sabrosa 176 a 200. (Das 8 às 12 horas).

1.ª Zona — **Concelho de Oeiras** — ALGÉS: Rua Alegre, Rua do Mirante, Rua Bernardino de Oliveira, Rua Oliveira, Av.º da República. (Das 8 às 14 horas); OEIRAS: Rua da Quinta Grande, Rua Marques de Pombal, Rua Cândido dos Reis, Rua 7 de Junho 1759, L.º da Boavista, Rua Heliodoro Salgado, Rua José Diogo da Silva, Rua do Desembargador Faria, e imediações. (Das 8 às 14 horas); FIGUEIRINHA: B.º Dr. Augusto de Castro. (Das 8 às 14 horas); AMADORA: Rua Combatentes da Grande Guerra, Rua Comandante Ferreira do Amaral, Rua Luís Gomes, Rua Dr. Azevedo Neves, Rua Dr. Manuel Arriaga e imediações. (Das 8 às 14 horas).

2.ª Zona — **Concelho de Cascais** — Conceição da Abóboda, Outeiro de Polima, Polima. (Das 8 às 14 horas); CASCAIS: Rua Visconde da Luz, Trav.º Afonso Sanchez, Rua Afonso Sanchez, Rua Nova da Alfarrubeira, Rua Manuel Avelar, Praceta Manuel Nuno Manique, Rua Alexandre Herculanio, Rua do Poço, Trav.º da Alfarrubeira, Beco do

Torto, P.º Costa Pinto, Trav.º dos Navagantes e imediações. (Das 8 às 14 horas). Sítio das Cortiças, Casalinho de Outeiro, Torre. (Das 8 às 14 h.).

3.ª Zona — **Concelho de Sintra** — PERO PINHEIRO: L.º Luis de Camões, Rua do Mercado, Rua do Outeiro, Rua do Rio Narciso e imediações. (Das 8 às 14 horas); Vale de Lobos. (Das 8 às 14 horas); Parte norte de S. João das Lampas e lado do cemitério. (Das 8 às 14 horas).

4.ª Zona — **Concelho de Mafra** — Fonte Boa dos Nabos. (Das 8 às 15 horas); Rogel e Montemuro. (Das 8 às 15 horas).

5.ª Zona — **Concelho de Vila Franca de Xira** — Vale de Ranes. (Das 8 às 14 horas); Verdinha do Ruivo e imediações. (Das 8 às 14 horas); Bom Sucesso (parte). (Das 8 às 14 horas); Est.º do Cais da Vala do Carregado, L.º da Estação e imediações. (Das 8 às 14 horas).

6.ª Zona — **Concelho de Azambuja** — Culeira do Rei, Azambuja, Serrados do Cabral. (Das 8 às 12 horas).

7.ª Zona — **Concelho de Alenquer** — Cadafais, Casais Marmeleira, Refugiados, Quinta da Carnota, Pedra Outeiro, Sopo, Quinta do Leão, Santana da Carnota, Antas, Ripa. (Das 8 às 14 horas); Quinta da Condessa, Carregado, Cerâmica S. Paulo, Telhada, Provença, Camarnal. (Das 8 às 14 horas).

8.ª Zona — **Concelho do Cartaxo** — Cruz do Campo, Quinta do Gato de Cima, Cartaxo (parte), Vale da Pedra, Setil, Quinta das Malhadas, Ponte de Reguengo, Valada. (Das 8 às 12 horas).

9.ª Zona — **Concelho de Santarém** — Amiais de Baixo. (Das 8 às 14 horas).

## De ontem para hoje

### "115" à escala nacional

Os ministros Vitor Alves e Costa Brás assistiram na sede da Brigada de Trânsito da G. N. R. à inauguração a título experimental da central de emergência do Serviço Nacional de Ambulâncias, que, por meio da ligação a um sistema de avisadores S. O. S. colocados ao longo das estradas, deverá assegurar uma assistência mais rápida e mais eficiente às vítimas de desastres de viação.

Presentes ainda os secretários de Estado da Saúde e dos Transportes e Comunicações, major Cruz de Oliveira e eng. Ferreira de Lima, bem como os comandantes-gerais da P. S. P. e da G. N. R. Existem já 46 avisadores (cor de laranja) na zona de Lisboa e prevê-se que, no resto do País, venham a ser montados 40 mensalmente.

O serviço da G. N. R., que tem a colaboração de várias corporações de bombeiros, disporá de 14 ambulâncias com rádios de frequência privativa. Na zona da cidade de Lisboa a assistência aos sinistrados está a cargo da P. S. P. (115).

Ao referir-se ao significado da inauguração, o major Vitor Alves fez votos para que seja o primeiro passo do estabelecimento de uma rede de "115" a nível nacional. A G. N. R. espera que o serviço agora inaugurado esteja a funcionar em pleno dentro de três semanas.

### LIVROS SOVIÉTICOS

Num dos salões do Palácio Foz, foi inaugurada pelo subsecretário de Estado da Comunicação Social, jornalista Luis de Barros, uma exposição do livro soviético. Presentes o director-

geral da Informação, comandante Montez; director-geral da Cultura Popular, Vasco Pinto Leite; adido cultural; adido de Imprensa e conselheiros comerciais da Embaixada da U. R. S. S. em Lisboa, além de numeroso público.

A exposição, sintetizando a intensa actividade cultural da U. R. S. S. — o país que mais edita no Mundo, publicando em média 3500 obras por minuto — oferece variado repertório de livros técnicos, de ficção e revistas, escritas em francês, inglês e espanhol e nos 89 idiomas que se falam na União Soviética, abarcando ainda uma pequena amostragem de filatelia e discos.

### INSTITUTO CADASTRAL

O secretário de Estado do Orçamento determinou que se proceda ao estudo urgente da remodelação do Instituto Geográfico e Cadastral, para o que nomeou uma comissão administrativa e reorganizadora, a que preside o major António Gabriel Albuquerque Gonçalves.

No seu despacho, aquele membro do Governo acentua que «a actual organica do Instituto Geográfico e Cadastral se encontra manifestamente ina-

dequada à satisfação das necessidades do País no domínio que lhe é específico». Considera, ainda, que «as relações internas dos serviços do Instituto são deficientes, não se processando como seria de desejar, do que resultam tensões humanas que não proporcionam condições adequadas a um trabalho eficiente e produtivo, nem estão de acordo com o espírito democrático que se deseja estabelecer em todos os serviços da administração pública».

### SÍRIA-PORTUGAL

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Árabe Síria, de acordo com uma nota distribuída pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, animados do desejo de normalizarem e estreitarem as relações entre os dois países e os respectivos povos, decidiram estabelecer relações diplomáticas e proceder à troca de representações diplomáticas a nível de Embaixada.

### J.C. (C.D.S.) RESPONDE A J.S.D. (P.P.D.):

## "Não seremos uma direita envergonhada nem uma esquerda arrivista"

A propósito duma troca de comunicados concentrados na natureza política da Associação de Estudantes Democratas (A. E. D.), a Juventude Centrista, afecta ao C. D. S. responde a J. S. D. afecta ao P. P. D., que negara qualquer compromisso com aquela Associação de Estudantes, alegando não alinhar com grupos de ideário da direita.

Diz a Juventude Centrista: «A J. S. D. afirma, no seu comunicado, ser impossível qualquer associação com elementos da J. C. por, no seu entender, esta

pertencer à «direita» e aquela ser «social-democrata», em direcção ao «socialismo».

Declara em seguida a sua fidelidade ao ideário centrista, vigente, segundo o comunicado, nas democracias da Europa ocidental, adiantando «não cederemos na nossa coerência ideológica, em favor de histerismos artificiais, nem de circunstancialismos estratégicos isto é, se as nossas opções se situaram à direita não seremos uma direita envergonhada; se, ao contrário, se situarem à esquerda, tão pou-

co seremos uma «esquerda arrivista. Sentimos ideias, não as fabricamos».

Considera ainda a J. C. que «a posição dos elementos que integram a Juventude Social Democrática é um simples neologismo político. Neologismo confuso. Neologismo passageiro».

Também o P. P. D., onde a J. S. D. se integra, representa para a Juventude Centrista «certo modo uma burguesia por «complexos de culpa» e por isso, despersonalizada, reciosa de ser descoberta e pouco segura de si — o que se traduz na constante instabilidade ideológica, flutuando docemente ao sabor do momento político».

A finalizar o comunicado, a

Juventude Centrista como que desafia a J. S. D. a concluir da veracidade ou não veracidade da sua opinião na A. E. D.

Assim «a J. S. D.» declara que a participação de elementos seus nas listas da A. E. D. contraria as normas que regem a actuação daquela. É possível que assim seja. Mas a J. C. dentro do espírito da boa vontade que sempre a caracterizou declara já a sua intenção de, se aquela o entender, fornecer o nome dos elementos da J. S. D. participantes na A. E. D. para que, em coerência, possam ser exercidos os correspondentes e necessários poderes disciplinares, na sequência da actividade de que vem já desenvolvendo.

### Inquérito a um grémio do Porto

Um despacho conjunto do ministro do Trabalho e do comandante do Copcon, determina que pelo Comando Operacional do Continente, conjuntamente com os competentes serviços do Ministério do Trabalho seja realizado inquérito urgente à actividade do Grémio dos Comerciantes de Material, de Máquinas e Aparelhagem do Porto e à actuação dos respectivos directores, bem como aos acontecimentos verificados durante o desenvolvimento do processo de negociações, com vista ao apuramento de responsabilidades, incluindo as criminais, as

quais deverao ter o tratamento próprio.

Este despacho vem na sequência dos acontecimentos registados naquele Grémio, «em particular a conduta da respectiva comissão administrativa no decurso do processo de revisão do C. C. T. com o Sindicato dos Electricistas do Norte que culminou recentemente com a publicação, como publicidade paga, de um «comunicado» e de uma «carta aberta» em alguns jornais diários.

O inquérito deverá ficar concluído no prazo máximo de 30 dias.

### PALMA CARLOS EM ROMA

Partiu para Roma o prof. Adelino da Palma Carlos, que na capital italiana assiste, como convidado, às cerimónias em honra dos advogados italianos que completam 50, 60 e 70 anos de actividade profissional, e à proclamação dos secretários da Conferência dos Jovens Advogados para o ano judicial de 1974-75, actos a que preside o prof. Giovanni Leone.

O prestigioso jurista e antigo primeiro-ministro, recentemente eleito director da Asso-

ciação dos Povos para as Nações Unidas, de que é presidente o embaixador Luís Sevilha, e de cuja direcção fazem parte algumas eminentes figuras da política internacional, como Anthony Eden (lord Avon), Miguel Alemán, antigo presidente da República do México; prof. René Cassin, prof. Luís Bustamante, dr. Francisco Negrão de Lima e Jean Van Houtte, seguirá depois para Paris, em serviço profissional, devendo regressar a Lisboa no próximo dia 25.

## GRANDES CRUZEIROS 75 no pacote "Infante D. Henrique"

AO MAR BALTICO de 7 a 28 de Agosto  
Holanda - Rússia - Países Escandinavos - Polónia - Inglaterra  
Preços desde 11.550\$00

AO MAR NEGRO de 2 a 25 de Setembro  
Rússia - Roménia - Bulgária - Grécia - Egipto - Turquia - Tunes  
Preços desde 12.650\$00

AO MEDITERRÂNEO de 22 de Julho a 2 de Agosto  
Itália - Alger - França  
Preços desde 6.050\$00



**Meliá**  
Rua Rosa Araújo, 2  
Tel: 536971 - LISBOA  
Praça Gen. Humberto Delgado,  
269 t/c Tel: 310034 - PORTO

Em ABRANTES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na firma Casaca e Martins, Lda. Praça Visconde de Abrançãlia

Em ALVALADE-SADO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda na PAPELARIA MARIA ADELAIDE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E EDUCAÇÃO PERMANENTE  
DIRECÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS

## TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

TEMPORADA DE ÓPERA E CONCERTO DE 1975

HOJE — DIA 21 — às 21.30 horas

(Grupo B — 10 anos)

CONCERTO DE CANTO E PIANO

**TOM KRAUSE**

(Baixo)

**IRWIN CAGE**

(Piano)

PROGRAMA:

CANÇÕES DE SCHUBERT

Incluindo as obras póstumas intituladas «O CANTO DO CISNE»

### REUNIÃO DE MAGISTRADOS

Juizes e agentes do Ministério Público dos Tribunais de Trabalho do Norte do País reuniram-se no Porto e decidiram enviar aos ministros da Justiça e do Trabalho uma exposição em que se acentua «haver plena consciência de certas deficiências nas condições em que os Tribunais de Trabalho têm servido a colectividade, e que têm sido apenas vítimas, afirmam a vontade unânime de que, com a brevidade possível, seja a justiça do trabalho integrada no Ministério da Justiça, com a certeza de que assim beneficiarão os utentes dos Tribunais de Trabalho, os que neles servem, a função pública e a justiça».

## post scriptum

### Lello Portela contra os nazis

Tenho acompanhado com o máximo interesse tudo o que se refere à luta antifascista feita durante o regime nefasto de Salazar-Caetano e verifico que uma figura bastante relevante dessa luta nos anos 40 não foi devidamente focada como merecia, quer na imprensa, quer na Rádio e Televisão.

Trata-se do tenente-coronel Lello Portela, militar e jornalista e invulgar categoria, no passa o mais grave da guerra movida pelos nazis à U. R. S. S., quando as notícias e as críticas militares aparecidas nos nossos jornais davam já como certa a derrota do exército soviético e embandeiravam em arco com essa derrota, exaltando com ditirambos delirantes os «gloriosos» feitos do exército nazi, eram as crónicas militares de Lello Portela no jornal «A Voz», que esgotava nesses dias as suas edições, as únicas em Portugal que levantavam o moral dos antinazis e nos davam a certeza da vitória sobre as hordas fascistas, que nessa altura viviam com euforia os feitos de Hitler e Mussolini.

Finda a guerra, fundou o jornal «O Sol», que tanto contribuiu para o esclarecimento do que se passava no mundo e também na luta contra o regime de Salazar.

Fui, como tipógrafo de «O Sol», testemunha da terrível perseguição movida pelo fascismo a este jornal, que por diversas vezes esteve na iminência de não se publicar, dada a enorme quantidade de artigos e notícias que eram cortados ou mutilados pela censura.

Embora tivesse contactado muito de perto com Lello Portela em virtude da minha actividade profissional, desconheço qual a sua formação ideológica, mas o que tenho a certeza absoluta é que era um fervoroso antifascista e que muito fez, até à morte, na luta contra o regime salazarista.

Lembro-me de ter levado uma vez o dr. Abel Salazar a visitar a tipografia onde se fazia «O Sol» e o seu entusiasmo quando nos apresentou esse grande cientista antifascista.

Por tudo o que acabo de expor agradecia que o «D. L.» dedicasse a Lello Portela algumas palavras recordando, em especial, a sua extraordinária acção no levantamento do moral daqueles que viviam com natural ansiedade e emoção a terrível luta que as tropas soviéticas travavam com as hordas nazistas.

Francisco Fernandes Salgado — Lisboa

### Feira que ladra, morde...

Habitando no local onde se realiza a tradicional e h. je. tá turística Feira da Ladra, há mais e cinquenta anos, e sabendo da defesa que o nosso jornal (porque sou leitor) sempre dedica aos casos que afectam em vários pormenores a nossa cidade de Lisboa, lembrei-me de escrever pedindo que seja publicada esta minha carta, na expectativa de que ela ajude a resolver o assunto que passo a referir.

É a Feira da Ladra muito frequentada aos sábados a parte da tarde por muitos estrangeiros e indivíduos de cor especialmente. Acontece que quadrilhas organizadas de carteiristas, em número que aumenta a feira para feira (números até assustadores!), fazem campo de acção da cidade feira, atacando as suas vítimas da mais vergonhosa maneira, o que leva esses frequentadores a desviarem-se, e ao mesmo tempo começar a ganhar uma fama que dizem ligada ao próprio nome e que até já atravessou fronteiras, pois que ainda recentemente, de uma viagem que fiz a Madrid, diversos espanhóis me diziam: «Es o país onde há muito s. carteiristas, especialmente no Metro e na Feira da Ladra.»

Numa altura em que todos pretendemos construir um país novo, será just. que as autoridades não deem uma ajuda? (...)

Joaquim Gomes dos Santos — Lisboa

### «Ouviu, sua besta?»

No dia 8 de Janeiro (carta enviada em 17.2.1975), pelas 17.45, ao aguardar transporte com minha filha numa paragem de autocarro, chegou o autocarro com o n.º 389 que fazia a carreira 16A, chapa 6, entre Sete-Rios e Benfica, e vice-versa.

Ao abrir-se a porta do referido autocarro, reparámos com espanto que a forma como o motorista se dirigiu à minha filha, uma criança de 12 anos e que sofre de epilepsia, não era correcto nem humano, tendo-lhe dirigido as seguintes frases: «Você fez sinal de paragem ao autocarro com os pés! Com os pés fazem sinais as bestas! Pois você não entra no meu autocarro. Ouviu, sua besta?» Depois de dirigir estas frases, fechou as portas do aut. carro, pondo-se em fuga e não deixando que alguém mais entrasse no seu autocarro.

As pessoas ficaram boquiabertas e só mais tarde a criança teve conhecimento de que as frases proferidas por aquele indivíduo eram dirigidas a ela própria.

Em face do exposto pergunto: será que este indivíduo é digno do lugar que ocupa, onde todos os dias contacta com centenas de pessoas, especialmente crianças indefesas? Estará este cavalheiro a contribuir para uma sociedade nova e justa, que todos desejamos?

Luciana Delfina — Lisboa

## A LIÇÃO DE SENGHOR

Por TOMÁS RIBAS

A visita que o presidente da República do Senegal, Léopold Senghor fez há dias ao nosso país foi, sem dúvida, um grande acontecimento político, cultural e nacional, a que os órgãos de Informação deram o merecido relevo... mas sobre a qual imediatamente caiu o silêncio do rescaldo dos grandes acontecimentos momentâneos. Ora há a tirar dessa visita uma lição — ou várias lições — que ainda não vi referida.

Não são os aspectos políticos dessa visita que me interessa aqui considerar. São antes os aspectos culturais e humanos — e porque não dizer também sociológicos? — da visita de Léopold Senghor ao nosso país que me interessa ponderar.

É evidente que Senghor nos visitou como chefe de Estado e não como poeta, escritor e intelectual. Para todos os efeitos, foi o político e não o intelectual que nos visitou. Apesar disso, Senghor quis deixar bem vincado no espírito dos portugueses, que, para além de político, era também o intelectual, o académico que estava entre nós: em todos os discursos oficiais que proferiu sempre que se referiu ao nosso país, à nossa cultura, à nossa história, à nossa gente, fê-lo como verdadeiro intelectual como homem de Letras, estudo e pensamento que é e não apenas lançando mão de estafados lugares-comuns extraídos dos compêndios de História ou guias de turismo, como muitas vezes acontece ouvir-se nos discursos dos políticos de todo o Mundo. Senghor demonstrou nesses momentos e na magistral conferência que proferiu na Academia das Ciências o seu profundo conhecimento da nossa história, da nossa cultura, do povo que somos. Essa conferência — proferida precisamente na Academia das Ciências, hoje um local neutro e eminentemente português — foi a conferência de um intelectual, a lição de um mestre; não

foi a conferência ou o discurso de um político.

Eis um aspecto da visita de Senghor a Portugal, que terá decepcionado ou espantado alguns de nós... desde o local neutro escolhido por Senghor para proferir a sua «oração de sapiência» até ao conteúdo da mesma que — segundo alguns esperaríamos — não se coadunava inteiramente com o seu título: «Lusitanidade e negritude». Com efeito — e eu próprio conto-me no número desses — proporcionou estranheza o facto de Senghor não se ter, sequer, referido aos aspectos que entre nós teve o movimento da negritude ou à obra e nome dos autores portugueses que habitualmente incluímos nesse movimento.

Mas a reflexão logo nos esclareceria. Foi necessário recordar o passado cultural, literário e intelectual de Léopold Senghor — desde a sua formação universitária francesa, a sua carreira de académico e político francês e a sua obra de grande poeta de expressão francesa, à sua condição de homem e intelectual africano, à sua carreira de grande político africano e à sua obra de profundo conhecedor das culturas e civilizações não só europeias como africanas — foi necessário recordar o passado cultural, literário e intelectual de Senghor, dizia eu, para logo nos apercebarmos que outra não podia ser a posição assumida ao proferir a conferência senão a de procurar um paralelismo entre a lusitanidade e a negritude. E como o fez! Fê-lo precisamente com aquela clareza (já dizer, cartesiana) característica, simultaneamente do pensamento francês e do homem africano. Senghor, que nunca escondeu o orgulho que tem em ser um homem africano de formação francesa e que sempre pugnou por uma miscigenação cultural afro-francófona, ou antes euro-africana, vem dizer-nos aquilo que muitos de nós, temerosos de cair

mos em «slogans» até há pouco muito em voga, procuramos agora não repetir: que essa miscigenação euro-africana foi iniciada por portugueses muito antes do que por qualquer outro povo de tradições coloniais africanas, que uma miscigenação cultural pode e deve conduzir à grande cultura universal que se iniciou na Lusitânia, onde o Ocidente e o Oriente se deram as mãos, e depois, prosseguiu em Portugal através de África.

Viajando através da nossa História, da nossa literatura, da nossa paisagem, da nossa arte, da nossa língua, da nossa cultura, dos nossos sentimentos, Senghor tornou-nos orgulhosos de sermos portugueses e prestou homenagem a Portugal e ao Povo Português de hoje, que orgulhosamente inicia um novo caminho da sua História sem se estibar em mesquinhos ouropéis patrióticos. E chamou a nossa atenção para a relevante importância que está reservada às futuras relações de Portugal com a África, particularmente com as novas nações africanas nascidas sobre as cinzas das colónias portuguesas, relações que irão tornar-se tanto mais úteis ao Mundo quanto é certo ter terminado o período histórico do Portugal colonialista.

Houve, sempre, nas palavras de Senghor, tanto em qualquer dos seus discursos como na sua conferência da Academia das Ciências, uma enorme alegria... uma alegria toda feita de consideração, respeito, amor e esperança. A alegria de — velho amigo e admirador de Portugal e dos portugueses — se encontrar entre nós neste momento histórico do nosso país; a alegria de prestar homenagem à Nação e ao Povo que somos; a alegria de se mostrar conhecedor da nossa cultura e do papel por nós representado no Mundo; a alegria suprema de confiar no

nosso futuro — tomando como garantia disso o nosso passado — e no futuro da nossa condição universalista; a alegria de poder prestar homenagem ao Movimento das Forças Armadas. E convém aqui recordar as suas próprias palavras acerca do Movimento: «Se bem o entendi, o Movimento das Forças Armadas, a Revolução do 25 de Abril, para além do seu significado político, é uma revolução cultural que pretende devolver ao Homem Lusitano as suas liberdades, mas também os seus próprios valores de civilização: a partir deste momento, mais consciente da grandiosa singularidade da sua civilização, o novo Portugal encaminhar-se-á numa dupla direcção: de um lado, para se reintegrar numa Europa cultural e, por outro lado, para ajudar com o Brasil, a elaboração de um mundo lusófono, particularmente ajudar o nascimento em África de novos brasis, plenos de juventude e força por plenos de sangue misturados que prefiguram o mundo futuro.»

Esta — entre outras — a grande lição de Léopold Senghor que da sua visita poderemos escolher: sem nos envergonharmos do que há de positivo no nosso passado, esquecendo o que há de negativo nesse mesmo passado, poderemos construir um futuro de liberdade, o qual está implícito no próprio Movimento das Forças Armadas e no 25 de Abril.

E como intelectual universalista e homem africano que é, Senghor prestou-nos a maior homenagem que poderia ter-nos prestado: a de estabelecer entre o nosso passado de fraternidade universalista e o nosso futuro, o paralelismo dos sentimentos de respeito humano, liberdade, gentileza, amor e pacifismo comuns ao homem português e ao homem africano.

## A ECONOMIA ARGELINA NA VIRAGEM -1-

Por PAUL BALTA

ARGEL — «Guerra aos desperdícios», «Ganhar a batalha da gestão, da produção e da produtividade». Estas duas frases de ordem voltam como um «leitmotiv» desde o princípio do ano, nas declarações dos dirigentes e na imprensa. Tinham sido ouvidos durante os dois últimos anos, mas nunca com tal insistência. É que a economia argelina chegou a uma viragem e vários factores levam o Governo a buscar resultados substanciais no sector agrícola estrutural e no sector industrial. O problema não é somente económico, tornou-se político.

Já em 28 de Novembro o presidente Bumedienne tocou a campanha de alarme no congresso constitutivo da U.N.P.A. (União Nacional dos Camponeses Argelinos), enquanto que Mahrug, ministro das Finanças, resumia as preocupações do chefe do Estado com uma fórmula lapidária:

Comemos um terço do nosso petróleo em produtos alimentares.

Esta constatação é preocupante para um país médio, produtor de petróleo, que fez um gigantesco esforço de investimento, pretende desenvolver-se rapidamente e conhece uma das taxas demográficas mais elevadas do mundo: 36 por 1000. Ao ritmo actual, se não nos endireitarmos, o nosso petróleo daqui a poucos anos só

bastará para nos alimentar e comprar peças sobresselentes para as sofisticadas fábricas que possuímos, declarou-nos um economista.

Os 3,2 milhares de dinars que o Estado consagrará em 1975 à manutenção dos preços dos produtos de consumo corrente, representam uma função substancial na economia. Os cereais, o açúcar, os alimentos de base, são importados em grande quantidade do Ocidente. Os seus preços sofreram aumentos iguais ou superiores dos do petróleo. Mas se a Argélia produzisse mais — e tem possibilidades de o fazer —, importaria, claro está, menos, e até podia exportar certos produtos, acabados ou semi-acabados.

### SEMEAR PETRÓLEO PARA COLHER FÁBRICAS

Nestes últimos anos importámos, 10 milhões de quintais de trigo, e milhares de toneladas de óleo, porque a terra foi negligenciada... O volume de produção não mudou, enquanto que as taxas de consumo, depois o nível de vida das massas e o seu poder de compra aumentaram graças aos planos de desenvolvimento, declarou o chefe de Estado aos camponeses antes de concluir: A nossa terra está capaz de produzir o dobro e até o triplo da sua

produção actual, desde que cuidemos dela.

No sector industrial, o Estado consagrou somas consideráveis à largada da industrialização. Semearmos petróleo para colher fábricas, escolas e hospitais, gosta de dizer o presidente Bumedienne. Os problemas do período de rodagem e de formação explicam-se facilmente. Nós fazemos a industrialização com camponeses, disse-nos Abdesselam, ministro da indústria e da energia, enquanto Mahrug explica o desequilíbrio estrutural de algumas empresas ao declarar. Pagamos o custo da nossa aprendizagem e do nosso desenvolvimento.

1975 deveria marcar uma viragem. Os dirigentes querem lutar seriamente com o «deixar correr» de numerosos sectores, e obter um melhor rendimento das fábricas. Treze anos após a independência, o povo argelino não pode aceitar que se diga que tudo aquilo que não corre bem é culpa do colonialismo e da aprendizagem, disseram-nos vários ministros. Os argelinos admitem bastante bem — mesmo quando resmungam um pouco — a carestia dos produtos de luxo importados ou a sua ausência no mercado. Não suportam, porém, a penúria de batatas, legumes, garrafas de fás, de Isis (detergente local), de que deva haver fartura no país.

O tempo, a energia, o engenho necessários para conseguir os produtos locais constituem também um gasto inútil. E resulta disso tudo uma grande morosidade.

Claro que há «penuristas» — segundo um neologismo formado por um autor de bandas desenhadas muito popular que acumulam stocks e organizam as faltas para fazer subir os preços. Claro que os circuitos de distribuição devem ser melhorados e os controlos reforçados. Mas, em última instância, o mal reside na insuficiência da produção, que encoraja a especulação e o mercado negro.

Já foram anunciadas medidas. No que respeita o sector agrícola autogerido, cuja rentabilidade deixa a desejar, Mahrug anunciou que o Estado cobriu o passivo dos sectores deficitários para lhes permitir uma nova partida sobre bases sólidas.

Desde a campanha de 1974-1975 eles serão inteiramente responsáveis, inclusive no plano financeiro.

A mesma política foi adoptada no sector industrial, onde foi necessário esquecer um défice de 2 milhares de dinars. Agora, explicou Mahrug, nenhum empreendimento, à excepção do complexo siderúrgico de El-Hadjer, perto de Annaba, será automaticamente ajudado.

# Nacional

## Missão do Conselho da Europa em Portugal

Encontra-se em Portugal, desde o princípio desta semana, uma missão de carácter técnico do Conselho da Europa, composta pelo sr. Lofdal, director dos Serviços de Informação, e Klebes, adjunto do director da Divisão Política.

A missão, que se deslocou ao nosso país com o objectivo de estudar as possibilidades de cooperação técnica entre o Conselho da Europa e Portugal, foi recebida por vários membros do Governo Provisório, nomeadamente pelo ministro e pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, pelos ministros dos Assuntos Sociais, Trabalho e Educação, pelos secretários de Estado do Planeamento Económico, do Ambiente e da Justiça e pelo subsecretário de Estado da Comunicação Social.

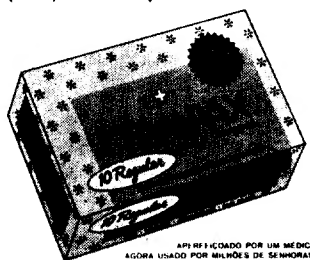
## COMO É QUE OS OUTROS A VÊEM?

As pessoas vêem o carinho e a cordialidade do seu sorriso? Sentem-se à vontade consigo? Todos nós nos perguntamos isto, uma e outra vez. Porém, se os seus dias difíceis a tornam por demais ansiosa ou inibida, deixe que os tampões Tampax a ajudem.



De uso interno, os tampões Tampax não causam desconforto, não escorregam e não se notam. A aplicação é fácil, mesmo para principiantes. Não há chumacos, nem irritação, nem cheiros. E pode ser você própria todos os dias, sem as restrições dos pensos antiquados. Você própria, alegre, graciososa, é o que as pessoas verão — todos os dias do mês — graças à segurança dos tampões Tampax.

A protecção interna em que mais mulheres confiam



PEÇA UMA AMOSTRA A: ANTONIO PACHECO AGOSTINHO, LDA. R. RODRIGUES SAMPAIO, 15-2 - LISBOA

# PRIORIDADE À HABITAÇÃO NO PLANO DE ACTIVIDADES DA C.M.L. PARA ESTE ANO

«Não defendemos de modo nenhum o macro crescimento da cidade de Lisboa, mas achamos absolutamente necessário levar por diante este Plano, apesar das limitações impostas pelas carências reais dos meios de execução» — afirmou o tenente-coronel Caldeira Rodrigues, na apresentação formal do Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa, que teve lugar durante uma conferência de Imprensa realizada ontem à tarde no salão nobre da Câmara. Além do presidente Caldeira Rodrigues, estavam presentes o arquitecto Filipe Lopes e tenente-coronel Maia e Costa (vice-presidentes) e ainda sete dos quinze vogais camarários.

A apresentação do Plano foi, aliás, feita com a maior simplicidade e através de dados muito concretos e simples. Há que destacar na introdução, a diferença que o tenente-coronel Caldeira Rodrigues estabeleceu entre os modos de funcio-

namento das actuais autarquias como a Câmara Municipal de Lisboa e as edilidades comandadas pelo regime anterior: enquanto nas primeiras, portanto nas de hoje, se procura que o principal interessado (o cidadão a qualquer nível) penetre o «segredo» dos projectos e realizações que lhes interessam, nas segundas, tudo se resolvia na cúpula, sem que ao humilde «homem da rua» lhe fosse possível ter voz na matéria.

Este Plano de Actividades para o ano de 1975, da Câmara Municipal de Lisboa, é na verdade bastante ambicioso, segundo as palavras de Caldeira Rodrigues. A prioridade vai, em princípio, para a habitação, embora não se descurem os transportes, o equipamento social, a cultura e desporto e mesmo subsídios para abastecimento público. Há ainda que acrescentar os investimentos em grandes obras ligadas ao desenvolvimento da cidade pa-

ra além do problema habitacional, assim como a reorganização e renovação de quadros dos serviços camarários.

### COM OU SEM MEIOS

O Plano de Actividades da C.M.L. para 1975 procura, assim, abranger um amplo conjunto de realizações que se integram, na medida do possível, nas linhas de acção decorrentes da nova situação político-social, visando satisfazer necessidades comunitárias inadiáveis. Os campos de acção, como se vê, são vastos, e exigem uma forte compleição financeira que, todavia, o Município parece longe de poder atingir neste momento.

Ficam, pois, aquém das necessidades as possibilidades da C.M.L. de executar a totalidade do programa para o novo ano, correspondendo essas possibilidades apenas aos recursos exigidos para o seu arranque.

É preciso notar que houve uma redução substancial no bi-

nómio de receitas-despesas do orçamento camarário para o ano corrente, o qual atinge o valor de 1940 milhares de contos, inferior em 562 mil contos ao do ano transacto. É óbvio, portanto, que o Plano de Actividades reflecte uma dificuldade formal, na medida em que constitui um programa de objectivos a curto prazo (um ano). Deste modo, a sua consecução terá de se apoiar na cobertura de recursos predeterminados que, no caso vertente, e face à insuficiência do primeiro orçamento de 1975, terão de ser obtidos quer através de orçamentos suplementares a aprovar ao longo do ano económico, quer por meio de um significativo apoio do Estado. No entanto e consoante os propósitos dos homens do executivo da C.M.L. «com ou sem dinheiro» à vista, o Plano vai arrancar. Após a apresentação do Plano de Actividades, seguiu-se um breve colóquio com os jornalistas ali presentes.

## NÃO AO DESVIO DAS POPULAÇÕES URBANAS

Antes da conferência de Imprensa, houve uma sessão ordinária da Comissão Administrativa da C.M.L. para discussão de várias propostas. A proposta que mais celeuma levantou foi a número 14 da ordem do dia, através da qual se irá pedir ao Governo a aprovação do estudo urbanístico do chamado Centro Governamental, que aliás faz parte do Plano Director da Cidade projectado há dez anos. O arquitecto Vassallo Rosa, vogal da Comissão Administrativa, levantou certas objecções à aprovação da referida proposta, o que determinou um momento de viva polémica com o arquitecto Filipe Lopes, que acabou por explicar que todo este esforço para pôr em marcha o Centro Governamental, se vai fazer tendo em conta as necessidades prementes de uma população marginalizada (como seja a dos bairros de barracas) e ainda uma centralização mais eficaz de vários ministérios e serviços, nomeadamente os da Educação e Cultura. Equipamento Social e Ambiente, Junta de Energia Nuclear, RTP, etc. Pretende-se, pois, com o arranque para a construção do Centro, determinar um programa imediato para os habitantes de Lisboa mais carenciados, proporcionando-lhes habitações condignas e, ao mesmo tempo, favorecer a eficiência dos serviços citados com uma melhor situação urbana.

Esta proposta acabou por ser votada e aprovada, ressaltando nas palavras do vice-presidente arquitecto Filipe Lopes a preocupação de manter quanto possível as populações citadas dentro do perímetro da própria cidade, em vez de as atirar para os subúrbios, segundo a política do estado fascista.

### DIÁLOGO COM O PÚBLICO

Uma das coisas que ficou bem explícita nesta reunião com a Imprensa, foi a necessidade sentida pela própria edilidade de manter um diálogo aberto com o público. Fazendo desta linha de orientação uma via verdadeiramente comunicante, a C.M.L. vai expor o volumoso processo do referido Plano em Juntas de Freguesia e noutros locais acessíveis, para que seja consultado pelos cidadãos de qualquer nível nele interessados. Ao mesmo tempo procurar-se-á entrar em debate sobre o mesmo, de forma a que a sua realização corresponda, autenticamente, aos anseios da população da capital, que nela intervirá assim de uma forma bem directa e consciente. A seu tempo se anunciarão os locais exactos para a consulta das cópias do Plano e dos debates.

A PARTIR DE HOJE às 21.45 estúdio Apolo 70

o melhor filme de Jacques Tati

## O MEU TIO

-mon oncle-

com Jacques Tati Jean-Pierre Zola Adrienne Servantie

Eastmancolor GRUPO B 10 anos

## O CASO ODESSA

Uma organização chamada ODESSA. Esta história é baseada num caso verídico. Por razões óbvias os nomes e lugares foram mudados.

NAO ACONSELHAVEL A MENORES DE 18 ANOS

Em exibição MONUMENTAL

VALE SEMPRE A PENA COMPRAR LOTARIA DO

# CAMPIÃO

(Há 135 anos ao serviço da Lotaria Nacional)

QUE ESTA SEMANA VENDEU A

## TALUDA

15 324 — 7 000 CONTOS

(NAS DUAS SÉRIES)

COMO SERIA DE ESPERAR...

DA OBRA DE AGATHA CHRISTIE

## UM CRIME NO EXPRESSO DO ORIENTE

DE SIDNEY LUMET

COM ALBERT FINNEY · LAUREN BACALL

MARTIN BALSAM · INGRID BERGMAN · JACQUELINE BISSET

JEAN-PIERRE CASSEL · SEAN CONNERY · JOHN GIELGUD

WENDY HILLER · ANTHONY PERKINS · VANESSA REDGRAVE

RACHEL ROBERTS · RICHARD WIDMARK · MICHAEL YORK

COLIN BLAKELY · GEORGE COULOURIS · DENIS QUILLEY

PRODUZIDA POR RICHARD RODNEY BENNETT · ROTEIRO DE PAUL DEHN · DIREÇÃO DE JOHNNY DRABOURNIE & RICHARD GOODMAN

EMI FILM DISTRIBUTORS LTD. EMI FILMES LUSOMUNDO

TECHNICOLOR

HOJE ESTREIA ÀS 21.45 HORAS

BERNA

NAO ACONSELHAVEL A MENORES DE 13 ANOS

O LIVRO É EDITADO EM PORTUGAL POR "LIVROS DO BRASIL"

TIVOLI

## Televisão



Havia antigamente uma rubrica, «Directamente de...» que nos levava a passear através das cidades de todo o Mundo. Nela levava eu, com toda a fúria, o marcopolitismo que existe em nós, marcopolitismo que não resistiu à sociedade de consumo e passou a chamar-se turismo.

Ainda hoje, com alguma frequência nos aparece, na pantufala, a legenda «Directamente de...» geralmente, pontapé na bola, futebol ou rãquebi, ou coisa assim. Directamente de Londres, de Milão, de Amesterdão, de Turim, das Alemanhas, etc.

Ontem, para haver festa, e da grande, e da séria, e da popular, não foi preciso ir tão longe, nem coisa que se pareça. Ontem foi «Directamente do Sabugo». Para mais uma sessão da campanha de dinamização cultural das Forças Armadas. Igual a tantas outras. Diferente de todas as outras. Ao comando do barco, o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves.

Ainda não começou verdadeiramente a sessão. As câmaras passeiam pela sala, gostosamente, elas também a saborear a festa. Ah, meus amigos, a alegria da televisão quando descobre que pode ser televisão! Passam diante dos nossos olhos os rostos de povo autêntico, sem o manto diáfano da burguesia. Gente calma onde bate um coração que, de repente, vem à superfície da TV através de um gesto, de um sorriso, de um pestanejar comovido. Não muito amigo de bater palmas, valha a verdade. As palmas são uma invenção do marquetinguê da alegria. O povo rural não tem muito o hábito de bater palmas. A alegria é ficar muito sério, dizer que sim, com a cabeça, para o companheiro do lado, estourar num berro: «É assim mesmo!» Nele, as mãos são boas para os calos, e bondade.

A verdade é que não deixa de reparar no que se passa no palco, concentra a sua atenção em Vasco Gonçalves. Come-o com os olhos. O povo do Sabugo teve a sua grande festa e não quer perdê-la. A sua festa. Vasco Gonçalves. A grande festa popular, a caminho da libertação total.

O tenente Ramiro Correia — que foi um dos primeiros sinais, um dos primeiros rostos significativos da Revolução a ficar na memória e no coração dos portugueses — abre a sessão. As palavras firmes e serenas que se impunham. Vasco Gonçalves traz uns papéis. Deverá ser um discurso escrito. Deverá ser. Quando se fala em comunicação, é logo em que pensamos: em discurso escrito.

Não era. As águias precisam dos grandes espaços. Mas antes que tivéssemos a quota disso, ainda haveria um momento impressionante: a entrada do brigadeiro Oтелo Saraiva de Carvalho que o povo saudou com especial carinho. Diga-se que a presença calma, absolutamente tranqüila, do nosso companheiro do Copcon, foi uma das notas mais impressionantes desta sessão.

Vasco Gonçalves sabia o que dizia ao lembrar aos portugueses que, quando ouvíssem os boatos e as mentiras, quando viessem os papões, se acolhessem às Forças Armadas, se aproximassem deles.

Para verem que não se volta para trás.

## VASCO GONÇALVES: A FORÇA DO FUTURO

Para saberem que a construção do futuro está nas nossas mãos.

Vasco Gonçalves não veio pedir que assinássemos um cheque em branco, quanto à confiança que o povo português deve ter nas Forças Armadas: as Forças Armadas portuguesas, através da sua vanguarda que é o M. F. A., deram já amplas provas de que merecem e justificam essa confiança.

As intervenções de Vasco Gonçalves são antedemagógicas por excelência. Não prometem a Lua, o Paraíso. Não prometem a solução, para já, de todos os problemas. Num gesto largo e convincente, abre as mãos, espalma-as na nossa direcção: estão nuas, não possuem trunfos escondidos, nem ao menos a varinha mágica que todo o político traz na bagagem. Pelo contrário: refere-se às dificuldades que o País atravessa e que o País ainda irá atravessar. Dificuldades não apenas económicas, mas de carácter social. Vai ao ponto de retirar às famílias portuguesas a ilusão de que as missões militares a África são meros passeios ou viagens de rotina. Não. Ainda

podem morrer alguns portugueses, há que esperar ainda novos sofrimentos.

Não se trata, porém de cultivar o pessimismo. Pelo contrário. Cada cor, aparentemente sombria, esconde um golpe de luz. A democracia política e social a implantar no nosso país encontra-se na calha dessas diferentes. O Movimento das Forças Armadas oferece sacrifícios e dificuldades, mas também oferece algo por que vale a pena lutar: um ideal. O fim da exploração do homem pelo homem.

Quanto à descolonização, Vasco Gonçalves expôs o problema com a possível clareza: as tropas portuguesas encontram-se em África para garantir a vitória do processo democrático. Dificilmente se pode imaginar o alcance desta decisão. Com ela, a Revolução portuguesa ganha uma importância, não localizada neste rectângulo salgado, mas universal. Há nítida opção de influir na correlação de forças do Mundo em que vivemos. Bastava esta simples verificação para dar à Revolução portuguesa toda a confiança. Porque brincar às revoluções é uma coisa; cumprir uma, em

plena selva deste século, é outra bem diferente.

Os perigos de andar demasiado depressa são evidentes. Mais vale — ensina-nos Vasco Gonçalves — caminhar com passos sólidos e firmes do que dar cambalhotas que nos obriguem depois a voltar para trás. Ainda há pouco tempo, na Televisão portuguesa, um grande dirigente africano ensinava o mesmo aos seus compatriotas, quando dizia: não se deve querer saltar o muro, quando ainda estamos longe dele.

Torna-se, evidentemente, impossível dar uma breve sùmula da intervenção do Primeiro-Ministro, tão rica ela foi de ensinamentos, de cristalização e comunicação de experiência, de calor humano, de espírito fraterno. Desprendido do papel, como quem se liberta de algemas, ou socorrendo-se furtivamente dele como de um mapa de campanha, este orador anti-orador, este homem que diz em palavras do povo aquilo que o povo sente e deseja ouvir, deu-nos ontem mais do que uma sessão de dinamização: deu-nos toda uma festa popular.

Festa popular, quer dizer: vitória popular.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Secretaria de Estado da Cultura e Educação Permanente

DIRECÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS

## TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

TEMPORADA DE OPERA E CONCERTO DE 1975

## ESPECTÁCULOS EM MARÇO

«MANON LESCAUT»  
ÓPERAS «RIGOLETTO»  
«SANSÃO E DALILA»

## A DIRECÇÃO DO TEATRO DE S. CARLOS COMUNICA QUE:

1) Atendendo a numerosos pedidos de pessoas que, devido aos seus horários de trabalho, não poderiam estar na bicha de abertura da bilheteira no dia apazado, por ser um 2.ª-feira, foi resolvido adiar-se para

## SÁBADO — DIA 1 DE MARÇO — ÀS 13 HORAS

a abertura da bilheteira referente aos espectáculos que terão lugar, no Teatro de S. Carlos, em Março.

2) Por se terem verificado na última abertura de bilheteira casos abusivos de compra, pela mesma pessoa, de um número excessivo de bilhetes, determina-se que cada pessoa não poderá comprar mais do que:

- SEIS BILHETES INDIVIDUAIS
- OU DOIS CAMAROTES
- OU UM CAMAROTE E TRÊS BILHETES INDIVIDUAIS

3) Estão a ser envidados todos os esforços para que haja dois espectáculos da ópera «RIGOLETTO» no Teatro de S. Carlos, sem prejuízo das récitas da mesma ópera programadas para o Coliseu dos Recreios.

## Hoje

## I PROGRAMA

18.40 TV Juvenil — «Ver e Pensar» — «Sem Coragem não se Faz a História»

Emílio Santana, relata a sua juventude, norteadada pelo exemplo do pai (que foi um sindicalista) e depois duramente experimentada em todas as vicissitudes quando ele próprio se torna um sindicalista (social-anarquista). Emílio Santana evocará sucessivamente a clandestinidade da luta dos anos 30, os reflexos da Guerra de Espanha nas atitudes de Portugal, o jornal «Batalha», a deportação, a Confederação Geral do Trabalho, o 18 de Janeiro de 1934. Perante as câmaras da RTP abordará ainda o atentado contra Salazar, explicando os comos e os porquês — revelações de certo muito importantes e que, por si só, justificam o interesse do programa. «Sem Coragem não se Faz a História» tem a intenção de dar a conhecer aos jovens alguns dos seus irmãos mais velhos que, apesar do fardo do fascismo que lhes pesou sobre os ombros, viveram e actuaram, sempre, com invulgar coragem e determinação. Homens que foram e são dignos da nossa História.

19.00 Perspectiva — panorama das Artes Plásticas. Inclui o documentário dedicado ao tema «Claro-Escuro». Apresentação do pintor João Rocha de Sousa. Produção e realização de José Elyseu.

19.30 Relatório Internacional  
20.00 Telejornal — 2.ª edição

20.15 A final como é?

20.35 «Os Inquéritos do Comissário Maigret» — série baseada em novelas de Georges Simenon com Jean Richard no protagonista — no intervalo: Boletim Meteorológico

22.20 Telejornal — 3.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro

23.00 Fecho

## II PROGRAMA

20.00 Abertura e o 8.º episódio da série «Jamie»

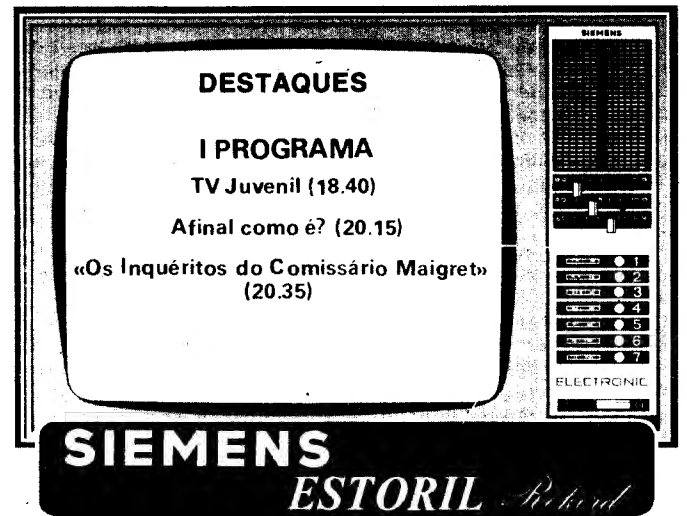
20.25 Desenhos Animados

20.40 Stop — problemas de trânsito

21.00 Telejornal — em diferido a edição das 20 horas, transmitida no I Programa

21.15 Eurovisão — III Festival de Folclore dos Países do Danúbio. Participação de grupos folclóricos da Bulgária, Áustria, Checoslováquia, República Federal da Alemanha, Hungria, Roménia e Jugoslávia.

22.45 Fecho



## amanhã

## I PROGRAMA

12.45: Abertura e desenhos animados «Arthur»; 13.10: Mãos à obra; 13.30: Telejornal — 1.ª edição; 13.45: «A Pedra Branca» (7.º episódio); 14.10: Cartaz dos programas da RTP; 14.20: «Na Senda do Tigre»; 14.40: Ensaio — o trânsito em Lisboa; 15.10: «Resistência» — série filmada «Duas Vezes um Triz»; 16.00: Nome mulher — mães solteiras; 16.40: Desenhos animados «Flintstones»; 17.05: TV Infantil — ver como se faz chocolate; 17.25: Andebol de 7 — transmissão directa do jogo Belenenses-Partizan de Belgrado; 18.45: Cada dia uma esperança; 19.00: Memórias do nosso tempo — «No Interior do Reich»; 20.00: Telejornal; 20.15: A História é feita pelo povo — «Os Anos 30 por Quem Viveu e por Quem Lutou»; 21.00: Noite de cinema — «4.º Mandamento»; 22.40: Telejornal; 23.25: Fecho.

## II PROGRAMA

20.00: Abertura e um episódio da série «A Pedra Branca»; 20.30: Desenhos animados; 20.50: Mãos à obra; 21.00: Telejornal; 21.20: Encontro com o Mundo — a África selvagem; 22.10: «O Imortal» — série dramática; 23.00: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV  
**CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA**  
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA  
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71  
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

# Nacional

## A COMUNICAÇÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO AO PAÍS

Continuação da pág. 1

truturas político-económico-sociais. Esta é uma característica verdadeiramente original da nossa revolução, e que, entre outras coisas, tonará muito difícil o aparecimento de quaisquer ditadores em Portugal. É preciso que o País medite no alcance formidável da dinamização cultural feita pelo Movimento das Forças Armadas.

Noutra passagem do brigadeiro Vasco Gonçalves, salientou que «quando falamos de povo, entendamos também uma pequena burguesia, a média burguesia, os homens da cidade e do campo, todos aqueles que não estão interessados em explorar nas condições que nós todos sabemos como eram antes do 25 de Abril, todos aqueles que não tenham por objectivo da sua vida a exploração do povo português. Todos esses cabem na nossa concepção de povo. Portanto cabem na nossa concepção de povo, todos aqueles que querem lutar pela instauração de uma verdadeira democracia económica e social no nosso país. Não somos sectários, e quando damos relevo, sobretudo às classes trabalhadoras, é porque isso está inscrito no Programa das Forças Armadas, e foi esse o maior motivo que nos levou a fazer o 25 de Abril.

Lembrou depois «os problemas que se acumularam ao longo de 48 anos e que agora temos que resolver. Salientou o problema do saneamento como indispensável para fazer andar a função pública até aqui mantida pelo Governo fascista numa situação de indignidade porque ele somente estava interessado em que ela servisse as classes dominantes. afirmou que a administração pública tem de ser galvanizada mas que o saneamento não pode transformar-se em perseguição vesga e vingativa.

«É preciso que tenhamos à frente da função pública como das empresas, pessoas capazes, pessoas dinâmicas, pessoas imbuídas do espírito do 25 de Abril, pessoas que queiram de facto formar um Portugal novo. Temos muita burocracia, muito legalismo, há muitas pessoas que habituadas à situação anterior, não assumem verdadeiramente as suas responsabilidades, têm medo das responsabilidades. Então, agarram-se muito à burocracia e ao legalismo. Mas é preciso romper com isso, é preciso que os melhores sejam colocados à frente dos lugares mais importantes. É preciso que tenhamos de facto uma democracia da competência. Daí nós compreendemos a ansiedade que por vezes notamos no País, no que respeita ao saneamento» que disse ter passado a ser uma «responsabilidade maior das Forças Armadas.

«Mas o saneamento não é perseguição vesga nem perseguição vingativa. Temos que ter presente que todos os homens são transformáveis, mas queremos gente competente. Não devemos sanear cegamente, porque nesse caso somos injustos, e com a injustiça dos nossos actos nós comprometemos o nosso futuro e o ideal por que nos batemos. Temos permanentemente que procurar ser lucidos, justos e admitir que as pessoas se transformam, que muitos daqueles que nós julgamos nossos inimigos o são, na prática, porque não foram esclarecidos de outra maneira, porque foram criados num determinado conjunto de circunstâncias. Nós próprios que aqui estamos, também combatemos os povos para cuja libertação contribuímos no dia 25 de Abril. E também nos transformamos. A tolerância não significa fraqueza. Antes

pelo contrário — os que são fortes é que são tolerantes. Só os fortes são tolerantes, são seguros, são calmos, são tranquilos.»

Outro ponto em que o brigadeiro Vasco Gonçalves se deteve foi a inflação. «Não será possível travá-la totalmente porque a inflação é própria de um certo sistema económico-social. Nós não mudámos radicalmente as condições de vida em Portugal. Tudo faremos para que essas condições venham a ser modificadas à medida que o nosso país amadureça para os passos que deva dar. Não somos, porém, nenhuns revolucionários loucos, pensando que, de um dia para o outro, trazemos a Lua e a Terra e o paraíso aos portugueses. Ainda teremos por largo tempo que aguentar a inflação. Procuramos tudo fazer para a diminuir, mas não é com a fiscalização que dominamos a alta do custo de vida. Sabemos isso. No entanto, a vigilância popular contra a especulação é muito importante, para não deixar aumentar os preços.»

Lembrou que é neste aspecto que a vigilância popular deve actuar para que, no mínimo, sejam cumpridos os preços estabelecidos pelo Governo.

### O ELOGIO DOS TRABALHADORES ALENTEJANOS

Um passo significativo deste discurso foi o elogio feito aos trabalhadores alentejanos, que «sem exigirem nada mais que o seu modesto salário, se lançaram ao trabalho nas terras abandonadas e hoje apresentam as melhores searas de sempre. Lembrou que «aqueles empresários que não fazem investimentos porque têm falta de confiança no processo são gente que espera fazê-lo voltar para trás, mas este processo não voltará para trás», sublinhou com firmeza. «Outra fonte de problemas — prosseguiu — são os que não cultivam as suas grandes propriedades, e que precisam do exemplo desses generosos trabalhadores alentejanos que lutam pela defesa e pelo desenvolvimento da nossa produção.

«Eles lutam pelos seus interesses quando vão trabalhar, quando vão apenas exigir um salário para não estarem desempregados, mas esses interesses coincidem com os interesses da nossa Pátria. Defendem a produção, defendem a estabilidade, defendem o desenvolvimento da produção. Todos sabem como as carências alimentares, em matérias alimentares básicas, são grandes entre nós, e que as herdamos do fascismo. Temos que desenvolver a produção agrícola, e essa produção só pode ser desenvolvida com o trabalho dos portugueses. A luta generosa dos trabalhadores alentejanos, que mais não possuem do que o seu próprio salário, é um exemplo para todos nós.»

Referindo-se à situação que se vive em muitas empresas afirmou que devido à estrutura empresarial distorcida que herdámos, muitas empresas não estão em condições de suportar aumentos grandes de salários, enquanto outras são mal administradas. Lembrou que uma empresa é um património nacional.

«Os empresários que verdadeiramente o são não se demitem, e investem o produto do trabalho da sua empresa no desenvolvimento da sua própria empresa. Os empresários que se demitem não estão de facto à altura do momento que vivemos.»

Disse depois que devíamos

e muito aos trabalhadores não termos chegado ao caos e à tal desgraça que nos preocupavam.

«É claro que há muita gente que não está interessada no desenvolvimento do nosso processo. Entre nós e lá fora. Desencadeiam-se contra nós campanhas de calúnias a nível internacional, quando nós vivemos na tranquilidade e fizemos uma revolução sem um tiro.

Verberou os boatos e as campanhas que se orquestram contra nós. Referiu-se às afirmações pouco claras e às acções duvidosas.

«Chega-se até a falar — disse — de que estamos à beira da guerra civil. Onde é que isso se verifica? Pois se nós, depois do 25 de Abril, tivemos duas mudanças de presidência da República sem sequer impôr o recolher obrigatório! Não é isto a maior prova da nossa tranquilidade?

«Quando vos agitarem com esses papões, cheguem-se às Forças Armadas. Vejam a sua tranquilidade, a sua calma e a sua segurança, e logo terão as palavras de conforto. Vivemos num clima de tranquilidade. Temos de facto lutas a nível laboral, a nível de saneamento, etc., mas isso não significa que não haja tranquilidade pública, que não haja tranquilidade nas ruas, que não vivamos a nossa vida, que não sejamos um povo pacífico, um povo ordeiro. Não nos deixemos dividir (...). É a unidade, a unidade do povo português, a unidade do povo português com as Forças Armadas, que poderá garantir um processo que se desenvolva num ritmo pacífico, num ritmo sereno (...). Não podemos perder a consciência de que vivemos uma revolução, que se têm operado apreciáveis transformações no nosso País e que tudo se tem operado sem tiros (...). Vivemos uma revolução (...). É natural que as pessoas falem de política, se agitem, se interroguem (...).»

### ESQUERDISMO

Vasco Gonçalves pediu lucidez aos trabalhadores para se defenderem das tendências extremistas e esquerdistas que em nada contribuem para a unidade dos trabalhadores.

«Mas os trabalhadores devem ser sensatos, lúcidos, devem analisar conscientemente a situação em que vivem. Se nós entramos no campo da demagogia, ou do extremismo, podemos comprometer este processo. Temos, hoje mais do que nunca, de consolidar a democracia entre nós e consolidar a nossa economia. Não podemos dar com a nossa economia em pantanas. Nós temos de a consolidar, o que exige sacrifício dos trabalhadores e, também, dos detentores do capital. Eu sei que causa uma certa perturbação não se verem passos dados mais firmemente no sentido de exigir, também, sacrifícios aos detentores do capital.»

«Não vivamos só o âmbito restrito, limitado, da nossa empresa — disse — Vivamos à escala nacional. Pensemos que a economia nacional é feita da produção de todas as empresas portuguesas, quer na cidade, quer no campo. Pensemos que devemos consolidar, de facto, a produção, porque isso nos libertará de problemas imediatos, e poderemos dedicar-nos a outros, como as relações e as condições de trabalho.»

«Não estamos interessados em voltar para trás, nem o Movimento das Forças Armadas o permitirá. Nós andaremos para a frente. Precisamos de dar passos firmes, sólidos e segu-

ros. É preferível dar esses passos seguros, sólidos, firmes, numa certa cadência — do que dar campalhotas para a frente e, depois, voltar para trás. Julgo que essas tendências extremistas não devem ser abatidas como qualquer coisa do demónio que nos aparece à nossa frente. Deveis antes procurar esclarecer. Procurar mostrar os vossos pontos de vista. Procurar mostrar a razão da vossa causa. Recuperar essa gente, esses trabalhadores, mostrar-lhes que já passou a idade do infantilismo acerca desses problemas, que temos de ter lucidez, ser adultos e conscientes. Isso obriga a que os assuntos sejam encarados frontalmente entre uns e outros, a que sejam discutidos, a que haja muita paciência na discussão desses assuntos mas que haja também firmeza no combate a tendências que podem ser prejudiciais às classes trabalhadoras (...). Não vos deixeis dividir por questões ideológicas de lana-caprina. Pensai que os pequenos empresários também têm problemas quando se lhes fazem exigências que não podem satisfazer, e que dessas exigências pode resultar o fecho de uma pequena empresa e o desemprego para vós. Pensai que os pequenos e os médios empresários também são vítimas dos grandes.»

«Não estou aqui a pedir sacrifícios às classes trabalhadoras, mas lucidez, sensatez e, sobretudo, amor à Pátria, que é amor uns pelos outros, para que possamos construir o futuro. É preciso, também, muita atenção para aqueles que metem cunhas no nosso seio, para nos denegrir (...). É a tal vigilância popular de que tantas vezes falo. Não uma vigilância pidesca, mas a que se exerce, falando abertamente às pessoas. Para criarmos um Portugal para o futuro precisamos de autunidade entre todos os portugueses que nela estejam interessados. Só não cabem na nossa unidade aqueles que sabotam a economia, aqueles que não estão interessados na produção, aqueles que metem o dinheiro lá fora, aqueles que tratam mal os que trabalham. Esses não cabem na nossa unidade. Mas os outros, que têm a consciência dos deveres para com os trabalhadores (...), os que são conscientes dos deveres para com a sua Pátria, esses todos cabem na nossa unidade. E devemos formar a nossa unidade com todos eles, porque todos são necessários.»

### DESCOLONIZAÇÃO

O brigadeiro Vasco Gonçalves abordou depois outro importantíssimo problema — a descolonização — que apesar de ter sido um exemplo sem paralelo na história do Mundo ainda pode exigir o sacrifício dos militares portugueses.

«Eu penso — sublinhou — que é uma vitória extraordinária do Movimento das Forças Armadas. Os nossos militares deixaram de ir para a guerra e vão para a paz. Mas não quero dizer que não possam, ter de combater, porque temos de veres a cumprir no Ultramar, de acordo com os compromissos assumidos. Estamos a desenvolver um processo de descolonização impar na História. Assistimos a isto, num País que só perdeu com a política colonial. Alguns terão ganho, aqueles que tinham lá grandes capitais e que os deslocaram, até, para fora de Portugal. Esses ganharam com as colónias, mas o povo português nunca ganhou com as colónias. E herdámos um passivo tremendo nesses territórios. Mesmo assim, celebrámos acordos com

esses povos, que ajudámos a libertar, e que conquistaram, também eles, a sua própria liberdade, pela luta que nos moveram, não foi só o Movimento das Forças Armadas. Nós e eles, contribuímos tanto para a libertação das antigas colónias portuguesas, como para a nossa libertação, aqui em Portugal.»

«Das verbas do Estado português, do nosso orçamento — disse Vasco Gonçalves — vai dinheiro para o ultramar, porque esses povos também ficaram na miséria depois da política do fascismo. E se queremos cimentar uma verdadeira amizade com eles, e queremos estar à altura das nossas responsabilidades históricas, temos de contribuir hoje, ainda, para a vida desses povos. Não estão, ainda, em condições de prescindir do nosso auxílio (...). E mais: temos lá as nossas Forças Armadas para garantir que, nesses países, se estabeleçam regimes democráticos. Desejamos que esses povos se tenham libertado de nós para serem livres e não para serem oprimidos por outros povos. Portanto, precisamos de contribuir com dinheiro nosso, com dinheiro que é vosso (...). São menos casas que aqui construímos, são menos estradas, ou menos escolas. Mas temos um dever para com esses povos (...).»

«Os nossos militares poderão continuar a ter de morrer, apesar de termos feito a paz. E isso verificou-se, o outro dia, em Luanda. Mas hoje não é por nossa vontade. As nossas tropas estão ali para garantir que a independência desses povos se realize. Não desejamos a morte dos nossos soldados. Mas temos acima de tudo de cumprir, com honra, o nossos compromissos.»

Sobre o papel da Igreja e depois de afirmar que cada um tem o direito de ter a religião que entender, ou o direito de não ter nenhuma religião, afirmou:

«A Igreja tem, também, um papel fundamental nesta revo-

lução. A Igreja deve abraçar a nossa revolução e deve ir connosco para os caminhos do futuro. Sabemos que isso já está a ser feito. Portanto, é preciso que haja também lucidez nesses aspectos. As ideias combatem-se com as ideias. O problema religioso é de cada indivíduo (...). Nunca devemos consentir divisões no campo da religião, e devemos estar alerta contra quem nos queira dividir nesse âmbito que é da nossa consciência.»

### NÃO HAVERÁ PASSAGENS ADMINISTRATIVAS

Voltando-se para os problemas do ensino o Primeiro-Ministro afirmou que este ano não haverá passagens administrativas, exortando os estudantes a, juntamente com os professores procurarem encontrar os critérios mais válidos de avaliação de conhecimentos.

Deverão compreender que são «tão trabalhadores como os outros» e que é o povo português que paga as Universidades, que paga as escolas e a parte das propinas que não é paga pelos estudantes.

«Os estudantes são generosos — prosseguiu —, mas também são facilmente levados por essa generosidade dos vinte anos e tomam a nuvem por Junco, quer dizer, vêem a realidade onde está a ilusão.»

«O trabalho dos estudantes conscientes é na Universidade, é nas escolas — disse Vasco Gonçalves. Nós sabemos que as relações entre os professores e os estudantes devem ser

modificadas e que têm sido modificadas. Mas também não se podem inverter as relações entre professores e estudantes. Os estudantes não podem mandar nos professores, nem estes devem mandar nos estudantes. Devem existir relações de colaboração e respeito mútuo (...).»

«Aprovamos decretos sobre gestão de Universidade e das escolas que são dos mais democráticos da Europa e que têm em consideração a participação dos estudantes e dos professores. Mas esses decretos são para gente capaz, para gente consciente, para gente sensata. É preciso que no seio dos estudantes se desenvolvam forças suficientemente progressistas e fortes, capazes de os esclarecer, de lhes mostrar que, assim, com acções como essas de considerar o Estado Português vigente, actual, como um Estado fascista, não reforçam a unidade dos portugueses, nem a nossa democracia. E essas acções estão nitidamente ligadas aos extractos sociais a que os estudantes pertencem. Eles devem fazer um esforço para compreender verdadeiramente a revolução que hoje se está a passar em Portugal.»

### OCUPAÇÕES DE CASAS: «QUE FORÇAS É QUE ESTÃO A PROMOVER ISTO?»

Adiantou em seguida o Primeiro-Ministro para outra realidade que está na ordem do dia, a das ocupações dos prédios em construção.

«Eu considero que isso, embora corresponda à aspiração justa de uma casa a que todo: tem direito, isso não consolida, a nossa revolução.

Eu pergunto, que lógica há em ocupar um prédio que está em construção? Um prédio que não tem água, que não tem esgotos, que não tem nada, que não tem paredes sequer. Eles abandonam uma barraca para ir viver para outras barracas. Isso é consciência dos trabalhadores?

Pois bem: devem ser os trabalhadores mais conscientes, deve ser o povo mais consciente, mesmo os homens mais conscientes que vivem nas barracas, que devem dizer aos seus companheiros que não façam isso. Eles assim não estão a combater a exploração do homem pelo homem. Estão a agravar as condições em que vive o nosso país. Estão a prejudicar a produção, porque quando eles vão ocupar esses prédios os trabalhadores que estavam a fazer a construção ficam desempregados.

Eu parece-me que isto se mete pelos olhos dentro! Que lucra mais pavimentos e em que o ar entra de um prédio que só tem pilares e pavimentos e em que o ar penetra por todos os lados, do que viver numa barraca? Que forças é que estarão a promover isto? Será a consciência do povo que está a levá-lo a tomar essas acções, ou será antes a sua inconsciência? Não será preciso auxiliar essa gente, não será preciso esclarecê-la? Será demagogia o que eu estou a dizer?

Estamos a viver um momento histórico.

«Eu penso que o momento histórico que estamos a viver é um momento comparável a 1820, a 1836, a 1910. Nestas datas, perspectivas se abriram ao futuro dos portugueses e essas perspectivas foram iludidas. Pois bem: é um dever de honra do M. F. A. e de todas as forças progressivas e patrióticas do nosso país que não deixem quebrar essa expe-

Continua na pág. 8



Rectângulos

Maria Judite de Carvalho

## OS LIVROS SEM TEXTO

É uma celebridade inde-sejada, esta que há anos sofrem alguns escritores vivos ou já desaparecidos, portugueses e estrangeiros, cujos nomes andam, por assim dizer, nas bocas do mundo, isto é, nas montras das livrarias. Porque só esses, por assim dizer óbvios, interessam ao comprador da mercadoria a que me refiro. Quem compra um desses objectos, pelos vistos decorativos, nunca leu nada que jeito tenha, aposte, e então quer ter a certeza. E daí, quem sabe? Há gente tão estranha neste mundo.

Não é novidade portanto. Mas hoje entrei numa loja e vi cinco bonitas e sobretudo luxuosas lombadas, de cinco livros conhecidos de cinco autores não menos conhecidos. Tudo aquilo, lombadas, capa do primeiro, contracapa do último, folhas, era na verdade uma beleza em cabedal e oiro. Mas abria-se, e lá dentro havia um frasco para whisky e dois copos idem. Também já vi algures «A Selva» e «Os Capitães da Areia» (creio que eram estes romances mas não tenho a certeza) transformados em caixas para cigarros.

Nunca vi mas li já não sei onde, que há decoradores que utilizam — utilizavam? — as tais lombadas de cabedal e oiro, a metro, para as suas decorações novo-riquistas. Porque não usavam livros autênticos, isto é para mim um mistério. Ou talvez não. Assim, as almas tranquilas não se sentiam ignorantes nem diminuídas. Estavam acima de tudo. Senhoras de um invólucro luxuoso e de um núcleo tranquilizador. Dentro dele, nada de problemas, só álcool e fumo. Só coisa nenhuma, o vazio a metro.

Ministério dos Assuntos Sociais

## HOSPITAL DE SANTA MARIA

FIOS DE SUTURA Concurso Público n.º 26/75 ADESIVOS

Concurso Público n.º 27/75 AGULHAS HIPODÉRMICAS, DE PUNÇÃO E DE FISCHER Concurso Público n.º 28/75

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, excepto aos Sábados (das 9 às 12.30 horas), na Secretaria do Serviço de Aquisições.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicada nos Cadernos de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 18 de Fevereiro de 1975.

Pel'A COMISSÃO INSTALADORA

a) Manuel Brioso Pina de Jesus

## ELEIÇÕES

## EM ESTUDO A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA ÀS CANDIDATURAS

A necessidade de estabelecer com muita urgência, quais os documentos que os juizes podem exigir no acto de apresentação das candidaturas à Assembleia Constituinte foi encarada, ontem, pelos técnicos do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos do Ministério da Administração Interna.

Aquele serviço está a estudar um projecto de diploma legal que vincule os juizes, em todo o espaço eleitoral, pois, conforme nos informaram, os partidos poderão correr o risco de arcar com um trabalho quase impossível de suportar, se alguns magistrados entenderem solicitar documentos de morosa aquisição.

Na verdade, o art.º 24.º do Decreto-Lei 621-C-74 (Lei Eleitoral) prescreve, no segundo parágrafo, que «cada lista será ainda instruída com documentos que façam prova bastante da existência legal do partido proponente e da capacidade eleitoral dos candidatos».

Sobre a capacidade eleitoral dos candidatos, o Decreto-Lei

621-A-74, no seu art.º 6.º, estabelece que estes terão de ser portugueses há mais de quinze anos, saber ler e escrever português, residir em território eleitoral há pelo menos seis meses, e, além de outros requisitos, não estarem abrangidos pelo diploma das incapacidades eleitorais.

## NÚMERO DE DEPUTADOS

Entretanto, só hoje ou amanhã são esperados no Ministério da Administração Interna os números definitivos de eleitores para a Assembleia Constituinte, sobre os quais o Governo elaborará, e publicará, até à próxima quarta-feira, dia 26, o mapa com o número de deputados e sua distribuição pelos círculos.

Como se encontra estipulado na lei eleitoral, em cada círculo haverá um deputado por cada 25 mil eleitores inscritos ou resto superior a 12.500.

No que respeita ao distrito de Lisboa, em contacto com o gabinete do governador civil,

ficámos a saber que já todas as comissões de recenseamento deste círculo tinham informado os números obtidos. Neste momento, os funcionários do Governo Civil elaboram os cálculos finais para os enviar ao Ministério da Administração Interna.

## Sem dinheiro e sem ovelhas

O agricultor de Serpa Jesus Grou estava satisfeito com o negócio realizado no mercado quinzenal de gado em Beja: vendera as ovelhas por bom preço e levava na carteira os cinco contos da transacção.

Mas ao deslocar-se, esta madrugada, para a estação ferroviária local, foi assaltado, no Jardim da Rampa, por dois desconhecidos que, depois de o agredirem e amordaçarem, lhe furtaram a carteira.

E assim ficou Jesus Grou sem ovelhas e sem dinheiro e com o corpo marcado por equimoses dolorosas.

## PUB.

## Comunicação da administração da Companhia União Fabril

A moção aprovada pelo Plenário dos Trabalhadores da CUF e divulgada publicamente em 14.2.75, contém afirmações e acusações que a Administração não considera justas.

O esforço de investimento que sempre caracterizou a CUF e que, particularmente nos últimos meses, se traduziu na remodelação de unidades e até na deliberação de arrancar com um vasto plano de investimentos (que é conhecido de muitos trabalhadores) é prova de que continua a lutar pelo futuro dos seus trabalhadores e pela criação de novos postos de trabalho.

Aliás, a segurança de emprego é uma característica bem conhecida da política da CUF. Neste campo específico, é importante registar que o volume de emprego na CUF não diminuiu nos últimos meses.

O complexo fabril do Barreiro desenvolveu-se organicamente ao longo de quase setenta anos. Assim, algumas das suas unidades não tem um nível técnico tão moderno quanto as mais recentes, sendo certo, porém, que, na sua maioria, o nível tecnológico é

muito elevado, e cuja realização está directamente dependente da significativa capacidade dos trabalhadores, em todos os planos, e que podem ser apresentadas como exemplos únicos em todo o Mundo.

Esta sobreposição de níveis tecnológicos diferentes existe em qualquer complexo industrial com esta idade e é retrato da sua própria história.

Dai, e do tipo de actividade exercida, decorre o problema da poluição, a que todos somos sensíveis e para o qual vêm sendo aplicadas medidas importantes e onerosas de correcção, além de se dotarem as novas unidades com as mais recentes técnicas antipoluição disponíveis.

Não nos podemos esquecer que a luta contra a poluição, mesmo em países muito avançados, é recente e que as soluções técnicas preconizadas (sobretudo quando aplicadas a unidades antigas) nem sempre conduzem de imediato aos resultados desejados.

Em todos estes aspectos, como também no que se refere à actividade geral da CUF, a Administração está consciente

que uma acção de crítica dos trabalhadores é desejável e tem uma óbvia importância para a melhoria das condições gerais de trabalho e para a garantia do futuro da empresa. Neste aspecto, há importantes formas de cooperação a desenvolver entre os trabalhadores, a todos os níveis.

E, porém, nossa convicção que os problemas agora surgidos na CUF transcendem as questões concretas que se podem pôr e integram-se num sistema mais amplo que se vem desenvolvendo paralelamente à clarificação das regras orientadoras das actividades económicas aprovadas pelo Governo português.

No momento em que se aprova e se torna público o Programa de Política Económica e Social e se considera indispensável um esforço colectivo para dinamizar a economia portuguesa, é com extrema preocupação que se observam estes ataques.

Estamos cientes que os trabalhadores da CUF saberão interpretar, nos seus diversos aspectos, os actuais acontecimentos.

## COLISEU

EMPRESA RICARDO COVÕES (HERD.) — Tel. 36 19 97

DIRECTAMENTE DA UNIÃO SOVIÉTICA

## OS GOSSACOS DA UKRANIA

O ESPECTÁCULO QUE ASSOMBRA O MUNDO! PELA PRIMEIRA VEZ EM LISBOA OS FAMOSOS E FABULOSOS

## COROS E DANÇAS DA UKRANIA



CONJUNTO OFICIAL DA U. R. S. S.!

120 COMPONENTES!

2000 LUXUOSOS TRAJOS!

BALARINOS • CANTORES • ORQUESTRA POPULAR

SOB A DIRECÇÃO DE

ANATOLI AVDIEVSKI

DE 25 DE FEVEREIRO a 15 DE MARÇO

TODAS AS NOITES, ÀS 21.30 H.

DOMINGOS, «MATINÉES» ÀS 16 H.

BILHETES À VENDA A PARTIR DAS 13 H. PARA OS 4 PRIMEIROS DIAS

Recomenda-se aos grupos da província que organizam excursões, façam previamente a sua reserva de bilhetes

ROMA

9.ª E ÚLTIMA SEMANA

CINEARTE

AS 15.30-18.30-21.45-00.30 H

AS 21.30 H



LAURA ANTONELLI

(a revelação de "MALÍCIA")

ao lado de

GIANCARLO GIANNINI

SEXO LOUCO

SESSO MATTO

um filme de DINO RISI

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

EASTMANCOLOR

DOPPELFILME

UM FILME DE STANLEY KUBRICK

LARANJA MECÂNICA

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

CINEMA CASTIL

20.ª SEMANA DE ÊXITO

# Nacional

## A COMUNICAÇÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO AO PAÍS

Continuação da pág. 6

rança, que nós desta vez não percamos o nosso futuro.

E é preciso termos a consciência do momento que vivemos. Nós vivemos um momento histórico, um momento como não viveram os nossos pais, como sabemos se viverão os nossos filhos (...).

Estes momentos são raros na história portuguesa. É preciso que tenhamos a consciência disso e é preciso que, tendo a consciência de que somos os construtores do nosso futuro, saibamos dar os passos com a lucidez — eu repito, estou farto hoje aqui de falar na lucidez, mas a lucidez está ao alcance de todos. E dois homens são mais lúcidos que um só.

E conversardes entre vós, é discutirdes, é procurardes de facto os caminhos que interessam a vós, que são os caminhos que interessam a nossa Pátria. Sede lúcidos! Pelo facto de muitos dos portugueses não saberem ler, não quer dizer que não sejam lúcidos. Eles aprenderam na sua vida prática, na sua vida quotidiana, eles sabem resolver os seus problemas quotidianos, eles sustentam a sua família. Há muita gente que não sabe ler e escrever e que mandou os filhos estudar.

É um dever de honra dos filhos dos trabalhadores honrarem-se com essa ascensão.

### QUEM SÃO OS INIMIGOS DA REVOLUÇÃO

«Há um problema também que é muito importante para o povo português: definir bem quem é o seu inimigo. Penso mesmo que os nossos partidos políticos devem ter isso em

atenção. É que a reacção e o fascismo ainda não morreram em Portugal, ainda não estão completamente batidos. E nós temos de ter isso bem presente. Isso mostra-se até em actividades quotidianas, com sabotagens económicas, com homens que não queiram deliberadamente cultivar as suas terras, ou gente que não trabalha na função pública como deve trabalhar, ou gente que não esteja ao serviço daqueles que os procuram como deve estar. Tudo isso são variedades de fascismo e de reacção.

Gente que queira viver como antes. A gente hoje não pode viver como vivia antes do 25 de Abril.

Nós devemos hoje, quando vamos para casa, pensar na nossa Pátria, naquilo que vamos fazer amanhã, naquilo que é preciso fazer pela nossa Pátria. E isso é dever de todos, não é só das cúpulas, não só de meia dúzia de indivíduos, não só do M. F. A. ou das direcções dos partidos políticos, é um dever de todos os portugueses, é um dever das massas, é um dever vosso, porque isto é vosso. Deveis ter isto bem presente. É para isto que eu chamo a atenção para a vossa vigilância. Mais uma vez eu repito: não é transformar os portugueses em polícias, é antes, de cara bem aberta, olhos nos olhos, criticardes aquilo que virdes mal, mas com firmeza e tolerância. Estardes alerta de facto para aqueles que são os nossos inimigos, os inimigos da nossa revolução.

### INSTITUCIONALIZAÇÃO DO M.F.A. GARANTE DA REVOLUÇÃO

«As Forças Armadas devem ser um impulsor e um garante da revolução portuguesa (...)

O Movimento das Forças Armadas é o aliado de todos aqueles que tenham as ideias que estão no nosso Programa. Nós pensamos que sobre os nossos ombros há uma grave responsabilidade histórica a cumprir. Nós não desejamos apenas mudar as moscas em Portugal e que o resto fique na mesma — e julgamos que já temos dado bastantes indícios disso. Nós desejamos, de facto, que no nosso país seja construído com firmeza, o caminho verdadeiro para a democracia política, económica e social, e não só para a demo-

cracia política. Para isso o nosso Movimento, as Forças Armadas, têm que continuar a sua tarefa. Ela não termina quando forem institucionalizadas ou começarem a funcionar os novos órgãos da soberania da Nação que hão-de ser estabelecidos na futura Constituição.»

### UMA PÁTRIA À NOSSA MEDIDA

«Nós desejamos construir de facto uma Pátria à nossa medida e à nossa escala. Não andamos a copiar modelos alheios. Queremos construir uma Pátria baseada na experiência que vamos tendo e no raciocínio sobre essa experiência que fomos fazendo. Nós queremos ser os construtores do nosso próprio futuro, um futuro que seja um futuro de independência nacional, um futuro aberto a todos os povos do Mundo, um futuro que tenha em consideração toda a abertura que hoje temos em África, por exemplo. Ainda há dias a Organização de Unidade Africana levantou o embargo das relações com Portugal. Quer dizer, hoje, livremente, todos os países da África se podem dar com Portugal. Porque nós somos um país pobre, mas a maneira como temos descolonizado dá-nos um grande valor moral, dá-nos uma grande autoridade moral em África, onde estamos construindo novas pátrias de expressão portuguesa. Nós deixámos lá tudo, nós não trouxemos nada de lá, deixámos lá os estabelecimentos que tínhamos, os palácios do Governo que havia, nós não tirámos de lá o mobiliário, não tirámos de lá as instalações, não tirámos de lá os aparelhos de ar condicionado, deixámos lá tudo porque somos generosos e francos. Isto é um grande exemplo para todo o Mundo.

### PLANO ECONÓMICO: COMPROMISSO ENTRE O M.F.A. E OS PARTIDOS DE COLIGAÇÃO

Depois de apelar para a necessidade de redobramos esforços no sentido de evitarmos a grande dependência em que estamos na questão de alimentos fundamentais, prosseguiu: «Vai ser apresentado o Programa Económico e Social. Pois bem: para que esse Programa Económico e Social

possa ir para a frente, é necessário uma participação activa e impulsora do Movimento das Forças Armadas, em aliança com todos aqueles que estejam dispostos a ir para a frente connosco. Mas nós pensamos que é fundamental que sejamos nós os impulsadores e garantes desse Programa Económico e Social. Esse Programa, do qual dentro de pouco tereis conhecimento, define orientações gerais. É um instrumento de trabalho. É uma plataforma de compromisso entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos de coligação. Sobre esse Programa, o M.F.A. deve ter uma participação activa, para garantir que esse programa vai dentro do sentido segundo o qual ele foi concebido.

«Daí também essa necessidade de institucionalização do Movimento das Forças Armadas. Esse Programa aponta uma via socializante, e de entre outras, eu desejaria salientar como mais progressivas algumas das medidas que a seguir vou ler: O controlo do sistema bancário; a lei sobre o arrendamento rural, sobre os baldios, sobre os planos de exploração, sobre os regadios; a nacionalização de algumas indústrias de base; a racionalização dos circuitos comerciais. Vai ser definido um código de investimentos estrangeiros e serão definidos os sectores destinados ao investimento privado e ao investimento público, porque nós, mais uma vez eu repito, não somos contra a iniciativa privada. Ao serviço da nossa Pátria, não somos contra qualquer iniciativa. Mas ela tem que estar de facto ao serviço da nossa Pátria.

«Quando nós pedimos austeridade é porque temos a noção das realidades e sabemos que dias duros se aproximam do nosso país. Aliás, vós vedes todos os dias, por essa Europa fora, milhões e milhões de desempregados. Isso é próprio do sistema. Nós não ultrapassámos o sistema em que vivemos, nem o ultrapassámos de um dia para o outro. Queremos atingir uma sociedade justa, mas até lá muito trabalho teremos de produzir, muito osso teremos de roer e teremos de ter uma coisa sempre na mente: é que deveremos procurar atingir essa sociedade justa por via pacífica.»

### CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS

«Eu também apelo ao povo português para que se organize e associe, criando cooperativas; não tenhais medo das cooperativas. Aqueles que têm melhor a noção disso que expliquem aos outros, que hoje não é o tempo das cooperativas de antigamente. A gente sabe que as cooperativas de antigamente eram uma falsidade. Mas queremos constituir cooperativas e outras associações de outro tipo, que vós mesmos criéis e inventeis. Creio que a associação, que a união faz a força. Nós apelamos para a vossa unidade, apelamos para o vosso espírito associativo. Se ao princípio tiverdes dificuldades, tende paciência, tende perseverança, tende coragem moral para aguentar as críticas para aguentar os desgostos. Deveis ter a consciência de estardes a criar um Portugal novo. (...)

Pela sua extensão é-nos completamente impossível apresentar na íntegra o discurso do brigadeiro Vasco Gonçalves que, praticamente, tocou todos os pontos da actual conjuntura política. De uma forma bastante clara não se coibiu de condenar a política por vezes baixa e pouco clara, o fascínio eleitoralista que leva alguns a afastarem-se dos verdadeiros interesses do povo português.

Chamou a atenção para a vi-

gilância do povo no sentido de não se deixar dividir sob qualquer pretexto. Quem tenta dividir o povo é quem o pretende explorar.

Ficou bem claro que o M.F.A. não permitirá seja de que maneira for que o processo revolucionário e as conquistas do povo português voltem para trás.

São explícitas estas palavras finais do seu discurso:

«A nova Constituição não pode atrair o espírito do Programa do M.F.A. Só assim se garantirá a liberdade do povo português. Nós não vamos perder pela via eleitoral aquilo que tanto tem custado ao povo português.

«A política deve ser transparente para que o Povo aprenda, pois ele não deve ser enganado, uma vez que não foi para isso que o M.F.A. fez esta revolução.»

Uma advertência séria àqueles que se preparam para explorar a ignorância e a despolíticação de uma larga camada do povo português. O M.F.A. estará atento a todo o tipo de manobras como muitas das que se vêm esboçando nos meios mais reacçãoários da província onde patrões sem escrúpulos inscrevem os empregados nos seus partidos.

Explícita também a denúncia e condenação, embora com exemplar serenidade, dos jogos de política de corredor que afirma não terem lugar na Revolução Portuguesa.

## A Gulbenkian lembra Luís de Freitas Branco

No prosseguimento das comemorações do 20.º aniversário da morte de Luís de Freitas Branco, iniciativa da Fundação Gulbenkian, realizar-se-á no Auditório Dois desta Instituição, hoje às 18 e 30, um concerto integralmente preenchido com música daquele grande compositor português. O programa deste concerto terá o particular interesse de nos apresentar diferentes facetas da obra de Freitas Branco no domínio da música de câmara.

Assim, a pianista Nella Maisa fará ouvir a *Sonatina*, *Quatro Prelúdios* e *Mirages*. Esta mesma artista acompanhará o barítono José de Oliveira Lo-

pes na interpretação dos ciclos de canções *Trilogia da Morte* e *Serres Chaudes*, respectivamente sobre poemas de Baudelaire e Maeterlinck. Finalmente, o Quarteto de Cordas de Lisboa (constituído pelos violinistas Aníbal Lima e Jorge Lé, violonista Ana Bela Chaves e violoncelista Clélia Vital) executará o *Quarteto de Cordas* de Luís de Freitas Branco.

As comemorações deste compositor na Fundação Gulbenkian prosseguirão nos próximos dias 24 e 28, às 21 e 30, com concertos organizados pela Emissora Nacional e pela Sociedade de Concertos de Lisboa/Círculo de Cultura Musical.

## SANTARENO EM CARNIDE

Hoje às 21 e 45, o Grupo de Teatro da Sociedade Dramática de Carnide, estreia na sede da colectividade (Vila Guimarães-Carnide) a peça de Bernardo Santareno, «A

Traição do Padre Martinho». Saliente-se, pela sua invulgaridade, o facto de aquele conjunto cénico ser formado por uma equipa de sessenta (!) amadores.

## PARABÉNS AO "JAZZ"

Logo, a «23.ª Hora», a ser transmitida através dos Emissores Associados de Lisboa, estará em festa. Precisamente

meia hora antes do começo de um novo dia, irá para o ar a 3182.ª edição de «Cinco Minutos de Jazz». O programa entrará então no seu décimo ano de divulgação e informação do jazz. Não é nada: são 15910 minutos de jazz!... Parabéns ao José Duarte.

## "EXPOSIÇÃO MUNDIAL" EM BELÉM

Na Galeria Nacional de Arte Moderna, em Belém (Mercado da Primavera) abriu ao público a Terceira Exposição Mundial de Fotografia.

A exposição é constituída por 434 fotografias de 86 países realizadas por 170 fotógrafos, encerrando-se em 2 de Março (horário das 15 às 23 horas).

## 5 MESES

### DE ÉXITO!

EM LISBOA, PORTO, PARIS e DIGRESSÃO PELO PAÍS

A COMPANHIA RAFAEL DE OLIVEIRA

APRESENTA NO

## TEATRO VILLARET

A PARTIR DE HOJE às 21,45 horas

Sábado e Domingo «Matinées» às 16 h. NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

A PEÇA DE BERNARDO SANTARENO

Proibida pela Censura Fascista desde 1969

## A TRAIÇÃO DO PADRE MARTINHO

Numa brilhante encenação de ROGÉRIO PAULO UMA CURTA SÉRIE DE REPRESENTAÇÕES Para que o público que ainda não viu, não deixe de ver e aplaudir...

UMA OBRA QUE SERVINDO O TEATRO SERVE O COMBATE AO OBS-CURANTISMO E A REACÇÃO

MARIA VITÓRIA

TODOS OS DIAS ÀS 20.45 E 23 H.

(Não aconselhável a menores de 18 anos)

O MAIOR ÉXITO DE SEMPRE!

a sensacional REVISTA

## ATÉ PARECE MENTIRA!...

com um extraordinário elenco e um grande corpo de baile

Aos domingos e feriados «matinées», às 16 horas

Às 2.ª-feiras: descanso

## A COMUNA DE PARIS

o primeiro governo socialista da história



TEATRO EXPERIMENTAL DE CASCAIS

## CERIMONIAL PARA UM COMBATE

de Claude Prin versão de Orlando Neves

no TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

TODAS AS NOITES, às 22 h. SÁBADOS, matinées, às 16 h. DESCANSO A 2.ª FEIRA

PREÇOS DE 17\$50 A 40\$00

# TRABALHADOR A RECONSTRUÇÃO NACIONAL É CONTIGO



Contigo e para ti, é urgente reconstruir o País!  
Palavras, intenções ou desejos não chegam.  
É preciso refazer—transformar—melhorar!  
Em muitos pontos, é preciso recomeçar—do nada!  
E para isso, é preciso dinheiro!  
Agora, a responsabilidade é nossa! Só podemos contar  
connosco! Com cada um de nós! Com todos! Na medida  
das nossas possibilidades—com optimismo, coragem,  
confiança—é preciso participar! Compra Títulos do  
Tesouro para a Reconstrução Nacional! Individualmente  
ou em grupo! É preciso o teu esforço para a  
Reconstrução Nacional. O juro não é só 10% ao ano  
mais o prémio no reembolso! É 100% de segurança  
e garantias de trabalho no futuro de todos nós!

**Compra Títulos do Tesouro para a Reconstrução Nacional!**  
**Só até 28 de Fevereiro.**



# Nacional

## RUI VILAR NO PORTO

### Acção diplomática para a exportação do vinho do Porto

PORTO, 21 — «Temos desenvolvido uma acção diplomática com vista a exportação do vinho do Porto. Logo que os problemas com a exportação foram detectados, o Governo tomou medidas e a estratégia está a desenvolver-se a nível diplomático e a nível comercial», afirmou ontem aos órgãos de Informação o ministro da Economia, dr. Rui Vilar, que se deslocou ao Porto para falar directamente com produtores, exportadores e representantes da Comissão Liquidatária da Casa do Douro.

Estes encontros tiveram lugar no Instituto do Vinho do Porto, sendo o ministro acompanhado do secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, dr. Vera Jardim, e do presidente da Junta Nacional do Vinho.

O dr. Rui Vilar afirmou que esta deslocação se destinava, sobretudo, a estudar os problemas da exportação do vinho do Porto, acrescentando: «Neste momento a imprensa estrangeira, sobretudo a mais reaccionária, lançou uma campanha e desencadeou uma série de acções contra esse nosso produto de exportação». A este propósito, afirmou que alguma imprensa portuguesa analisa o problema nos mesmos termos em que o faz a estrangeira que nos ataca, o que leva aos mesmos resultados e acrescentou: «Este é, afinal, um problema que interessa a 25 mil portugueses de toda uma região, como interessa também ao nosso comércio de divisas. É um dos problemas herdados do regime anterior. Já foi também dito que o inquérito está em curso e que as responsabilidades se-

rão devidamente averiguadas e punidas. Quanto ao inquérito vamos até ao fundo, mas o que não interessa é a especulação que a imprensa tem feito em torno da aguardente soviética. Isso é também o que faz a imprensa reaccionária estrangeira».

Respondendo a perguntas dos jornalistas, o dr. Rui Vilar referiu-se aos subsídios à Lavoura («não foram retirados, o que há é uma política diferente») e ao problema dos vinhos de pasto da região do Douro. Quanto a estes, afirmou que foi feito, para o seu escoamento, um esforço financeiro maior, sendo dado um tratamento especial ao Douro em vista de serem também maiores neste região os custos de produção, mas isso não significa que fossem revistas as tabelas existentes por acarretarem

um esforço financeiro que neste momento não pode ser feito.

Sobre alguns problemas imediatos dos lavradores (na colocação de grande parte do vinho das colheitas de 73 e 74 e inexistência de locais de armazenamento na próxima vindima), o dr. Rui Vilar respondeu que o problema está a ser tratado e que ontem mesmo, na reunião com produtores, foi abordado. Assim, haverá uma política de aguardentes e de armazenamento, assegurando o escoamento das existências e a possibilidade de tratamento («benefício») do vinho. O dr. Rui Vilar insistiu, ainda, na reestruturação da Lavoura du-riense: «O estudo está aberto e cabe agora a todos os sectores fazer propostas concretas. O problema do reordenamento agrícola é um problema da própria estrutura agrícola e isso carece de tempo para se resolver». Referiu-se ainda ao apoio imediato dado as cooperativas e que o Governo continuaria a apoiar.

Durante a sua permanência no Instituto do Vinho do Porto, o ministro da Economia, de tarde, reuniu separadamente com representantes da Lavoura e dos exportadores que ali se deslocaram em grande número. Ao fim da manhã, reuniu com os representantes da Comissão Liquidatária da Casa do Douro e do Grémio dos Exportadores, tendo almoçado com os governadores civis dos três distritos implicados neste problema: Porto, Vila Real e Viseu. O dr. Rui Vilar regressou a Lisboa ao princípio da noite por via aérea.

## O EMBAIXADOR DOS E.U.A. ENCONTRA-SE NO NORTE

Deslocou-se ao Norte o embaixador da América em Portugal, que esta manhã acompanhado do consul do seu país nesta cidade, apresentou cumprimentos às principais entidades oficiais. Esta tarde, aquele

diplomata contactará com elementos da colónia americana e amanhã dará um passeio pelo Minho, devendo regressar ao fim da tarde a Lisboa.

tério Público dos Tribunais de Trabalho do Norte do País. Foi deliberado remeterem aos ministros da Justiça e do Trabalho exposições, nas quais afirmam terem plena consciência das diversas deficiências existentes nos Tribunais de Trabalho. Pedem ainda que a justiça do trabalho seja integrada no Ministério da Justiça.

**PIERRE EELSEN**

O dr. Pierre Eelsen, profes-

sor da Universidade de Paris, profere amanhã, às 9 e 21 horas, nos salões da Associação Comercial do Porto, duas lições que serão presididas pelo governador civil do Porto e a que deverá assistir o bispo da diocese.

Aquele professor efectuará, cerca do meio-dia, uma reunião com os membros da delegação do Norte do Partido Socialista. Após o almoço, efectuará uma visita à cidade.

## Mário Ruivo recebeu delegação de S. Tomé

O dr. Mário Ruivo recebeu no seu gabinete uma delegação do Governo de Transição de S. Tomé e Príncipe, composta pelo dr. Gastão Torres, ministro do Trabalho, e da Justiça, e pelo major José Maria de Azevedo, secretário de Estado do Ambiente, que com ele quiseram debater algumas questões ligadas ao sector das pescas em S. Tomé e Príncipe.

Após demorada troca de impressões para análise de vários problemas referentes aquele sector estudo de possi-

bilidades para o seu necessário desenvolvimento, o secretário de Estado das Pescas, que se encontrava acompanhado pelo dr. Correia da Costa, biólogo que realizou em anos passados trabalhos de investigação sobre as pescas naquele arquipélago, acordou com a delegação governamental em enviar proximamente a S. Tomé e Príncipe, mediante acordo a estabelecer com o Gabinete Técnico junto da Comissão de Descolonização, uma missão que, além de reactualizar os conhecimentos sobre o estado das pescarias, estude as soluções mais convenientes, a breve e longo prazo, para a reactivação deste sector.

O secretário de Estado das Pescas reafirmou a delegação de S. Tomé e Príncipe a intenção do seu departamento governamental de vir a dar aos novos países africanos de língua portuguesa a cooperação indispensável no domínio, entre outros, da formação profissional, abrindo as escolas de pesca portuguesas aos pescadores desses países.

Por último, o dr. Mário Ruivo

trocou ainda impressões com os delegados do Governo de S. Tomé sobre a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, matéria em que o nosso País se sente particularmente solidário com os países do Terceiro Mundo.

### REESTRUTURAÇÃO DAS ESCOLAS DE PESCA

Por despacho do secretário de Estado das Pescas, dr. Mário Ruivo, enviado para o «Diário de Governo», acaba de ser criada uma Comissão Reorganizativa das Escolas de Pesca, de que fazem parte o comandante Muñoz de Oliveira (presidente), e os drs. José Sanches, David Bragança, Gil, Francisco Palmilha, Marcelo Vasconcelos e Gustavo de Miranda, daquele departamento de Estado.

A Comissão fica encarregada de rever o funcionamento técnico e pedagógico das escolas de pesca de Lisboa, e de apresentar, até 31 de Maio, deste ano, um relatório contendo análise da situação e formular propostas alternativas para a sua reestruturação.

## Militantes do P.R.P. libertados de Caxias

Foram libertados pelo Copcon os oito militantes do Partido Revolucionário do Proletariado (P. R. P. (B. R.)) que se encontravam detidos, no Forte de Caxias, por terem sido surpreendidos, na tarde de domingo passado, por uma patrulha militar, quando treinavam tiro

na praia de S. Julião.

Os oito membros do P.R.P. justificaram a sua posição afirmando que, como militantes de uma organização revolucionária, se treinavam para enfrentar qualquer eventualidade reaccionária para não suceder o que sucedeu no Chile.

## ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES-ESTUDANTES

Decorre amanhã e depois, em Lisboa, o Grande Encontro Nacional de Trabalhadores-Estudantes, promovido pelo Movimento da Juventude Trabalhadora e pela Intersindical. Em conferência de imprensa, ontem à tarde, a organização do Encontro definiu concretamente o objectivo primordial da iniciativa e divulgou pormenores.

Assim, realizaram-se em todo o País amplas reuniões, em escolas, empresas e sindicatos, consistindo o papel da Intersindical em dar a tais iniciativas e à realização do Encontro todo o apoio possível.

Das reuniões saíram teses e hipóteses de trabalho que serão discutidas, no sábado, em sete secções: Problema da divisão entre ensino técnico e ensino liceal; possibilidade de acesso dos jovens trabalhadores ao ensino; alteração do conteúdo dos livros e programas e, mesmo, das relações professor-aluno; problemas relativos ao aperfeiçoamento profissional; organizações dos trabalhadores-estudantes na escola (Movimento Associativo); os trabalhadores estudantes na empresa; e os trabalhadores-estudantes e o ensino particular nocturno.

Um secretariado recolherá todas as teses e, no dia seguinte, ler-se-ão as conclusões. Está previsto que, então, se inicie um comício sobre a actual etapa do processo revolucionário em curso no nosso país, a seguir ao qual haverá uma sessão de Canto Livre, com a par-

ticipação do Coro dos Mineiros de Aljustrel, de José Barata Moura, do conjunto Intróito, de José Viana e de outros cantores e artistas de teatro.

Dado que a leitura das conclusões, o comício e a sessão de Canto Livre são abertos a todos os jovens trabalhadores (e não só), os acontecimentos, no domingo, vão passar-se no Pavilhão dos Desportos e não no I. S. T.

Os organizadores prevêem a participação de mil a 1200 pessoas nos trabalhos do dia 22, vindos de todo o País e representando várias escolas e empresas. Contam, ainda, com o apoio do Sindicato dos Professores, cujos membros têm, conforme nos foi dito na conferência de imprensa, trabalhado em conjunto com jovens trabalhadores-estudantes na elaboração de propostas a apresentar no Encontro.

No final da reunião dos organizadores com os órgãos de Informação, César Roussado, do M. J. T., que, com Isabel Pato do M. J. T. e José Gaspar, da Intersindical, constituíram a mesa, fez um apelo à comparsa em massa de todos os jovens trabalhadores estudantes e de todos os estudantes e trabalhadores em geral, ao comício, canto livre e leitura das conclusões, a efectuar no domingo, no Pavilhão. As conclusões finais serão, depois, enviadas ao Governo Provisório, Ministério do Trabalho e Ministério da Educação e Cultura.

## Reunião do C.D.S. à porta fechada

PORTO, 21 — Na sede do Porto do Centro Democrático-Social estiveram ontem reunidos os mais qualificados representantes daquele partido, numa sessão a nível nacional que passou praticamente despercebida, uma vez que decorreu à porta fechada. Entre os presentes, o prof. Diogo Freitas do Amaral, o eng.º Adelino Amaro da Costa e o dr. Xavier Pintado. Foram debatidos as-

suntos relacionados com questões do congresso interrompido no passado dia 25 de Janeiro.

Tudo leva a crer que o C.D.S. divulgará um comunicado sobre esta reunião, fornecendo elementos sobre a próxima continuação do congresso e os nomes dos prováveis candidatos à Assembleia Constituinte.

## APELO A CHIPENDA

LUANDA, 21 — (FP) — Através da Rádio, a U.N.I.T.A. e a F.N.L.A. dirigiram um apelo ao grupo Chipenda, convidando-o a abandonar a sua existência como grupo armado — o que poderá levar a uma luta fratricida — para se integrar num dos três movimentos de libertação.

Nun comunicado conjunto, as delegações da F.N.L.A. e da U.N.I.T.A. em Luanda exigiram entretanto a imediata demissão do governador do distrito de Moçamedes, acusando-o de «deliberado parcialismo a favor do M.P.L.A. em detrimento dos outros dois movimentos de libertação, para além da incapacidade manifestada em manter a tranquilidade e a paz na área do distrito».

Entretanto, o dr. Agostinho Neto, presidente do M.P.L.A.,

comentando em entrevista concedida ao «Diário de Luanda» a sua visita a Brazzaville onde conferenciou com o presidente Marien N'Gouabi, declarou que «os chefes de Estado africanos, de uma maneira geral, estão preocupados com a situação em Angola e isso acrescenta — porque «não se vê muito bem como Angola irá passar da fase de transição para a independência e como será resolvido o problema de Cabinda».

Noutro passo da entrevista, o dr. Agostinho Neto aprecia o panorama político angolano, destacando o problema das terras, objecto de preocupação geral. A este respeito indicou que se tornava «imperiosa a imediata distribuição de terras, sobretudo nas zonas de cultura de café no Sul de Angola».

## RELAÇÕES COM A TUNÍSIA E SÍRIA

TUNIS, 21 — (F. P. e R.)

O presidente da República tunisino, Habib Bourguiba, recebeu ontem no Palácio de Cartago as credenciais do novo embaixador de Portugal na Tunísia, dr. Figueiredo Silva Martins. Estavam presentes Habib Chatti, ministro dos Negócios Estrangeiros tunisino, e

Chedli Klibi, director do gabinete presidencial.

Terminada a cerimónia, o chefe do Estado tunisino faliu em particular com o diplomata português.

Entretanto, a Síria e Portugal decidiram estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixador.

### ASSEMBLEIA DE MORADORES

Realiza-se amanhã, pelas 21 e 30, no edifício da Escola Primária do Bairro de Francos (Porto), uma assembleia geral de moradores, promovida pela Comissão Social do aglomerado residencial, para dar esclarecimentos sobre assuntos já tratados pela Comissão, leitura, discussão e aprovação dos estatutos e diálogo com os moradores.

### DEFICIÊNCIAS NOS TRIBUNAIS

Reuniram-se em assembleia os juizes e delegados do Minis-

### HORÁRIO NACIONAL

## Alargado o prazo de consulta

Como é do conhecimento público foi enviado a todos os organismos profissionais e sectores de actividade públicos e privados uma proposta da Comissão Interministerial para o estudo do horário de trabalho nacional, visando uma recolha de contributos críticos que pudessem assegurar, de forma criativa, uma participação democrática na procura da solução mais desejável e conveniente para o País.

Nesse propósito, algumas respostas foram já enviadas à comissão, ainda que tenha de reconhecer-se não ser ainda significativo o volume de opiniões formuladas para efeitos de tratamento.

Com efeito, e relativamente à maioria dos casos, as notícias chegadas à Comissão dão conta que há uma certa dificuldade em exprimir concretamente uma posição sobre

o «horário de trabalho» antes de serem conhecidas as linhas de desenvolvimento do programa de política económica e social.

Aliás, a própria comissão, nas propostas que apresentou, apontava para a articulação a fazer, quando reconhecia «a necessidade de adequação da problemática da duração do trabalho ao modelo de evolução económica do País em termos de objectivos e metas globais e sectoriais».

Assim, e no desejo de assegurar as melhores condições de consciencialização e tomada de posição sobre o problema, a comissão decidiu alargar o prazo de consulta, estendendo-o até 15 dias após a divulgação do Plano Económico de Emergência, devendo as respostas continuar a ser enviadas para «Comissão Interministerial do Horário de Trabalho» — Ministério das Finanças.

## Estrangeiro

# "O GOVERNO NÃO CEDE A PRESSÕES DERIVADAS DAS GRANDES POLÍTICAS"

— afirmou Arias Navarro

MADRID, 21 (ANI) — O chefe do Governo espanhol, Carlos Arias Navarro, concedeu à United Press International uma entrevista, em exclusivo, na qual são abordados diversos aspectos da actualidade espanhola, bem como da situação internacional. Eis algumas afirmações de Arias Navarro nesta entrevista:

Pergunta: Relativamente à proposta de reformas políticas que anunciou em 12 de Fevereiro do ano passado, ela foi considerada por si um primeiro passo e, numa dada ocasião referiu-se-lhe afirmando que era o início de uma «longa jornada». Quer indicar-nos os campos em que podem ser realizados, no futuro, novos passos? Concretamente, qual o rumo dessa «longa jornada»?

Resposta: O primeiro passo revela sempre qual a direcção que se pretende seguir. Se esse passo significa o início de uma longa jornada, eu gostaria de afirmar que nós desejamos ir muito longe e muito alto. Não há fim para a longa jornada de uma nação em movimento. Todas as realizações, todos os dias definem novas fronteiras, abrem novos horizontes — e também criam novos problemas.

Não há dúvida, alguma de que o governo a que presido tenta, com todas as suas forças e potencialidades, criar as bases necessárias para que a jornada iniciada pelo povo espanhol leve o país, à ordem e em progresso, à participação geral na construção de uma paz e de uma justiça inteiramente de acordo com as suas características, tradições e desejos políticos, e obtida na prosperidade e com a salvaguarda dos seus valores espirituais, culturais e económicos.

P.: Um dos pontos fundamentais do seu programa de 12 de Fevereiro foi a lei das associações políticas, que entrou agora em vigor. De acordo com recentes sondagens à opinião pública, divulgadas pela Imprensa espanhola, quer o pensamento socialista quer o democrático cristão têm na Espanha considerável número de seguidores. Existe, ao abrigo da lei das associações, a possibilidade de canalizar tais cor-

rentes de opinião? Considera as associações socialistas e cristãs democráticas, uma força na futura política espanhola?

R.: Aquilo a que chama pensamento socialista ou cristão democrático é, em ambos os casos, constituído por variados e distintos sectores de opinião. Designar as pessoas por socialistas ou por democratas cristãos sem especificar o género de socialismo ou de democracia cristã pode mesmo confundir o cidadão médio.

A lei das associações não contém uma única linha que exclua explicitamente qualquer tipo de ideologia. Além disso, o nosso Movimento Nacional presta muita atenção às questões sociais. Deste modo, não posso conceber por que é que os espanhóis com ideias socialistas ou cristãs democráticas não poderão seguir em frente e formar as suas associações políticas. É claro que terão de aceitar honestamente as bases e as regras de jogo, a aceitação e o respeito pela nossa constituição.

P.: A Espanha está a passar por uma vaga de greves, algumas das quais de inspiração política. Há possibilidade de o governo considerar modificações na legislação do trabalho, a qual actualmente proíbe as greves? Existem planos concretos para a reforma da organização sindical, como deixa entender o seu programa de 12 de Fevereiro?

R.: Posso garantir-lhe que o governo não cederá a quaisquer pressões derivadas das greves políticas. Se elas conseguirem alguns resultados, mediante acções ilegais e muitas vezes subversivas, isso apenas colocará mais obstáculos no caminho da democratização da ordem social.

P.: Desde as modificações governamentais ocorridas na Grécia e em Portugal, estes países obtiveram laços mais íntimos com a Comunidade Económica Europeia. Diversos países membros do euro-mercado e a Comissão da CEE opõem-se ao estabelecimento de relações mais íntimas com a Espanha antes de haver também uma modificação política no país. Será que a opinião

da CEE terá qualquer efeito na política espanhola neste aspecto?

R.: Posso garantir-lhe que nenhuma medida da evolução e do desenvolvimento político da Espanha é tomada devido a pressões de qualquer grupo de



O primeiro-ministro espanhol, Carlos Arias Navarro. (Telefoto UPI - Telimprensa)

dentro ou de fora do Mercado Comum Europeu.

Geograficamente, biologicamente, historicamente e culturalmente, a Espanha pertence a esta Europa. Todavia, não imitará outros e não permitirá ser empurrada para caminhos que não sejam os escolhidos pelos próprios espanhóis.

P.: Como considera o futuro papel do príncipe João Carlos de Bourbon? Como reque dirija verdadeiramente o país e participe nas decisões políticas, ou como monarca moderador das diferentes forças, uma personalidade que acima de tudo se-

ja um símbolo da unidade nacional?

R.: Considero o futuro papel do príncipe de Espanha exactamente como está definido na constituição do reino: o rei é o mais alto representante da Nação. Ele personifica a soberania nacional e desempenha funções políticas, legislativas e constitucionais. Uma vez que o rei necessita do consentimento de outras instituições do Estado para exercer essas funções, a monarquia é uma força moderadora e de equilíbrio.

## "GABINETE-SOMBRA" BRITÂNICO: LEVE VIRAGEM À DIREITA

LONDRES, 21 — (F. P.) — A sra. Margaret Thatcher, novo «leader» do Partido Conservador, anunciou, a composição do seu «gabinete sombra», que marca ligeiro deslizamento para a direita, sem que haja havido por isso mudanças importantes de pessoal em relação à antiga equipa de Heath. A única verdadeira surpresa foi o regresso de Reginald Maudling, que substituirá Geoffrey Rippon como porta-voz para os Negócios Estrangeiros.

«Sir» Keith Joseph, o único membro da antiga turma que fez realmente campanha a favor da sra. Thatcher contra Heath recebeu um cargo-chave, criado especialmente para ele, o de responsável pela formulação da política do partido.

Contudo, cedendo sem dúvida a pressões dos elementos

SAN JOSE (CALIFÓRNIA) 21

(ANI) — Para aliviar a tensão e a ansiedade num mundo de competição, o «trabalho cerebral» deveria limitar-se a quatro horas por dia. Esta afirmação faz parte da fórmula do prof. Albert Porter para uma vida tranquila.

Porter, que ensina Administração na Universidade de San Jose, diz que muitos gerentes não se apercebem dos sinais de perigo de uma sociedade enraizada numa filosofia de lutar para ganhar.

As pressões muitas vezes chegam a provocar ataques cardíacos ou tentativas de suicídio assevera Porter, que entrevistou centenas de gerentes.

Muitas das pessoas que têm a mania do trabalho apresentam sintomas comuns, tais como tratarem a família de uma maneira ofensiva ou com algo de secundário.

Para combater as pressões — aconselha o prof. Porter — os fins de semana devem ser exclusivamente dedicados à família e deve ser dada grande atenção à saúde. Dores nas costas e dores de cabeça são sinais de aviso a que se deve dar atenção.

Sugere também ventilar as tensões através de uma actividade extracurricular estimulante tal como o esquí. E, se as pressões profissionais se tornarem demasiadas, deve-se consultar um psiquiatra.

Whitelaw e «sir» Keith, cujas opiniões são frequentemente muito opostas, serão os dois principais adjuntos da sra. Thatcher numa turma constituída para assegurar o melhor possível a unidade de todas as tendências do partido.

Continuam no «gabinete sombra» outros antigos companheiros de Edward Heath, como «lord» Carrington, Francis Pym (Agricultura), Michael Heseltine (Indústria), Ian Gimou (Interior) e George Young, que passa à Defesa. Os «Heath Men» que desapareceram são Geoffrey Rippon, Peter Walker e Robert Carr.

Finalmente, Airey Neave, amigo pessoal da sra. Thatcher e herói da última guerra, recebeu a «pasta» da Irlanda do Norte.

## AGRAVA-SE A POLÉMICA SOBRE A QUESTÃO DE DJIBUTI

A diatribe do ministro somali dos Negócios Estrangeiros pronunciada na conferência da O. U. A. e Addis-Abeba sobre a atitude da França em Djibuti suscitou em Paris uma resposta que os ataques precedentes, de tom efectivamente mais moderado do Governo de Mogadíxio, não tinham provocado. Se-

gundo o chefe da diplomacia somali, «os franceses transformaram o Djibuti, desde o último mês de Junho, numa temível base militar naval». Esta afirmação é qualificada de «quase ridícula» em Paris. Mas há mais: a França é acusada de em três anos ter expulso vinte mil partidários da independência e de diariamente os assassinar.

A violência das afirmações feitas em Addis-Abeba marca uma evolução na posição somali, pois ainda em Outubro o presidente Syad Barre a apresentava como «amigável e não polémica». Este endurecimento corresponde ao clima que se estabeleceu, na capital etíope, entre os delegados à conferência da O. U. A. E quanto que outrora, e mesmo um pouco depois, o imperador e mais recentemente o seu infeliz sucessor na chefia do país, o general Andom, demonstrava, a respeito das posições francesas, uma compreensão amplamente justificada pelas atitudes somalis em relação ao território, a partir de agora, as duas nações vizinhas entendem-se para em conjunto estigmatizar o «colonialismo» de Paris. O facto da Somália apoiar a rebelião na Eritreia e reivindicar as províncias etíopes de Haud e de Ogaden, não impede os dois Estados de fazerem coro na crítica e na condenação.

A França, após ter jogado durante muito tempo com a discórdia entre o povo dos Afars e o povo dos Issas e, posteriormente ao referendo de 1967,

que garantia a manutenção do território no conjunto francês, ter ficado mais segura da sua posição, assiste agora ao desmoronamento da certeza que tinha de «aquele canto de África» permanecer um oásis de paz, numa região perturbada. A revolução etíope introduziu, com a expansão da rebelião na Eritreia, um novo factor de deterioração e de incerteza. No plano interno, Ali Aref, presidente do Governo do Território francês dos Afars e Issas, é cada vez mais contestado pelo seu autoritarismo intransigente e não parece disposto a recuar perante a palavra independência, mesmo que esta intervenha, como ele espera, «com a França e não contra ela». Atormentado por uma oposição e uma juventude que cada vez trabalha mais na febre da independência, ele já não defende a fórmula, aliás singular, através da qual afirmava «proteger-se atrás do colonialismo francês para defender o nosso direito à autodeterminação».

O aumento das paixões e das desordens internas, previsíveis a partir de agora, levará a França a reexaminar o sentido, os limites e o futuro da sua presença no Djibuti. Mesmo tomando em consideração que a reabertura do canal do Suez restituirá a vida a um porto moribundo, o valor estratégico do antigo ponto de apoio do império na rota de Madagáscar e da Indochina será ainda prioritária? Será difícil menosprezar os meios terrestres e aéreos, tal como

os seis mil militantes mantidos por Paris pois estes são suficientemente importantes para levar as pessoas a interrogar-se sobre o significado de uma tão dispendiosa manutenção.

© «LE MONDE»

## VIAGENS À RÚSSIA

PÁSCOA

de 24 a 30 Março

Preços desde

10 990\$00

1.º DE MAIO

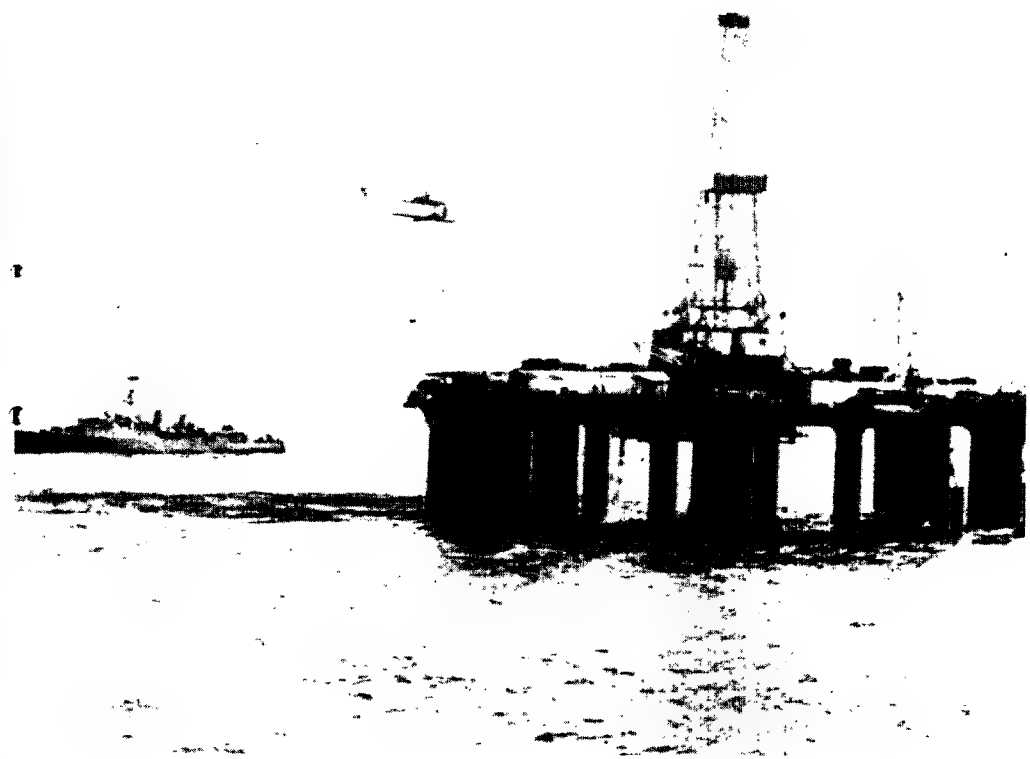
de 28 Abril a 5 Maio

Preços desde

11 945\$00

Lugares limitados

INFORMAÇÕES E RESERVAS:  
Meliá, 2, Rua 5/6/7/8, 1.º andar,  
Praça da Liberdade, 2091, 1.º e 3.º andares.  
**Meliá**  
na sua rota pelo mundo



Uma plataforma de perfuração de petróleo, no Mar do Norte, devidamente guardada por um cruzador e um helicóptero. A questão da segurança do equipamento petrolífero no Mar do Norte foi recentemente levantada no Parlamento britânico. (Telefoto UPI - Telimprensa)

# Estrangeiro

## CONSELHO DE SEGURANÇA

### PEDIDO CIPRIOTA DE EVACUAÇÃO DAS TROPAS TURCAS

NAÇÕES UNIDAS, (Nova Iorque), 21 — (R.) — O secretário-geral Kurt Waldheim fará hoje um relato pessoal ao Conselho de Segurança acerca das conversações que travou em Ancara e Atenas sobre o que classificou como a «situação muito séria e grave» em Chipre.

Waldheim deverá ser o primeiro orador quando o debate no conselho recomeçar hoje, às 21 horas.

Entretanto, membros do grupo dos países não alinhados iniciavam as suas primeiras conversações informais sobre uma possível resolução, que se espera reafirme as decisões anteriores do Conselho sobre a questão em Chipre, que tem estado, há 12 anos, na agenda do organismo e que originou, no ano passado, a realização de mais sessões — 18 — do que qualquer outro problema político.

O Conselho pediu a retirada

de tropas turcas de Chipre e o regresso de refugiados e sancionou a integridade territorial e a soberania da República.

O Governo de Nicósia trouxe novamente a questão para o conselho a seguir à proclamação pelos cipriotas turcos de um Estado autónomo, em 13 de Fevereiro.

Na declaração que fez ontem na sessão inaugural, Glafkos Clerides, presidente da câmara legislativa e antigo chefe de Estado interino de Chipre, pediu ao conselho de 15 nações para marcar um prazo limite para a evacuação dos soldados turcos.

Vedat Celik, representante dos cipriotas turcos, afirmou a sua disposição de recomeçar negociações com o outro lado, que culpou a divisão da ilha.

O embaixador soviético Jacob Malik apresentou outra vez a proposta do seu Governo de uma conferência internacional

amplamente representativa, dentro do âmbito das Nações Unidas, e do envio à ilha de uma missão do conselho de segurança para apuramento de factos.

Repetiu a recente crítica soviética às «medidas unilaterais» tomadas pela chefia cipriota turca e verberou as tentativas daqueles que pretendiam resolver a questão de Chipre «dentro do limite estreito da N.A.T.O.».



Os barcos de pescadores do Havre, Trouville, Honfleur e da costa normanda de França bloquearam a entrada do porto do Havre, obrigando a paralisar o tráfego. Trinta navios aguardam que o bloqueio termine para entrarem ou saírem do porto. Esta atitude dos pescadores enquadra-se num processo de luta contra o preço do pescado. (Telefoto UPI-Teimprensa)

## O MAL-ESTAR NO EXÉRCITO FRANCÊS ADQUIRE ASPECTO POLÍTICO

PARIS, 21 (F. P.) — A situação no Exército francês, caracterizada pela ocorrência quase diária de incidentes mais ou menos graves, adquire um aspecto cada vez mais político. O novo ministro da Defesa, Yvon Bourges, e o Partido Comunista entraram numa viva controvérsia a este respeito.

O ministro acusa o Partido Comunista de «duplicidade», dado que se diz ser a favor de um exército e organiza manifestações antimilitaristas. O P. C., por seu turno, afirma que a repressão nada resolve e que, pelo contrário, estimula o descontentamento e a «vontade» de luta dos soldados.

Perante uma situação incontornável, o ministro esforça-se por acalmar a agitação, sempre que esta se manifesta. Salienta designadamente que uma manifestação de recrutas de Verdun, indignados com a morte de um dos seus camaradas, acidentalmente esmagado por um carro blindado, é «compreensível». O inquérito acrescenta Bourges — dirá,

porém, se esta manifestação foi objecto de uma intervenção exterior. Em Karlsruhe, tratava-se de uma pequena manifestação tendo em vista a obtenção de folgas mais frequentes.

Bourges deverá, sem dúvida, tomar medidas que tornem o serviço militar mais atraente e «rendoso». Anunciou que para preparar a reforma seria necessário um certo tempo. O general Bigeard, secretário de Estado da Defesa, tentará certamente desarmar a vaga de descontentamento e evitar que as armas conheçam um tardio «Maio de 68».

A crise dos pescadores franceses que tem vindo a provo-

car, desde terça-feira, o bloqueio de todos os portos de França, de Dunquerque a Saint-de-Luz, poder ter embreves um desfecho.

Augustin Gruenais, secretário-geral da Federação dos Pescadores C. G. T. (tendência comunista), declarou, com efeito, na quinta-feira, após cinco horas de negociações entre o secretário de Estado dos Transportes, Marcel Cavaille, e os representantes dos pescadores, que os resultados eram positivos e que a sua organização aconselharia os seus aderentes a pararem o bloqueio dos portos.

O representante da C. F. D. T. (socializante) indicou, por

seu turno, que os pescadores decidiram, por si próprios, na sexta-feira, se voltariam ou não ao trabalho.

As medidas decididas pelo Governo são as seguintes:

1. Supressão provisória das importações dos produtos marítimos provenientes de outros países da Comunidade Económica Europeia.

2. Auxílio de 23 milhões de francos para o problema dos carburantes, em 1975.

3. Auxílio social de 20 milhões de francos.

4. 20 milhões de francos de empréstimos bonificados, que serão concedidos pelo Crédito Marítimo Mútuo a taxas a definir.

## SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA

### COMUNICADO

#### ANTEPROJECTO DE ESTATUTOS

A grande maioria dos Anteprojectos de Estatutos distribuídos para discussão nos trabalhadores metalúrgicos, ainda não foram entregues no Sindicato, e o seu prazo era, em princípio, até ao dia 10 do corrente.

A Direcção lembra aos Delegados Sindicais a necessidade de se intensificar a sua discussão e análise com os trabalhadores nas empresas, de forma a que a recolha das sugestões e propostas se conclua com brevidade.

Logo que todas as sugestões e propostas cheguem à Comissão dos Estatutos, esta iniciará imediatamente o trabalho de compilação das mesmas e a elaboração do Projecto de Estatutos para discussão em Assembleia Geral.

PARTICIPA NA CONSTRUÇÃO DO TEU SINDICATO!

EM FRENTE PELA UNIDADE SINDICAL!

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1975.

A DIRECÇÃO

#### SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA

### CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

#### AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA

Por imperiosa necessidade de trabalhos de remodelação na rede dos Serviços Municipalizados, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de energia eléctrica será interrompido no próximo dia 23 (Domingo) das 8 às 15 horas, nas seguintes localidades:

Linha de Sacavém, afectando as seguintes povoações:

Bobadela, São João da Talha, Pirescoche, Santa Iria de Azoia, Via Rara e Vale de Figueira.

Este corte afectará o abastecimento de água às povoações em causa.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Loures, 20 de Fevereiro de 1975.

O Engenheiro Director-Delegado Casimiro Martins

## 24 horas no Mundo

■ A Polícia de Choque interveio em Madrid para dispersar estudantes que se manifestavam em apoio da ordem de greve geral lançada clandestinamente por várias organizações oposicionistas, como o Partido Comunista, os comunistas bascos, os socialistas, os monárquicos dissidentes e os activistas estudantis. Anteriormente a Polícia expulsara os professores e estudantes que se encontravam na Universidade Complutense, nos arredores de Madrid. Os recontros atingiram particular violência junto às Cortes, tendo sido efectuada várias prisões.

■ A «Pravda», órgão do Partido Comunista da U. R. S. S., refuta acusações propagadas por certos jornais ocidentais, nomeadamente austríacos, e

segundo as quais a U. R. S. S. se prepararia para invadir a Jugoslávia.

■ O Senado dos E. U. A. aprovou e enviou para a Casa Branca uma lei que suspende por 90 dias o imposto lançado pelo presidente Gerald Ford sobre o petróleo importado. Espera-se que Ford vete a decisão. Entretanto, o Departamento de Estado revelou, pela primeira vez que há perto de 8 500 especialistas norte-americanos a trabalhar por contrato em 34 países estrangeiros para formar pessoal militar nesses países, entre os quais figuram a Arábia Saudita, o Irão, o Chile e a Espanha.

■ O Parlamento Latino-Americano, que inclui uma centena de representantes de dez

países do continente e antigos parlamentares chilenos e uruguaios, aprovou uma condenação do regime militar chileno, a qual obteve o apoio de todas as delegações, excepto a do Brasil.

■ O Partido Comunista Brasileiro (na clandestinidade) fez um apelo aos democratas de todo o Mundo para que exijam do Governo brasileiro garantias quanto ao destino dos presos políticos.

■ O chefe do Governo grego, Constantino Karamanlis, declarou em Atenas ao secretário-geral da O. N. U., Kurt Waldheim, que a ilha de Chipre, pode tornar-se noutra Palestina. Esta declaração surgiu na véspera da reunião do Conselho de Segurança da O. N. U., o qual se debruçou sobre a situação criada pela formação de um Estado turco naquela ilha.



## FERNANDA EGAS DE MELO

Participação e Missa do 7.º Dia

Mariana Egas de Melo Sequeira, seu marido Fernando Pereira Sequeira e mais família, participam o falecimento ocorrido no dia 14 do corrente, de sua querida Mãe, Sogra e Parente e que amanhã, dia 22, às 9 horas, na Igreja dos Jerónimos, será celebrada Missa por sua alma. Agradecem desde já às pessoas que se dignem assistir a este acto.

AGÊNCIA BARATA

## TRINDADE

F. N. A. T. APRESENTA

AMANHÃ E DOMINGO

às 21.30 horas

o original do escritor chileno VITOR TORRES

UMA CASA EM LOTA ALTO

Pelo Grupo Cénico dos Trabalhadores da Companhia Nacional de Navegação

— :: —

BILHETES À VENDA PREÇO ÚNICO 10\$00

(Não aconselhável a menores de 13 anos)

## SEGUNDO PRÉMIO

15545 com 1400 contos

(NAS DUAS SÉRIES)

Bilhete vendido com o carimbo da

## CASA COSTA

75, Rua de S. Paulo — Lisboa-2

## Nacional

## "Contra a sabotagem económica" os trabalhadores da Soperdor

«Os trabalhadores da Soperdor travam, desde o dia 28 de Julho, uma luta sem tréguas contra a administração na defesa do direito ao trabalho, condição base de outro direito: o da existência digna e feliz daqueles que tudo produzem e pouco recolhem: os trabalhadores» — afirma num comu-

nicado, a secção de Almeirim do Partido Socialista.

«Porquê a luta dos trabalhadores da Soperdor?» salienta o mesmo comunicado, o qual prossegue: «Porque a entidade patronal decidiu, em 28 de Julho, fechar a fábrica. Fábrica que todos os anos tem aumentado os seus lucros, que

poderiam ser ainda maiores se a administração fosse uma administração capaz.

A Soperdor que fabrica pesticidas, é a única fábrica da especialidade inteiramente portuguesa, travando, em certa medida, os aumentos de preços, praticados pelas multinacionais. Desaparecendo do circui-

to industrial, esta fábrica irá abrir o caminho para o domínio completo das multinacionais e tornar ainda mais insuportável o preço dos pesticidas ao agricultor português.

Quem está na administração desta fábrica? José António Oliveira Santos Lima e seu filho Pedro de Melo Santos Lima e ainda uma senhora de nome Adélia Correia da Silva Brazão, esposa de Eduardo Brazão, conhecido fascista saenado de algumas Empresas em que trabalhava quando do 25 de Abril. O currículo dos administradores-pai e filho faz inveja aos maiores fascistas deste País.

Eram membros da Legião Portuguesa, sendo a firma quem pagava a quota dos dois. Mantinham muito boas relações com a P.I.D.E./D.G.S., especialmente o José Santos Lima que fazia gala em ameaçar constantemente os trabalhadores com essa mesma polícia.

Este fascista participou, ao lado de Franco, na Guerra Civil Espanhola, gabando-se de ter morto muitos socialistas e comunistas e afirma que fará o mesmo em Portugal se tal for possível?

«O Partido Socialista exige a imediata prisão destes sabotadores da economia nacional e que se favoreça a possibilidade de autogestão da fábrica, considerada viável pelos trabalhadores» — conclui o mesmo comunicado.

## "Introdução à política" opõe P.P.D. ao M.E.C.

O M. E. C. respondeu à comissão concelha do PPD do Porto e à Juventude Social Democrática acerca da acusação que lhe era feita de partidário na feitura dos textos de apoio à disciplina «Introdução à Política». Negou o MEC que tenha havido na elaboração dos referidos textos a mínima intenção partidária ao escamotear, segundo aqueles órgãos do PPD, a definição de social-democracia.

A comissão concelha do Porto daquele partido da coligação responde, por sua vez agora ao MEC a quem «só resta um caminho coerente: retirar imediatamente da circulação os cadernos distribuídos e promover as rectificações necessárias, sob pena de, não o fazendo, poder considerar-se que se confessa empenhado numa acção partidária a todos os títulos inconveniente».

Argumenta o comunicado, colocando as razões do MEC, numa perspectiva dicotómica de boa-fé e não boa-fé.

«Se estão de boa-fé, apreçoando essa isenção partidária, então tem de concluir-se que ignoram profundamente o que seja social-democracia, e não se compreende a presença

de pessoas sem a necessária preparação nos serviços em causa.

«Se não estão de boa-fé, então não ocorrer a falada isenção partidária e tem de concluir-se que tais responsáveis se colocam bastante «a leste» das sociais democracias

européias, e igualmente não se compreende nem pode aceitar-se que se encontrem em tais serviços do M. E. C., pessoas que procuram partidizar o ensino e distorcer a informação dos alunos a quem a Introdução à Política se destina»

## Cursos da A.I.P.

A Associação Industrial Portuguesa, no prosseguimento da sua actividade de formação e através da sua comissão de

produtividade — Coprai —, leva a efeito a partir do próximo dia 24, os seguintes cursos intensivos: «Preparação de agentes de planeamento», «Gestão financeira da empresa» e «Formação industrial de contramestres».

Quaisquer informações complementares sobre os cursos podem ser obtidas através do telefone 641771.

## "Ratos" não desistem

O roubo de automóveis continua a ser uma constante da vida lisboeta. Uns dias mais, outros menos, a verdade é que sempre alguns veículos vão desaparecendo, alguns deles para não mais serem vistos.

Ontem, por exemplo, desapareceram vinte e foram recuperadas treze viaturas. Marcas preferidas pelos «ratos»: Austin ou Morris, Ford, Datsun, Fiat...

## empilhadores eléctricos CATERPILLAR



baixo consumo eléctrico  
não faz poluição nos locais de trabalho

STET

CATERPILLAR

SOCIEDADE TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS E TRACTORES S.A.R.L.

PRIOR VELHO (SACAVEM) - BEJA - PORTO - COIMBRA - LEIRIA - FARO - COVILHA

## Esta manhã, quantas vezes tornou a pôr espuma nos pontos difíceis?

Nem tudo é fácil quando se faz a barba. É verdade que há partes que não apresentam qualquer problema. Nessas uma passagem de lâmina, basta. Mas nas outras? O pescoço, os ossos da mandíbula, a parte de baixo do queixo...



Aí é preciso passar a lâmina. Tornar a passar... Passar mais uma vez. E já pensou que fez todas essas passagens sem espuma? Porque na primeira passagem, a lâmina só tira uma parte dos pelos, mas a espuma, essa tira-a toda.

Para cortar os pelos sem cortar a pele, seria preciso usar espuma 4 ou 5 vezes.

E quando a barba é feita sem espuma, o resultado não se faz esperar. A lâmina desliza mal — muito mal — e é a pele que sofre as consequências.



É certo que há uma solução: tornar a pôr espuma cada vez que se passa a lâmina. Mas você não o faz. Nunca o fará. Procurámos uma outra solução. E encontramos-la: a lanolina.

### A lanolina: um lubrificante

A lanolina é um elemento natural muito empregado nos produtos de beleza. Penetra na pele em profundidade, hidratando-a, alimentando-a e tornando-a macia.

Estudando-a de mais perto, vimos que a lanolina tinha ainda muitas outras qualidades. Para começar é bem absorvida pela pele que protege, impedindo-a de secar e os ataques das lâminas, cada vez mais afiadas... Hidrata-a. Faz a lâmina deslizar melhor porque nivela as pequenas asperezas da pele. E este efeito continua enquanto se barbeia porque a lanolina permanece na pele, depois da lâmina ter tirado a camada superficial da espuma. Finalmente — e é importante — alimenta a pele e prepara-a, dia após dia, para a barba do dia seguinte. Foi por todas estas razões que empregámos a lanolina na espuma para barbear WILLIAMS.

### Williams utilizou a lanolina porque você não torna a pôr espuma

Quando usa a espuma de barbear WILLIAMS, é como se a tivesse usado em duas camadas. Uma superficial que contém um certo número de produtos eficazes (como todas as outras espumas), e uma invisível, à base de lanolina, que pelo seu grande poder lubrificante, continua a fazer deslizar a lâmina quando a primeira camada já desapareceu. É por isso que com WILLIAMS você não tem necessidade de tornar a pôr espuma nos pontos difíceis. Sem que eles sofram por isso.



Com williams quando já não há espuma, a lanolina fica.



## LINHA DO TUA

| Estações e Apeadeiros      |    | 6514<br>Automotora<br>Directa<br>1.ª e 2.ª |              |
|----------------------------|----|--------------------------------------------|--------------|
|                            |    | H. M.<br>(2)                               | H. M.<br>(1) |
| FORTO (SÃO BENTO) ^        | C. | 22-15                                      | —            |
| Porto (Campanhã) .....     | C. | 22-08                                      | 3-10         |
| Tua .....                  | P. | 19-10                                      | 19-22        |
| TUA .....                  | C. | 18-50                                      | —            |
| Tralhariz (par.) .....     | P. | —                                          | —            |
| Castanheiro (par.) .....   | P. | —                                          | —            |
| Santa Luzia .....          | P. | 18 (a) 29                                  | —            |
| São Lourenço (ap.) .....   | P. | —                                          | —            |
| Tralhão (ap.) .....        | P. | —                                          | —            |
| Brunheda .....             | P. | —                                          | —            |
| Codeçais (ap.) .....       | P. | 18 (a) 11                                  | —            |
| Abreiro .....              | P. | 18 (a) 03                                  | —            |
| Ribeirinha (ap.) .....     | P. | 17 (a) 54                                  | —            |
| Vilarinho .....            | P. | 17 (a) 47                                  | —            |
| Cachão .....               | P. | 17 (a) 40                                  | —            |
| Frechas .....              | P. | 17 (a) 34                                  | —            |
| Latadas (ap.) .....        | P. | —                                          | —            |
| MIRANDELA .....            | P. | 17-19                                      | —            |
| São Sebastião (ap.) .....  | C. | 17-17                                      | —            |
| Carvalhais .....           | P. | —                                          | —            |
| Vilar de Ledra (ap.) ..... | P. | 17 (a) 10                                  | —            |
| Avantos (ap.) .....        | P. | 17 (a) 05                                  | —            |
| Romeu .....                | P. | —                                          | —            |
| Cortiços .....             | P. | 16 (a) 55                                  | —            |
| Grijó (ap.) .....          | P. | 16 (a) 44                                  | —            |
| Macedo de Cavaleiros ..... | P. | 16 (a) 36                                  | —            |
| Castelões (ap.) .....      | P. | 16-30                                      | —            |
| Azibo .....                | P. | 16-21                                      | —            |
| Salselas (ap.) .....       | P. | 16 (a) 17                                  | —            |
| Valdres (ap.) .....        | P. | 16 (a) 13                                  | —            |
| Sendas .....               | P. | 16 (a) 09                                  | —            |
| Vila Franca (ap.) .....    | P. | —                                          | —            |
| Chãos (par.) .....         | P. | —                                          | —            |
| Fermentãos (ap.) .....     | P. | —                                          | —            |
| Salsas .....               | P. | 15-58                                      | —            |
| Rossas .....               | P. | 15 (a) 48                                  | —            |
| Sortes .....               | P. | —                                          | —            |
| Remisquedo (ap.) .....     | P. | —                                          | —            |
| Rebordãos (ap.) .....      | P. | —                                          | —            |
| Mosca .....                | P. | —                                          | —            |
| BRAGANÇA .....             | P. | 15-15                                      | —            |

(1) — Com trasbordo em Régua (2) — Rápido

(a) — Só se efectua paragem quando haja passageiros para embarcar ou desembarcar devendo, neste caso, ser previamente prevenido o revisor.

## CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

### ANÚNCIO

A Câmara Municipal do Seixal aceita inscrição para preenchimento imediato de dois lugares de fiscal de obras, com vencimento mensal ilíquido de 5300\$00. Os candidatos deverão possuir a habilitação do curso de construtor civil, regulado pelo Decreto n.º 37 029, de 25 de Agosto de 1948, ou de outro que em organizações anteriores do ensino profissional lhe corresponda, e, na falta de candidatos com a referida habilitação, a do curso de topógrafo auxiliar de obras públicas ou de encarregado de obras ou ainda a dos cursos de carpinteiro civil ou de desenhador de construção civil, regulados pelo diploma legal antes citado.

## SINDICATO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

(Secção Sul)

### Contratação colectiva de Construção Civil e Minas

Convocam-se todos os colegas integrados nos ramos de Construção Civil e Minas para uma reunião na sede deste Sindicato, no dia 25/2/75, pelas 21.30 h.

Chama-se a atenção dos colegas para a importância do tema a tratar.

A DIRECÇÃO

## EXCURSÕES C P

### DOURO - BARCA DE ALVA

● OU O ESPECTÁCULO SINGULAR DAS AMENDOEIRAS FLORIDAS E ENCARRAPITADAS SOBRE AS ÍNGREMES ENCOSTAS QUE CONTORNAM O RIO...

● VISITA DAS ANTIGAS VILAS - FORTALEZAS DE TRANCOSO E CASTELO RODRIGO

#### VIAGENS DE 3 DIAS

FEVEREIRO: 22 — 23 — 24

● Aloj. Hotel de 4 estrelas — Viseu

Lisboa ..... 1540\$00 Porto ..... 1480\$00

MARÇO: 1 — 2 — 3

● Aloj. Hotel da Urgeirica

Lisboa ..... 1350\$00 Porto ..... 1290\$00

PEÇA PROGRAMAS E FAÇA A SUA RESERVA EM:

— Lisboa: Estações de Lisboa — Rossio e St.ª Apolónia

EGT — Rua do Arsenal, 124

— Porto: Estação de Porto — S. Bento

— Todas as agências de viagens do País.

Reservas rápidas: Tel. 367529 (Lisboa) — Tel. 57061 (Porto)

Entretanto poderemos revelar já

### O NOSSO SUGESTIVO PROGRAMA PARA A PÁScoa

● 6.ª-FEIRA DE PAIXÃO — BRAGA E BARRAGEM DA CANIÇADA

● PÁScoa EM MONTE GORDO COM JANTAR E «SHOW» NO CASINO

● AMÊNDOAS NO MINHO...

● PÁScoa NA NEVE... (SERRA DA ESTRELA)

## ARMETAL EQUIPAMENTOS, S.A.R.L.

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, são convocados os Srs. Accionistas desta Sociedade, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sua sede, em Lisboa — Avenida Óscar Monteiro Torres, 37, no dia 24 de Março de 1975, pelas 17 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório e Contas do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 1974.

2.º — Discutir e deliberar sobre qualquer assunto avulso que seja apresentado, de interesse para a Sociedade, desde que aceite pelos Srs. Accionistas.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1975.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
Dr. José Alfredo Parreira Holtremam Roquette

## Sindicato dos Administrativos da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca

### CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Delegados Sindicais para uma reunião a efectuar na sexta-feira, dia 21 de Fevereiro de 1975, pelas 21 horas, no Anfiteatro de Electricidade do Instituto Superior Técnico, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição do Secretariado de Delegados e Comissão de Estatutos.

A DIRECÇÃO

# ANDARES

## VENDEM-SE

NA RUA DA VENEZUELA, LOTE 12

(Junto à Estação de Benfca)

Preços: 600 a 675 contos

— NA QUINTA DA VITÓRIA, LOTE 90

Portela de Sacavém (junto à Rotunda da Encarnação) com 5 grandes assoalhadas, ampla arrecadação e óptimo estacionamento privativo. Preço: 1195 contos.

— EM CASCAIS, NO BAIRRO DA ASSUNÇÃO. LOTES 1, 2 E 3

Apartamentos (alcatifados e equipados com electrodomésticos, e andares de 3 assoalhadas. Preços: Apartamentos de 485 a 625 contos.

Andares — 550 contos

MOSTRA-SE NOS PRÓPRIOS LOCAIS INCLUINDO SÁBADOS E DOMINGOS SOMOS OS PRÓPRIOS

## ANÚNCIO

## Ministério da Educação e Cultura

DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE FRANCISCO GENTIL

SERVIÇO DE ABASTECIMENTOS

CONCURSO PÚBLICO N.º 65/75, para fornecimento de SUPLEMENTOS ALIMENTARES durante 1975

Recebem-se propostas para o fornecimento de SUPLEMENTOS ALIMENTARES durante 1975, até às 11 horas do dia 3 de Março de 1975.

Os concorrentes devem pedir, no Serviço de Abastecimentos, das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, as condições de praça, gerais e especiais.

O depósito provisório, para admissão ao concurso, é de 2,5% sobre o valor de cada proposta, sendo o definitivo, para obter a adjudicação, de 5% sobre o total do fornecimento adjudicado. Ambos serão efectuados na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, mediante guias de depósito em papel selado. Estes depósitos poderão ser substituídos por garantias bancárias aprovadas pelo Ministério das Finanças.

A abertura das propostas terá lugar às 11 horas do dia 3 de Março de 1975, numa das salas do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1975.

Os Responsáveis pelo Serviço de Abastecimentos,

Francisco Teles Ferreira  
António Garcia Botelho

## À CLASSE MÉDICA

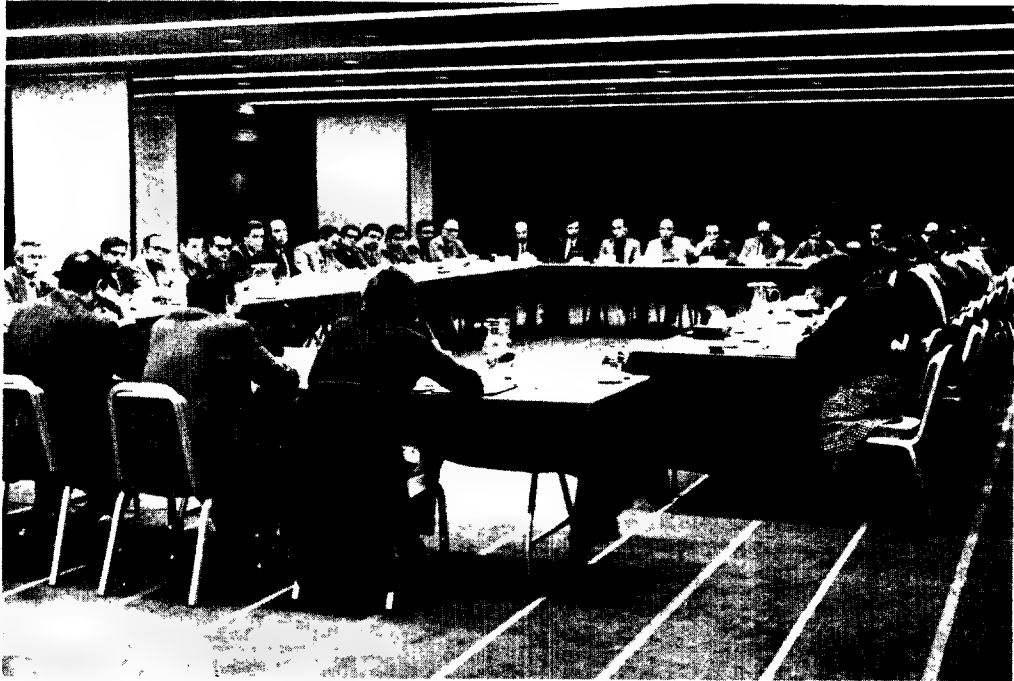
Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECÇÕES

Av. João XXI, 5-D — R. Infancia 16, 55-C — LISBOA

## Nacional



## REUNIÃO GERAL DE VENDAS DYRUP

A fábrica de tintas Dyrup realizou, nos passados dias 13 e 14 do corrente, uma reunião geral do seu sector comercial, com participação dos restantes sectores da empresa. Foi largamente debatida a situação do mercado português de tintas e vernizes, procurando os pre-

sentes definir objectivos de crescimento e estabelecer um propósito de confiança no futuro. Ao nível dos resultados obtidos no decurso da reunião, este foi provavelmente o mais pecto humano e gestor, posto que traduz — a todos significativo e importante.

Foram reexaminadas as questões relativas à estrutura e implantação da empresa, tendo ainda sido analisados em detalhe os problemas de coordenação da actividade dos vários sectores — técnico, comercial, administrativo, de assistência e planificação — com vista ao aperfeiçoamento dos processos e dinamização da companhia.

A reunião foi extremamente proveitosa também sob os aspectos — o verdadeiro interesse dos trabalhadores da Dyrup, pela concretização do esforço de que o País carece e exige neste momento.

## REUNIÕES SINDICAIS

O Sindicato dos trabalhadores da Indústria Farmacêutica leva a efeito no próximo sábado, pelas 14.30 horas, uma assembleia geral de todos os sócios. Ponto único da ordem de trabalhos: discussão e aprovação do projecto de estatutos do Sindicato.

No Sindicato dos Gráficos, no dia 22 pelas 15 horas, terá lugar uma reunião de todos os delegados sindicais do Sindi-

## SCHROETER NO AR. CO

Um dos mais importantes filmes da moderna cinematografia alemã exhibe-se hoje em Lisboa: é o «Eika Katappa», de Werner Schroeter, realizado em 1970.

«Eika Katappa» não corre em circuito comercial e deve-se ao Instituto Alemão a possibilidade de o projectar no nosso país. A sessão, com entrada livre, é promovida pelo Centro de Arte e Comunicação Visual (AR.CO) nas suas instalações da Rua de S. Tiago, às 21 e 45.

## JULGAMENTO ADIADO

Estava marcado para ontem na 2.ª Vara Cível o julgamento que tem como autora a firma Soares e Irmão, Lda., e como ré a Sociedade de Conservas Joana d'Arc. A audiência, contudo, foi mais uma vez adiada para o próximo dia 5 de Novembro.

## SINDICATO DOS PROFESSORES ZONA DA GRANDE LISBOA

## REGENTES ESCOLARES

Convocam-se os Regentes Escolares da Zona da Grande Lisboa para um Plenário a realizar no dia 22 de Fevereiro pelas 15 horas na sede do Sindicato, Rua das Gaivotas, 6 (ao Conde Barão) em Lisboa.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1975

Pel' A Comissão Directiva

## PROFESSORES

## ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES

A C.D.P. do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, convida todos os professores a participar activamente neste encontro, em particular na Sessão de Encerramento a realizar no dia 23 de Fevereiro às 15.00 horas no Pavilhão dos Desportos.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1975

Pel' A Comissão Directiva

## SINDICATO DAS ARTES GRÁFICAS DO DISTRITO DE LISBOA

## TRABALHADORES DE FOTOGRAFIA

Convocam-se todos os trabalhadores deste sector, da zona de Lisboa, a comparecerem no Sindicato dos Gráficos, no dia 23, pelas 9 horas da manhã, para:

Organização e distribuição dos piquetes de vigiância ao trabalho de reportagem em horas extraordinárias.

P.S. — Os trabalhadores da província ou arredores de Lisboa, devem-se organizar nos locais habitacionais.

A Direcção

## Composto o grupo de trabalho para as negociações com a C.E.E.

Em consequência da resolução tomada em Conselho de Ministros, em 30 de Janeiro, de criar um grupo de trabalho especial para acelerar as conversações preparatórias e as negociações entre Portugal e as Comunidades Europeias, o assunto este igualmente discutido durante a visita a Lisboa do vice-presidente das comunidades, «sir» Christopher Soames, o ministro da Economia, dr. Rui Vilar, deu ontem posse aos membros do referido grupo de trabalho especial.

Dele fazem parte, como presidente o embaixador António Siqueira Freire, representante de Portugal junto do Mercado Comum, como vice-presidente, a dr.ª Raquel Granadeiro, da Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa e como representante dos departamentos do Estado.

Composição total do Grupo de Trabalho: Ministério das Finanças: dr. Pedro Ordaz, da Secretaria de Estado do Tesouro; dr. Pedro de Raposo Medeiros da Secretaria de Estado do Orçamento;

dr.ª Maria José Constâncio da Secretaria de Estado do Planeamento Económico; Ministério da Economia: eng. António Barbosa da Costa, da Secretaria de Estado da Agricultura; dr.ª Elsa Ferreira, da Secretaria de Estado da Indústria e Energia; dr. Alberto Regueira e, como elementos de ligação com os diversos organismos desta Secretaria de Estado: eng. Salazar Sampaio, dr. Domingos Viana Simões, eng. Serpa Pimentel, eng. Virgílio

Dantas e eng. Abílio Corvo, da Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo; dr. José Salomão Benoliel, da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços; dr.ª Ruth Maria Albuquerque, da Secretaria de Estado das Pescas; dr. Alexandre Lencastre da Veiga, do Ministério dos Negócios Estrangeiros; dr. Vítor Martins, da Secretaria de Estado da Emigração e dr. Sebastião Pizarro da Secretaria de Estado da Segurança Social.

## Companhia de seguros ocupada pelos trabalhadores

PORTO, 21 Desde o fim da tarde de ontem, as instalações da Companhia de Seguros Garantia Funchalense (grupo económico U. T. I. C.) encontram-se ocupadas pelos trabalhadores que pretendem o saneamento do administrador-delegado, dr. Brochado Teixeira, o qual, servindo-se inteiramente como instrumento

do capital reaccionário, praticou toda a espécie de arbitrariedades e manobras divisionistas, agindo com total falta de probidade nas relações com os trabalhadores, segundo afirmam.

Aguarda-se a intervenção do Ministério do Trabalho para a resolução do caso.

## LINHA DO SABOR

| 6623<br>Aut.<br>ônibus<br>1.ª e 2.ª | 6625<br>Aut.<br>ônibus<br>1.ª e 2.ª | Estações e Apeadeiros      | 6624<br>Aut.<br>ônibus<br>1.ª e 2.ª |
|-------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|-------------------------------------|
| H. M.                               | H. M.                               |                            | H. M.                               |
| (1)                                 | (2)                                 |                            | (2)                                 |
| 1-40                                | 7-45                                | P PORTO (SÃO BENTO)        | C 22-15                             |
| 11-25                               | 7-57                                | P Porto (Campanhã)         | C 22-08                             |
|                                     | 11-59                               | C Pocinho                  | P 18-08                             |
| 12-05                               | 20-20                               | P Pocinho                  | C 18-01                             |
| 12-35                               | 20-51                               | P Moncorvo                 | P 17-39                             |
| 12-45                               | 21-01                               | P Larinho (ap.)            | P 17-30                             |
| 13-00                               | 21-16                               | P Carvalhal (ap.)          | P 17-18                             |
| 13-06                               | 21-22                               | P Felgar (ap.)             | P 17-11                             |
| 13-16 (a)                           | 21-32 (a)                           | P Mós (ap.)                | P 17-00 (a)                         |
| 13-21 (a)                           | 21-37 (a)                           | P Fonte do Prado (par.)    | P 16-56 (a)                         |
| 13-23                               | 21-39                               | P Carviçais                | P 16-54                             |
| 13-33 (a)                           | 21-49 (a)                           | P Macieirinha (ap.)        | P 16-44 (a)                         |
| 13-39                               | 21-56                               | P Freixo de Espada à Cinta | P 16-39                             |
| 13-48 (a)                           | 22-05 (a)                           | P Fornos-Sabor (par.)      | P 16-30 (a)                         |
| 13-53                               | 22-10                               | P Lagoaça                  | P 16-26                             |
| 14-09                               | 22-25                               | P Bruçó                    | P 16-10                             |
| 14-26                               | 22-42                               | P Vilar do Rei (ap.)       | P 15-53                             |
| 14-33                               | 22-50                               | P Mogadouro                | P 15-46                             |
| 14-43                               | 22-59                               | P Variz                    | P 15-36                             |
| 14-49 (a)                           | 23-05 (a)                           | P Sanhoana (ap.)           | P 15-30 (a)                         |
| 15-00                               | 23-17                               | P Urrós                    | P 15-19                             |
| 15-10                               | 23-26                               | P Sendim                   | P 15-09                             |
| 15-19 (a)                           | 23-35                               | P Fonte de Aldeia (ap.)    | P 14-59 (a)                         |
| 15-28                               | 23-44                               | C DUAS IGREJAS-MIRANDA     | P 14-50                             |

(1) — Com transbordo em Régua

(2) — «Rápido»

(a) — Só efectua paragem quando haja passageiros para embarcar ou desembarcar devendo, neste caso, ser previamente prevenido o revisor.



**CENTRAL LIVREIRA**  
DISTRIBUIDORA

Em colaboração com a



**MEJDUNARODNAIA KNIGA**  
EDIÇÕES DE MOSCOW

Apresenta ao povo português  
as edições soviéticas.

**Palácio Foz**  
de 21 de Fevereiro a 2 de Março  
das 15h às 20h.

## Nacional



### "DISCURSOS POLÍTICOS" de Domingos Arouca

Preso pela PIDE em 1965, sob a acusação de ser orientador da «subversão psicológica ao Sul do Save», o dr. Domingos Arouca apenas seria restituído à liberdade em Junho de 1973. Greves de fome, que (apesar do regime de censura então vigente) tiveram desusada ressonância em Portugal e sobretudo no estrangeiro, chamaram a atenção pública para o seu cativo. Recorde-se que, condenado a quatro anos de prisão maior pelo Tribunal Militar Territorial de Moçambique, esteve encarcerado durante oito anos...

Militante da FRELIMO desde a sua fundação em 1962, Domingos Arouca prosseguiu essa militância para lá dos muros da Cadeia Central da Machava, até que em Junho de 1968 foi transferido para o Forte de Peniche, porque a PIDE entendia que a sua atitude de permanente revolta poderia «influenciar os outros presos e dificultar a

recuperação psicológica de alguns deles».

A Ática publicou, agora, uma colectânea dos discursos políticos de Domingos Arouca. São todos posteriores ao 25 de Abril e dão ao leitor a possibilidade de uma «apreciação evolutiva da situação política moçambicana», como o próprio autor afirma em breve prefácio.

### «VENTOS DE GUERRA» de Herman Wouk

História das vicissitudes por que passaram duas famílias apanhadas na voragem da guerra, «Ventos de Guerra», de Herman Wouk, é uma «uma saga de amor, ambição, lealdade e perigo». Iniciada em 1938 na Alemanha de Hitler, a acção gira à volta de quatro batalhas fundamentais: o cerco de Varsóvia, a Batalha de Inglaterra, a marcha para Moscovo e o ataque a Pearl Harbor.



Lançado entre nós pela Livraria Bertrand, «Ventos de Guerra» evoca figuras como Hitler e Roosevelt, proporcionando ao leitor uma participação constante nos acontecimentos.

### «L'ANIMA DEL PORTOGALLO» de P. Giacomino Canu

Um livro italiano sobre Portugal: «L'Anima del Portogallo», de P. Giacomino Canu. O autor esteve em Lisboa, já depois de 25 de Abril, «mais como cigano-poeta-pintor do que como escritor de coisas políticas». Impressionou-o a «educação, a

generosidade e a hospitalidade» dos portugueses e apercebeu-se da «liberdade ainda tímida, ainda vestida de negro, porque os lutos e os sofrimentos não se podem esquecer num momento», segundo afirma.

Parte do volume é de prosa, outra de versos. Destes, os primeiros são dedicados ao general António de Spínola.

### «O QUE É A MAÇONARIA» de Jorge Ramos

A Minerva lançou o volume de bolso «O Que é a Maçonaria», de Jorge Ramos. Em 170 páginas, o autor explica o que é esta «ordem secreta iniciática», que está de posse do «saber antigo», analisando os mistérios que lhe deram origem. Segundo Jorge Ramos, não pode ser maçom aquele que não siga uma religião; a Maçonaria não proclama vantagens e exige sacrifícios, repousando a sua prosperidade na escolha de homens livres de todas as tutelas.

No que respeita à Maçonaria em Portugal, o autor afirma ter aparecido em 1721, contando dezenas de lojas disseminadas por todo o País dois anos depois. Trata-se de uma obra extremamente curiosa.

T. da L.



INFORMAÇÃO COMPLETA

### LEIA AMANHÃ:

- OS PROBLEMAS POLÍTICOS EM ESPANHHA
- REFORMA AGRÁRIA
- CRISE NA REVOLUÇÃO NO PERU
- ACTUALIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

MANTENHA-SE ACTUALIZADO !

### FÉRIAS DA PÁSCOA

5, 6, 7 ou 8 DIAS em  
**LONDRES**

PARTIDAS  
Março 15 16 17 19 23 24 25...  
Preços excepcionais desde • **3.210\$**

5, 6, 7 ou 8 DIAS no  
**FUNCHAL**

PARTIDAS  
Março 15 16 17 19 23 24 25...  
Preços excepcionais desde • **2.520\$**

INCLUI-SE:  
• a vantagem dos voos especiais

**abreu**  
fundada em 1840

LISBOA A. Agente de Viagens  
PORTO A. Agente de Viagens  
COIMBRA A. Agente de Viagens  
FARO A. Agente de Viagens  
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

### LEIA motor



### EMBAIXADA DA ROMÉNIA

Teve a amabilidade de vir ao «Diário de Lisboa» apresentar cumprimentos o primeiro secretário da Embaixada da Roménia em Portugal, sr. Ion Tobo, que trocou com um dos

elementos da chefia da redacção do nosso jornal algumas impressões sobre a importância do papel da Imprensa na aproximação dos dois países.

### IMPÉRIO • SAGRES • UNIVERSAL COMPANHIAS DE SEGUROS

### ACIDENTES DE TRABALHO

Comunica-se a todos os segurados que os **SERVIÇOS CLÍNICOS DE ACIDENTES DE TRABALHO** — 1.<sup>as</sup> consultas e urgências — passaram a funcionar, a partir do dia 17 do corrente, na

**CLÍNICA DE S. BENTO**  
**RUA MIGUEL LUPI, 32 — LISBOA**

### SINDICATO DOS PROFESSORES

(ZONA DA GRANDE LISBOA)

ENSINO PARTICULAR

Convocam-se os professores deste sector para um Plenário a efectuar no dia 21 de Fevereiro, pelas 21.30 horas, no Anfiteatro de Minas do I. Superior Técnico.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Informações;
- 2) Discussão e votação da oportunidade da realização de eleições para a direcção sindical;
- 3) Contrato Colectivo de Trabalho.

ASSINA: A COMISSÃO DIRECTIVA.  
Lisboa, 18 de Fevereiro de 1975.

P/la C. D. P.  
Ludgero Leote

### SALDOS DE

**TAPETES  
e CARPETES  
QUINTÃO**

30, RUA IVENS, 34

### SALDOS DE

**TECIDOS  
para ESTOFOS  
QUINTÃO**

R. Serpa Pinto, 12-A

## Desporto

## A NOTÍCIA DO DIA

Por um telegrama da ANI ficamos a saber novidades da visita que um grupo de desportistas está a efectuar a Cuba. Diz o «telex»:

«O Director-Geral dos Desportos de Portugal, Alfredo Carreiro Carvalho, foi convidado de honra de um «cocktail» de despedida oferecido na Havana, pelo Instituto Cubano para a Amizade Entre os Povos.

«Carreiro Carvalho, que chefiou uma delegação de dez peritos desportivos, (o locutor e jornalista Fernando Correia, professor José Teotónio Lima, professor Luís Araújo de Carvalho, professor Fernando Valadas, professor José Baeta da Silva, professora Maria Isabel Rocha, professor Fernando Mota, arquitecto António Serra e Moura, professor Jorge Crespo, e, ainda, Arnaldo Pereira que viajou para «analisar a perspectiva histórica da integração e evolução do desporto na revolução cubana o manifestou a sua satisfação pela visita. «Levamos connosco as experiências que colhemos aqui. Cuba e os seus êxitos socialistas são, para nós, os nossos esforços para manter Portugal na sua nova senda, apesar das ameaças fascistas, um exemplo», declarou.

«A delegação portuguesa tomou parte na 4.ª feira, no terceiro encontro anual da Agência Cubana de Desporto, Educação Física e Recreação (INDER) para análise da acção deste organismo.»

## CICLISMO

## UM DIFÍCIL "PRÉMIO DA MONTANHA"

Não são os profissionais de ciclismo (ou ex-profissionais) da modalidade, que foram chamados para este difícil «prémio da montanha»: a verdade é que os dirigentes foram colocados num ponto de partida para uma meta de difícil acesso, com um percurso bastante sinuoso a dificultar ainda mais a chegada à tal meta. O ciclismo está numa prova de diversas etapas, numa «volta» completamente desconhecida, na qual o único prémio é a manutenção da própria modalidade. E o mais grave de tudo é que já há dirigentes desisten-

tes...

Fiel Oliveira Farinha, o presidente federativo, tem pouco para contar: sabe (apenas) que quatro colegas da direcção abandonaram os seus postos, ignorando os motivos, mas lamentando a atitude, já que confiava neles e no que sabem da modalidade, estando conscientes do muito que poderiam ajudar na subida deste difícil «prémio da montanha». Faz acusações: nomeadamente à Secretaria de Estado, que terá saltado regulamentos, ignorando entidades (fez «ciclo-cross»...) não se dignando

informar a entidade máxima da modalidade da tomada de posição que culminou com a homologação (a sós) da última «Volta». Por seu lado, os dirigentes demissionários acusam ex-colegas de negligências que, muito naturalmente, apenas prejudicam a modalidade. Nestas circunstâncias, o ciclismo profissional e amador balançam entre um passado que (até) nem é de envergonhar e um futuro que se apresenta bastante sombrio.

No sábado, à noite, vai haver um «plenário» onde se espera que todos os pontos obscuros sejam clarificados, todas as dúvidas fiquem desfeitas: uma reunião que pode (muito bem) culminar com a «reescapagem» dos dirigentes demissionários, se é que todos estão dispostos a ajudar a modalidade a vencer esta difícil prova. Nas primeiras «etapas», os resultados não foram nada convincentes. Mas, sem «doping» mas com coragem e amor ao ciclismo, estamos certos que o traço branco será atingido, ainda dentro do tempo regulamentar...

## Jogos Olímpicos: preços exorbitantes

Os países europeus não vão pagar direitos para a transmissão em directo pela televisão dos Jogos Olímpicos de Montreal se a comissão canadiana organizadora dos Jogos insistir nos preços exorbitantes que tem estado a pedir, declarou o secretário geral da Organização Internacional de Rádio e Televisão, Jaromir Hrebik, em entrevista publicada no «Czechoslovak Sport».

A comissão organizadora pediu dez milhões e vinte milhões de dólares, respectivamente, à Intervisão e à Eurovisão para a transmissão directa dos Jogos. Ao propor tal preço a comissão «estava, evidentemente, a aplicar o modo comercial de encargar o desporto e a televisão habitual ao continental americano e foi também influenciada pelos 25 milhões de dólares pagos pela cadeia de televisão ABC pelos direitos de transmissão para os Estados Unidos.

«Esta companhia, porém, ainda obtém lucros acrescentados porque imediatamente ganhou quarenta milhões de dólares pela reserva de tempo de transmissão de anúncios durante os jogos.

«Todavia, nos nossos países socialistas, a televisão não tem uma base comercial e isto é também verdade relativamente à maioria das companhias da Europa Ocidental as quais, além disso, estão a atravessar uma grave crise financeira».

Os representantes da Organização Internacional de Rádio e Televisão e da União Europeia de Radiodifusão fizeram uma oferta à comissão organizadora para a transmissão dos Jogos baseada nos preços das licenças de televisão dos Jogos Olímpicos de Munique, mais cinquenta por cento, tendo em vista a crise inflacionária no Ocidente e ainda mais dois milhões de dólares para o pagamento do equipamento técnico.

## Registo

**ESGRIMA:** no Ginásio do Colégio Militar realiza-se amanhã e domingo, o campeonato nacional de florete.

**ATLETISMO:** nos terrenos do hipódromo do Estádio Nacional realizam-se, no domingo (a partir das 10 e 30) os campeonatos regionais de corta-mato, destinados a todas as categorias femininas.

**TIRO AO ARCO:** no Estádio Nacional realiza-se, no domingo, a prova «Confidente».

**LUTAS AMADORAS:** amanhã, pelas 21 e 30, disputa-se a última jornada do campeonato nacional de «Esperanças», (na Luz), que engloba os encontros Sporting-União de Coima e Desportivo de Runa-Benfica, sendo este encontro decisivo para a atribuição do título de campeão.

**ESTAFETA:** no domingo, por iniciativa do Santa Clara, disputa-se a prova Coimbra-Lousã, na qual participarão algumas das melhores equipas nacionais bem como uma representação de Valladolid.

**CUF:** foi adiada para o próximo dia 27 a Assembleia Geral do Grupo Desportivo da Cuf.

**REUNIÃO:** no Clube Nacional de Natação realiza-se, esta noite, pelas 21 horas, uma reunião magna dos associados.

**XADREZ:** Joaquim Durão parte, na próxima 2.ª feira, para Cuba, onde vai participar num torneio internacional.

## Lá fora

## PELÉ

Edson Arantes do Nascimento (Pelé) declarou, em São Paulo, que (possivelmente) regressará aos campos de futebol jogando pelo Santos em várias digressões que este clube fará pela Europa, Ásia e África, este ano.

Pelé, que conta 33 anos e se despediu (oficialmente) do futebol em Outubro do ano passado, acrescentou que tinha recebido várias ofertas para actuar no estrangeiro mas recusou-se a revelar o valor económico das mesmas.

## BOXE

O neurologista argentino Alfredo Givre pediu a abolição do boxe, alegando que os «golpes» provocam lesões irreversíveis no cérebro dos pugilistas.

Numa declaração distribuída à Imprensa, o especialista diz

## FUTEBOL

## JUNIORES PERDEM COM A ITÁLIA

Uma vez mais, o futebol júnior português a nível de selecções saiu derrotado no confronto internacional. Equipa recheada de tudo o que foi preciso, preparada com muita antecedência, a nossa selecção ffoi derrotada, em Bergamo, pelo «seleccionado» italiano, por um claro 3-1. Esperanças que se afundam um pouco, que nos cortam um pouco as (lógicas) pretensões de vencer a eliminatória europeia. O jogo da 2.ª mão, a disputar em Évora, no próximo dia 3 de Março, poderá trazer algumas rectificações, mas cremos bem que os «reis» do «catenaccio» não darão hipóteses de sobrevivência nos júniores portugueses.

A selecção portuguesa, que não marcou nenhum golo (o guarda-redes italiano foi o autor do nosso tento) apresentou: João; Orlando, Zuledo, Vicente e Martins («cap.»); Freitas, Alberto e Chalana (Veloso), Salvado, Amaral e Avelar (Formosinho).

## PORTO

Em face do mau rendimento da sua turma, no passado domingo, com ausências verdadeiramente inexplicáveis (Peres, Rolando, Rodolfo) o técnico Aimoré Moreira está a «repensar» o «team» que poderá apresentar em Guimarães. Prevêem-se, assim, as saídas de Gabriel, Vieira Nunes, Ailton, Lemos e Simões, Retornando Peres, Rodolfo, Alinho, Leopoldo e, talvez, Rolando.

## FARO

Prevista a reaparição do «leão» Dinis, no grupo que vai actuar perante o Farense, sendo igualmente de considerar a provável presença de Tomé no bloco dirigido por Riera. Entretanto, a directiva farense protesta: quem viu o «cartão amarelo» no jogo com o Oriental foi (no seu entender) Amâncio e não Manuel José, assim que indevidamente castigado pela Federação.

## GOLFE NO ALGARVE: HORA PROFISSIONAL

Com a participação de numerosos jogadores, entre os quais se contam profissionais portugueses, amadores nacionais e estrangeiros e cadetes-jogadores pertencentes a diversos clubes, decorre até domingo o II Campeonato do Algarve dos Profissionais de Golfe, iniciativa da Associação dos Profissionais de Golfe de Portugal.

O campeonato é jogado em 72 buracos. Hoje: 18 buracos no Campo de Golfe de Vale

do Lobo e 36 buracos nos dias 22 e 23, no Campo de Golfe da Quinta do Lago.

Nais de Golfe de Portugal, criada em 17 de Janeiro de 1974, com sede na Quinta do Lago, procura com este campeonato fomentar e alargar o campo de expansão do golfe em Portugal. A modalidade, tida em todo o mundo como um desporto aberto a pessoas de todas as idades, tem conhecido em Portugal momentos difíceis, dada a sua pouca divulgação.

Agora, a Associação procura chamar até si alunos de escolas portuguesas, tendo como principal objectivo formar número suficiente de profissionais para a Associação dos Profissionais de Golfe de Portugal.

Resultados das provas efectuadas ontem, em Vilamoura:

Profissionais: 1.º, António Bernabé e Joaquim Rodrigues, 75 pancadas; 3.º, Domingos da Silva 80 p.; 4.º, Augusto Paulino, 81 p.

Amadores: 1.º, Jorge Fausto de Figueiredo, 84 pancadas;

2.º, Jorgen Fleiscoer, 86 p.; 3.º, Jorge Lara Sousa e Melo, 87 p.

## ANDEBOL

## Partizan invicto

Ainda não foi desta que a equipa de andebol do Partizan perdeu, nesta digressão por terras portuguesas. Agora coube a «sorte» ao Almada, vencido por 25-18, com 13-5 ao intervalo. Pela primeira vez, o público correspondeu e esteve presente em elevado número.

Equipas e marcadores: **ALMADA** — Malta (Vilela); Lúcio (1), Azevedo (1), Luís António (3), Fonte-Santa (2), Fernando (1), Peres (3), Carreira, Jorge (5), João Carlos (2) e Ribas.

**PARTIZAN** — Cindric (Gavrilovic), Dukanovic (6), Milandovic (4), Duklic (1), Kalina (4), Patrovski (1), Selnic (1), Crnogorac (1), Tomas (1), Minidija (2), Dokic (5) e Savic (1).

Árbitros: António Dias e Nuno Pinho.

Hoje, é dia de descanso para os jugoslavos, reconhecendo amanhã a jogar. Cabe a oportunidade ao Belenenses de derrotar o Partizan, em jogo que se realiza no pavilhão do Liceu D. Pedro V, pelas 17 e 30, com transmissão pela RTP.

## BASQUETEBOL

## Árbitros integrados

Através do Ministério da Comunicação Social recebemos a seguinte notícia:

«Em virtude do despacho n.º 2/75 de 16 de Janeiro ter levantado dúvidas quanto à forma como se processou a integração dos árbitros na Federação Portuguesa de Basquetebol, o secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar, eng.º Luís Efreim Casanova, julgou conveniente esclarecer essas dúvidas.

«Assim, informa-se que a integração se efectuou em conformidade com a interpretação legal adoptada em casos seme-

lhantes, que implica passar a entidade integradora a ser a única responsável pelas arbitragens, embora esta situação tenha neste caso carácter provisório e cesse logo que o inquérito esteja concluído, e solucionada a questão que deu origem ao despacho.

«A circunstância de terem cessado as suas funções os órgãos representativos dos árbitros, deve ser entendida à luz do acima mencionado e não deve de forma alguma confundir-se com qualquer outro processo de suspensão.»

## RESTAURANTE ANGELOS

SANTANA — SESIMBRA

Informa os seus Ex.ºs Clientes que passa a encerrar às segundas-feiras para descanso semanal.

## Árbitros com medo

«Em Espanha, os árbitros estão sempre entre a espada e a parede, porque lá são os presidentes dos clubes quem manda», declarou Javier Arriaga, presidente do Colégio de Árbitros da Federação Mexicana de Futebol, que acaba de regressar da Europa ao seu país.

Sublinhou que é desastroso para um árbitro que o clube da casa não ganhe, sobretudo se se trata de um «grande» como o Real Madrid, o Atlético de Madrid ou o Barcelona.

«Por isso, é com evidente temor que os juizes de campo espanhóis actuam nos jogos cruciais» — acrescentou, afirmando, a concluir:

«O futebol que se joga em Espanha é bom, mas seria melhor se os árbitros não estivessem sempre com medo de ser recusados.»

## hoje

Um conselho ao leitor: esta tarde (ou logo à noite) vá espreitar como se joga voleibol, pelo menos ao nível local. O calendário é o seguinte:

Campeonato de Lisboa de juvenis femininos: Liceu D. Filipa de Lencastre-Liceu de Oeiras, no Filipa de Lencastre, às 18.

Campeonato de Lisboa de juniores masculinos: Josefa de

Obidos-Serviços Médico Sociais, na Josefa de Obidos, às 19 e 30.

Campeonato Nacional da II Divisão: Salvaterrense-U. Católica, em Salvaterra de Magos e Juventude Salesiana-Amoreiras, no Estoril, às 21 e 30.

Campeonato Nacional feminino da I Divisão: Leixões-Desp. da Póvoa, em Matosinhos, às 22.

# Nacional

## EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA E P A L

EMPREITADA DE FORNECIMENTO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTO DE CLORAGEM DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE VALADA - TEJO

### ANÚNCIO

Faz-se público que no dia 21 de Março, pelas 15 horas, na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa até às 17 horas do dia 20 de Março de 1975.

O processo do concurso estará patente todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na sede da Empresa, onde poderão ser examinados e obtidas cópias daquelas peças.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1975.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização

Eng.º H. Oliveira Sá

## EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA E P A L

EMPREITADA DE FORNECIMENTO E MONTAGEM, INCLUINDO AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, DO DISPOSITIVO DE PROTECÇÃO CONTRA GOLPES DE ARIETE DA CONDUTA ELEVATÓRIA DA ZONA ALTA (ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DOS OLIVAIS)

### ANÚNCIO

Faz-se público que no dia 26 de Março, pelas 15 horas, na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa até às 17 horas do dia 25 de Março de 1975.

O processo do concurso estará patente todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na sede da Empresa, onde poderão ser examinados e obtidas cópias daquelas peças.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1975.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização

Eng.º H. Oliveira Sá

## Imaço — Sociedade Agro-Imobiliária Açores e Lisboa

S. A. C. R. L.

Rua da Junqueira, 194—Lisboa

### CONVOCAÇÃO

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da lei, convoco a Assembleia Geral Ordinária da IMAÇO — Sociedade Agro-Imobiliária Açores e Lisboa, S. A. C. R. L., para reunir no dia 7 de Março de 1975, pelas 15 horas, na sua sede social, e ocupar-se da seguinte ordem de trabalhos:

- 1.ª - Aprovação do Relatório e Contas da Administração e Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício de 1974;
- 2.ª - Preenchimento de vagas nos Conselhos de Administração e Fiscal e Mesa da Assembleia Geral;
- 3.ª - Alteração do artigo 3.º dos estatutos constantes da escritura de 21 de Maio de 1973.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1975.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Paul Lambert de Rouvroit

### Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado, o vento era fraco e havia neblina ou nevoeiro na faixa do litoral Oeste a norte de rio Tejo.

#### TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

|             |     |
|-------------|-----|
| PORTO       | 8º  |
| P. DOURADAS | 5º  |
| COIMBRA     | 11º |
| PORTALEGRE  | 11º |
| LISBOA      | 12º |
| FARO        | 14º |
| FUNCHAL     | 12º |

#### TEMPERATURAS EXTREMAS

FARO Máxima 18,0º

PENHAS DA SAUDE Mínima 2,3º

#### TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 14,0º  
Atmosfera 11,5º

#### MARÉS DE HOJE

| PREIA-MAR   | BAIXA-MAR  |
|-------------|------------|
| 12.01 3,1 m | 5.22 1,5 m |
| 17.53 1,4 m |            |

Dia 22

|             |             |
|-------------|-------------|
| 0.37 3,3 m  | 6.36 1,3 m  |
| 13.16 3,3 m | 19.00 1,2 m |

Dia 23

|             |             |
|-------------|-------------|
| 1.43 3,6 m  | 7.37 1,0 m  |
| 14.17 3,6 m | 19.56 0,9 m |

#### PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

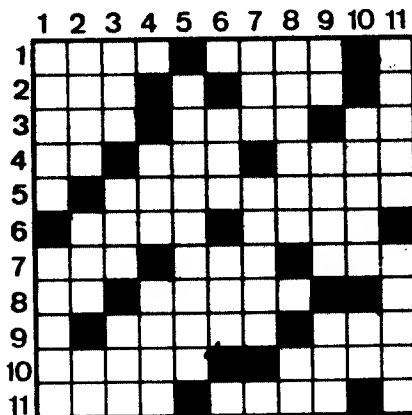
Céu geralmente muito nublado; vento fraco predominando de Norte a partir da tarde de amanhã; condições favoráveis à ocorrência de neblina ou nevoeiro no litoral Oeste a norte do rio Tejo.

## palavras cruzadas

### COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 11 015

#### HORIZONTAIS:

- 1 Grande afeição. Português.
- 2 Preposição. Saudável.
- 3 Pedra de altar. Magnete.
- 4 Utensílio doméstico.
- 5 Batráquio. Falsa. O mesmo que açazeiro.
- 6 Instrua.
- 7 Dar pios. Ramagens.
- 8 Pronome pessoal. Doutora.
- 9 Fileira.
- 10 Interjeição de dor. Tapume.
- 11 Nome de homem. Vai para fora.
- 12 Repousa. Pesquisa.
- 13 Rezei. Ave trepadora insectívora.



#### VERTICAIS:

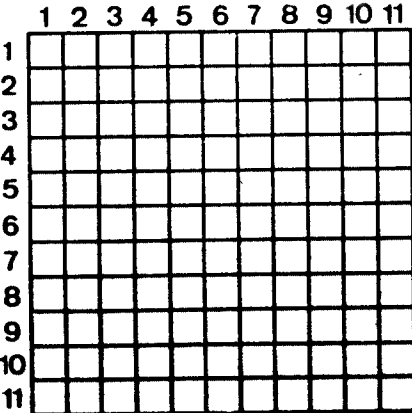
- 1 Aguça. Parado.
- 2 Vila e concelho do distrito de Évora. Desgasta por fricção. Sufixo que designa estado.
- 3 Agora. Festa de Ano Novo ou «festa de todos» para a qual os negros se cotizam. O vencimento diário de um soldado.
- 4 Estima. Recesei.
- 5 Cidade do Estado de Minas Gerais.
- 6 Conjunção. Zombar.
- 7 Emprega. Ferrapo.
- 8 Remediara. Duzentos em romão.
- 9 Preposição e artigo definido. Leito. Saudável.
- 10 Antigo peso de Malaca. Atomo.
- 11 Atraícoe. Despachar.

Resolveu completamente este problema?  
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

### NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 7173

#### HORIZONTAIS:

- 1 Registo de sessão. Pronome indefinido (pl).
- 2 Exprime por palavras. Rezeiros.
- 3 Distar. Alcool de melação.
- 4 Preposição.
- 5 Carimba. Passa atestados.
- 6 Engomadas. Viração.
- 7 Um dos Estados do Brasil. Alegria.
- 8 Idem. Rata. Agora.
- 9 Cabo da costa de Portugal. Murar.
- 10 Despachar. Medida de superfície.
- 11 Língua vernácula indiana. Batráquio. Isolados.



#### VERTICAIS:

- 1 Amolas. Papas de mandioca.
- 2 Povoação do concelho de Alenquer.
- 3 Tálio (S.g.). Impulso. Tom ba.
- 4 Rio da Suíça. Amariçava.
- 5 Interjeição de dor.
- 6 Diapaseio. Içar por meio de adriças.
- 7 Sufixo que designa estado. Prendei. Época.
- 8 Que deprime.
- 9 Estimais. Avalias.
- 10 Ribeira de Portugal. Basta. Ilha do Pequeno Belt.
- 11 Arrancara. Rente.

#### SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 014

##### HORIZONTAIS:

- 1 Anonimato.
- 2 Sopé. Agente.
- 3 Similar. Ar.
- 4 Usa. O. Riem.
- 5 Lori. Aramer.
- 6 Anela. Oro.
- 7 Foi. Ain. Al.
- 8 Sa. Mor. Ossa.
- 9 Urdi. Mossa.
- 10 Agag. Assina.
- 11 Moro. Sôos.

##### VERTICAIS:

- 1 As. Ulo. Sum.
- 2 NOSSO. Fargo.
- 3 Opiário. Dar.
- 4 Nem. INIMIGO.
- 5 Io. E. O.
- 6 Alar. Alar.
- 7 Magar. Osa.
- 8 Teria. NOSSO.
- 9 Nô. AMO. Sais.
- 10 Tâmaras.
- 11 Ser. Rolaram.

Provérbio: O NOSSO INIMIGO É O NOSSO AMO

#### SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7172

##### HORIZONTAIS:

- 1 Ocaso. Cairo.
- 2 Cara. Moiros.
- 3 Palmela.
- 4 Sam. Olarias.
- 5 Os. Cró. Amio.
- 6 Tos. Ase.
- 7 Sir. Nio.
- 8 As. Ria. Idas.
- 9 Troe. Sarou.
- 10 Adira. Comem.
- 11 Rasa. Casa.

##### VERTICAIS:

- 1 Oc. Sôs. Atar.
- 2 Capas. Sarda.
- 3 Aram. Ti. Ois.
- 4 Sal. Corraes.
- 5 Mora.
- 6 Melo. Nas.
- 7 Cola. Fi. Aca.
- 8 Aia. Oiros.
- 9 Ir. Imã. Doma.
- 10 Rolais. Aué.
- 11 Os. Soeis. Ma.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido pela «Tabacaria Canarim», Rua Capitão Leitão, 10, ALMADA

### BARS BOITES

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167.  
a actuar JACKIE LA LOUVE  
ARTISTA BRASILEIRA:  
ESPADARTE CLUB — Sesimbra. Discoteca e acidentalmente fado ou música de folclore interp. por clientes e dedicado aos turistas presentes. Encer. domingos. T. 229189

### DANCINGS

HIPOPOTAMO — Conjunto Hipopotamo. Encerra aos Domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T. 48384.  
TAMILA — Marão e s/ conjunto «Matineas» todos os dias. Encerra aos domingos. Av. Duque de Loulé, 69. T. 533117.  
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado Variedades internacionais. T. 28461/284526/284535/284621/284946

### urgência

|                |         |              |         |
|----------------|---------|--------------|---------|
| Emergência     | 115     | Judiciária   | 53 5380 |
| Bombeiros      | 32 2222 | Intoxicações | 76 1176 |
| CVP            | 66 5342 | Aeroporto    | 71 1397 |
| H. de S. José  | 86 0131 | C.R.G.E.     | 53 7021 |
| H. de S. Maria | 73 0231 | C. Águas     | 36 1361 |
| P.S.P.         | 36 6141 | Combóios     | 32 6222 |

### AMANHÃ

NASCE AS 8.20  
OCASO AS 19.21



Dia 26 Dia 4 Dia 13 Dia 20



#### EMISSORA 1.º Programa

- 16.00 Noticiário — informação da Bolsa
- 16.05 Ciência e técnica
- 16.20 Orquestras
- 17.00 Rádio Estudantil
- 18.15 «Movimento das Forças Armadas»
- 19.05 Temas de crianças, coordenação de Maria da Conceição Lopes. Informação de trânsito — Música variada
- 20.00 Jornal da noite
- 21.00 Desdobramento — Resumo do programa — Orquestras
- 21.45 Observação de cinema por Damas Nunes
- 22.00 Sindicalismo por Helena Neves. Madeira Claudino e Jorge Rodrigues
- 22.30 Rítmos africanos
- 23.00 De um dia para o outro
- 00.00 (Entrada do MF1 de Lisboa) — Sinal horário.

#### Programa em MF1 de Lisboa

- 23.00 Rádio Estudantil
- 00.00 Junção com o 1.º Programa
- 2.º Programa
- 16.00 Música sinfónica — Concerto n.º 2 em ré maior, para trompa e orquestra, de Haydn
- 16.12 Missa «Iste Confessor» de Giovanni Pierluigi da Palestrina
- 17.00 O compositor da semana: Rachmaninoff (1873-1945)
- 18.30 Música portuguesa

#### 19.30 Jornal da noite

- 20.30 Solos de piano
- 21.00 Música de câmara
- 21.30 Duetos de piano: andante e variações op. 48, de Schumann
- 22.00 Música vocal: Madrigais amorosos, de Claudio Monteverdi
- 22.30 Concerto sinfónico: obras de Beethoven. 1.ª Parte: Leonor n.º 3 (abertura). Concerto em ré maior op. 61, para violino e orquestra
- 23.29 Intervalo: Sonata em lá menor, para flauta, contrabaixo e cravo, de Vivaldi
- 23.41 2.ª Parte: Sinfonia n.º 5 em dó menor op. 67, pela Orquestra Sinfónica Columbia, dir. por Bruno Walter
- 00.14 Solos de piano: 2 sonatas, de Cimarosa. Allegro em si menor op. 8, de Schumann. Tocata, de Katchaturian
- 00.34 Música de câmara: Suite n.º «EM SI MENOR» de Bach
- 01.00 Fecho

#### Programa estereofónico

- 21.00 Música ligeira variada
- 22.00 Intercâmbio musical: 1.ª Parte: Concerto preenchido com obras de Hanns Eisler
- 22.50 Intervalo: 6 prelúdios para piano, de Rachmaninoff, por Sviatoslav Richter
- 23.10 2.ª Parte: 4 peças para corpo misto, op. 13. «Nô» (segundo Ignazio Silone). «Ulme 1592» (Bertolt Brecht). «Deus seja conosco», cantata (Bertolt Brecht). Do pequeno cancionário «Woodbury». Sonata para violino e piano, «Sonata da

#### Viagem». Dois coros masculinos, op. 14

- 00.00 Sonata em sol menor, para violino e piano, de Debussy
- 00.15 Sinfonia n.º 9 em mi menor, «Do novo mundo», de Dvorak
- 01.00 Fecho
- RÁDIO CLUBE
- Onda média
- 16.00 Noticiário
- 16.04 Programa CDC
- 18.05 Movimento
- 20.40 Teatro livre
- 21.17 Música para meditar
- 21.31 Quando o telefone toca
- 22.05 Momento político (M.D.P./C.D.E.)
- 22.30 Quando o telefone toca
- 23.05 Rubrica policial do inspector Varatojo
- 23.30 No mundo aconteceu
- 00.05 Alavanca
- 02.05 A noite é nossa
- 06.03 Diário rural
- 07.03 Talismã

#### EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

- Rádio Graça
- Das 06.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00
- Rádio Peninsular
- Das 12.00 às 12.00 e das 19.30 às 22.00
- Clube Radiofónico de Portugal
- Das 12.00 às 14.30
- Rádio Voz de Lisboa
- Das 17.00 às 19.30 e das 22.00 às 02.00





**RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.**  
ADMINISTRAÇÃO GERAL  
E PUBLICIDADE  
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º E 4.º  
TELEF. 654531/2/3/4  
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS  
RUA LUZ SORIANO, 44  
TELEF. 321154/5 320771/2/3  
RUA DA ROSA, 57  
END. TEL. OBOA TEL. 12363  
LISBOA PORTUGAL

## A GREVE NA "RENASCENÇA"

### A L.O.C. e a J.O.C. contra o episcopado

Um documento de protesto contra a greve dos trabalhadores da Rádio Renascença, assinado por 900 católicos, e a proibição por parte da hierarquia da Igreja, da transmissão do terço por aquela Estação Emissora, o que, a par com a transmissão da missa dominical, constituía a única actividade não afectada pela greve, o que demonstrava à evidência que os grevistas não estão, de nenhum modo, contra a Igreja, antes pretendem ver resolvido justamente um conflito de trabalho que a Igreja, injustamente, não parece disposta a resolver, seriam, as notas dominantes dos dois dias de paralisação de trabalho na R. R., não fora tudo isso ser ultrapassado pela importância da comunicação conjunta da Juventude Operária Católica e da Liga Operária Católica, que passamos a transcrever:

«Face à greve que os trabalhadores da Rádio Renascença desencadearam a partir do dia 19 de Fevereiro, pela defesa do direito ao trabalho e à informação:

«Face ao comunicado da Conferência Episcopal de 12 do corrente:

«Perante a manifestação de um grupo de cristãos reacccionários que diante do Paço Patriarcal se manifestaram contra a luta dos trabalhadores apoiando a tomada de posição do Episcopado;

«Os movimentos operários cristãos, Liga Operária Católica (L. O. C.) e Juventude Operária Católica (J. O. C.), que sempre se têm batido pela libertação dos trabalhadores;

«Considerando que vivemos um momento histórico de alto significado na luta libertadora da classe operária que tem sido abafada e muitas vezes deformada pelos meios de comunicação social,

«considerando imprescindível que esta luta seja divulgada pela própria classe, sob o risco de ser manipulada,

«vêm publicamente afirmar que:

«O processo revolucionário que a classe operária desencadeou em Portugal é irreversível na perspectiva da libertação dos explorados e oprimidos e exige locais e meios para se expressar;

«Neste processo nós reconhecemos o dinamismo da mensagem evangélica da libertação;

«Uma Rádio que se diz «Voz da Igreja» e não seja porta-voz deste processo libertador nega-se a si própria;

«É impulsão dos nossos dinâmismos que brotam dos factos concretos, que a Igreja realiza a mensagem da «Boa Nova» de que é portadora, pelo que se impõe, que, desde já, ponha tudo quanto possui ao serviço da libertação dos oprimidos e explorados.

«Apelamos para que todos os cristãos façam um esforço de clarificação e não se deixem levar por manobras reacccionárias de pseudo-defensores da Igreja.»

Numa conferência de Imprensa que teve lugar esta manhã nos estúdios da emissora em questão, ocupada pelos trabalhadores e guardada por forças do Copcon, apontaram-se os pontos mais importantes desta fase da luta dos trabalhadores e afirmou-se, nomeadamente que «este processo será resolvido a favor dos trabalhadores e a favor da Igreja, se, na verdade, o povo português e a opinião pública nos continuarem a apoiar como têm feito até aqui.

A terminar, os trabalhadores ainda fizeram questão de afirmar:

«Estamos convencidos de que o M. F. A. e o Governo Provisório não vão deixar que, neste momento, e aqui, se cale um órgão de Informação, mesmo que como subtítulo esse órgão tenha «Emissora Católica Portuguesa».

## COMÍCIO ANTICOLONIAL

Com início às 21 horas, o Movimento Popular Anti-Colonial (M. P. A. C.) realiza hoje um comício no Pavilhão dos Desportos, destinado a reatar a tradicional comemoração do 21 de Fevereiro, jornada popular de solidariedade para com a justa luta de libertação nacional dos povos das colónias.

O 21 de Fevereiro vem sendo assinalado no nosso País desde 1971, tendo nessas comemorações e nas duras condições de clandestinidade o povo português erguido a sua voz anticolonialista e manifestado o seu apoio internaciona-

lista aos povos coloniais. Em 1974, na Praça do Chile, milhares de populares, desenvolveram corajosos combates contra as brutais forças de repressão fascista.

Hoje, no comício do M. P. A. C. intervirão diversos oradores, anticolonialistas e patriotas, que se debruçarão sobre a necessidade do povo português intensificar a sua luta contra o colonialismo, contra a guerra e pela Independência Nacional com a «expulsão dos imperialistas estrangeiros da nossa pátria».

## Embaixadores da Checoslováquia e da Bulgária

Esta manhã apresentou credenciais ao Presidente da República o embaixador da Checoslováquia, eng.º Miloslav

Hruja. À tarde, foi a vez de Nenko Braganov Tchendov, embaixador da Bulgária, proceder ao mesmo acto protocolar.

# Os partidos da coligação e o Plano Económico

Três representantes dos partidos da coligação pronunciaram-se já sobre o Plano Económico: Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português; Magalhães Mota, do Partido Popular Democrático; e Jorge Campinos, do Partido Socialista.

Para Álvaro Cunhal, «é no domínio do controlo do Estado sobre o poder económico, nos mecanismos de intervenção na finança e na indústria, e na resolução de alguns problemas de fundo da agricultura que se encontram talvez as decisões que permitem abrir uma perspectiva de desenvolvimento». O secretário geral do P.C.P. considerara, pouco antes, que se trata de um plano «mais vol-

tado para a estabilidade do que para o desenvolvimento, ainda que as possibilidades deste último dependam, naturalmente, da primeira». Afirmando depois que existem esperanças de que se possam resolver alguns problemas do ensino e da saúde, Álvaro Cunhal definiu algumas das direcções prioritárias da política económica, no entender do seu Partido: o controlo e a limitação do poder dos monopólios, e, em particular, da banca privada, uma política de crédito do Estado, nacionalizações apropriadas, a intervenção dos trabalhadores na direcção do poder económico, a luta contra a sabotagem económica, medidas que represen-

tem os primeiros passos da Reforma Agrária, e a preocupação constante de que a revolução democrática tem que significar a melhoria progressiva das condições de vida das classes trabalhadoras.

### MAGALHÃES MOTA: UM CERTO REALISMO

Para Magalhães Mota, do P.P.D., «aquilo de que neste momento dispomos é de um «programa de política económica e social...». E depois «Julgo que em política, e muito em particular em política económica, é essencial ser-se realista. As coisas são sempre o que são e, isto, obriga-nos a reconhecer que não só não são como gostaríamos que fossem, ou como as imaginamos, nem as podemos moldar de acordo com esquemas teóricos mais ou menos mecânicos ou ao estar de fácil radicalismo de salão». Opção de base em relação ao futuro: intervir, e «intervir significa assegurar o controlo da vida económica pelo poder político». Negando um carácter social-democrata ao Plano, Magalhães Mota deu uma palavra de apoio às medidas preconizadas de protecção às pequenas e médias empresas, que considera dos sectores com maiores potencialidades de desenvolvimento e as mais duramente atingidas pelas actuais dificuldades. E sobre o emprego, problema que considera prioritário nas actuais circunstâncias: «A importância atribuída pelo Plano à recuperação da actividade económica reflecte, acima de tudo, o objectivo primordial de garantir trabalho a todos os portugueses» e, nessa medida, repartir equitativamente os efeitos da inflação por todos os portugueses. Falando sobre saúde e educação, Magalhães Mota afirmou que «a opção socializante do programa imprime orientações claras às medidas a curto prazo e dá uma di-

recção inequívoca às decisões a tomar em menor prazo».

### JORGE CAMPINOS UM «CONTRATO SOCIAL»

«Face ao «contrato social» que o Programa do M.F.A. representa e que é a plataforma de entendimento dos partidos da Coligação, não se poderia encerrar outros critérios de economia política...» começou por responder Jorge Campinos, do P.S., ao nosso colega «O Século». «Mais conservador certamente deixaria de ser um plano e nem talvez mesmo um programa minimamente coerente com as realidades pós-25 de Abril. Mais radical, obrigaria a uma rotura nas estruturas económicas que não é contemplada no Programa do M.F.A.». Ou seja: «o Plano Económico é o programa possível no actual momento histórico. É um programa que, se não põe, globalmente, em causa os fundamentos da sociedade capitalista portuguesa, também não o bloqueia; antes pelo contrário lhe imprime uma dinâmica em direcção à via socializante». Este modelo é preferível, segundo Jorge Campinos, a uma «feição de capitalismo burocrático de Estado, gerador de repressão e ineficácia». E comentou: «Não nos iludamos: esta seria, pela nacionalização abrupta dos meios de produção e pela entrega da gestão a burocratas, a alternativa que se podia pôr ao Plano que foi aprovado». Nesta mesma linha insere as suas considerações quanto a emprego e inflação, condenando todos aqueles que, «demagogicamente, mobilizam os trabalhadores em torno de palavras de ordem que, ultrapassando o espírito e a letra do Programa do M.F.A., pretendam, na realidade, criar condições favoráveis a uma variante burocrática do capitalismo de Estado». Quanto ao resto defende uma ampla movimentação popular de apoio ao Plano.

## CONSTRUÇÃO CIVIL

### Defendidos os interesses de um milhão de trabalhadores

A Direcção do Sindicato da Construção Civil tornou público o anteprojecto do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para o sector da construção civil e obras públicas, em cuja elaboração participaram representantes de 17 sindicatos. O documento, que vai ser amplamente divulgado até 25 de Março, através de assembleias em empresas ou outros locais de trabalho, terá a sua redacção definitiva no período entre 26 e 31 de Março. A aprovação final realizar-se-á, em todos os distritos, nos dias 4 e 7 de Abril. As negociações iniciaram-se trinta dias depois, devendo entrar em vigor a partir de 1 de Julho do corrente ano.

O anteprojecto poderá vir a beneficiar cerca de um milhão de trabalhadores. O documento não propõe qualquer horário de trabalho, mas sublinha que «em virtude da legislação em vigor não é possível, de momento, reduzir os horários».

As diferenças existentes vão desde as 37,5 horas dos técnicos de desenho e as 38 horas dos empregados de escritório às 45 horas para metalúrgicos e operários da construção civil.

Propõem as cláusulas 22 e 23 do anteprojecto: o trabalho por turnos considera-se trabalho extraordinário o prestado antes e depois dos períodos normais diários; as horas extraordinárias só serão feitas com o acordo dos trabalhadores; é proibida a prestação de trabalho extraordinário, com carácter de regularidade, considerando-se como tal quando exceder 10 horas em cada mês do calendário ou 120 horas em cada ano civil.

O trabalho extraordinário confere direito a remuneração especial. Essa remuneração não será inferior à remuneração normal.

O tempo gasto pelos trabalhadores na deslocação de ida e volta considera-se trabalho extraordinário e como tal será pago.

A entidade patronal fica obrigada a assegurar o transporte de ida e volta sempre que o trabalhador preste trabalho extraordinário.

### TRABALHO NOCTURNO

As cláusulas 24.ª e 25.ª referem: «Considera-se nocturno o trabalho prestado entre as 20

horas de um dia e as 8 horas do dia imediato.

A remuneração pelo trabalho nocturno será superior à fixada para o trabalho extraordinário prestado durante o dia em: 25 por cento se prestado entre as 20 e as 24 horas; 50 por cento se prestado entre as 0 e as 8 horas.

Só será permitida a prestação de trabalho por turnos em casos especialmente autorizados pelo Ministério do Trabalho após aprovação pelo Sindicato.»

A cláusula 35.ª refere que «os trabalhadores terão direito a receber um mês de retribuição por altura do Natal, o qual será pago na primeira quinzena de Dezembro. Os trabalhadores terão direito a receber por altura da Páscoa, e incluído no vencimento de Abril, o valor que resultar da divisão equitativa do montante das retribuições pagas pela empresa no mês anterior a este pagamento».

O direito a férias é irrenunciável e não pode ser substituído por remuneração suplementar ou qualquer outra vantagem, ainda que o trabalhador dê o seu consentimento. O período de férias será de 30 dias de calendário para todos os trabalhadores. No ano de admissão e tendo os trabalhadores prestado, pelo menos, seis meses de trabalho, terão direito a um período mínimo de 7 dias de férias, acrescido de igual montante a título de subsídio.

### MULHERES

Quanto ao trabalho feminino, o anteprojecto insere os seguintes direitos e garantias: «É proibida a admissão da mulher grávida à prestação de trabalho nocturno depois das 22 horas; a mulher grávida não poderá exceder um período de trabalho superior a sete horas diárias; por ocasião do parto a mulher tem direito à suspensão da prestação de trabalho durante 90 dias, sem diminuição da retribuição ou de quaisquer outras regalias; para além do período acima referido e até um ano após o parto a mulher tem direito a dois períodos diários de meia hora para alimentar os filhos ou, se o preferir, a redução equivalente do seu período normal de trabalho.

## O M.E.S. LEGALIZADO

«Apresentaremos candidaturas nos distritos onde se concentra o operariado industrial e rural e onde estejam os aliados preferenciais do proletariado que com este formam o bloco revolucionário» — declarou Augusto Mateus, membro da Comissão Política Nacional do Movimento da Esquerda Socialista, quando, ontem à tarde, com algumas dezenas de militantes do M. E. S., apresentou no Supremo Tribunal de Justiça, 11 subscreitos contendo 6359 assinaturas, e a restante documentação necessária à legalização daquele partido.

O M. E. S. foi, assim, o décimo partido português a requerer a sua legalização, depois do P. C. P., P. S., P. P. D., C. D. S., M. R. P. P., U. D.

P., M. D. P., P. P. M. e P. D. C.

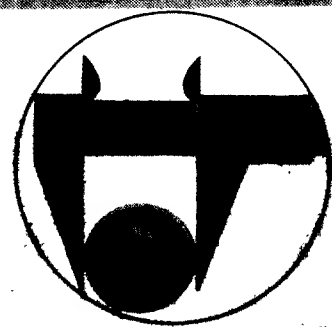
Integraram a delegação que esteve presente no acto, além das várias dezenas de militantes já referidas, e Augusto Mateus, ainda os membros da Comissão Política Nacional, Afonso de Barros, Rogério de Jesus, Victor Wengorovius, Ribeiro Mendes e Marcolino Abrantes.

Sobre a questão das candidaturas, Augusto Mateus afirmou também que o M. E. S. espera concorrer às eleições na maioria dos distritos, devendo decidir-se definitivamente, numa reunião marcada para o próximo dia 1, quais os distritos, as candidaturas e as coligações possíveis.

## A.O.C. e F.E.C.: requerida a legalização

A Aliança Operária Camponesa (A.O.C.), de que é porta-voz o jornal «A Voz do Trabalhador», entregou hoje, ao fim da manhã, no Supremo Tribunal de Justiça a documentação necessária para a sua legalização como partido político.

Para a tarde, está marcada a entrega da documentação de uma outra organização marxista-leninista. Trata-se da Frente Eleitoral de Comunistas (marxistas-leninistas), promovida pelo jornal «O Grito do Povo», que entregará a documentação para a sua legalização como partido político, no Supremo Tribunal de Justiça, às 16 horas.



## OS AUTORES



Major Melo Antunes



Dr. Silva Lopes



Dr. Rui Vilar



Dr. Victor Constâncio.

O Programa de Política Económica e Social é vulgarmente designado como o Plano de Transição. Também poderia ser chamado o Plano de Melo Antunes, tão decisiva foi a influência do ministro sem pasta na definição das suas grandes opções e na sua elaboração. Não é que se menospreze a colaboração que deram à feitura do plano os titulares das pastas das Finanças e da Economia ou os pareceres dos diferentes órgãos do M.F.A. dos restantes membros do Governo e dos partidos políticos, ou as posições definidas pelas associações patronais e pelos sindicatos. Mas, tal como aconteceu com a descolonização, as linhas mestras da política económica a prosseguir nos próximos anos foram decisivamente marcadas pelas concepções políticas e económicas do ministro Melo Antunes.

# PROJECTO PARA UM NOVO PAÍS

**Trabalho, austeridade e consciência cívica são as linhas gerais  
em que assenta o Programa de Política Económica e Social,  
que o Governo Provisório acaba de apresentar à Nação.  
Através dele define-se um país novo,  
onde uma economia para a liberdade efectiva  
de todos os cidadãos reflecte um sentido de justiça colectiva  
e exige uma maior responsabilidade de todos nós.**

## UM PLANO A CONCRETIZAR

O Programa de Política Económica e Social propõe um projecto de sociedade, a construção de uma democracia pluralista em que o poder económico esteja submetido ao controlo e orientação do poder político. Significa uma rotura definitiva com o sistema corporativo, cuja inoperância e corrupção impediam o desenvolvimento económico do País e colocavam Portugal numa crescente dependência do imperialismo.

Mas recusa transformações violentas e bruscas, modificações radicais das relações de produção, não põe em causa o direito à propriedade privada, nem o direito à livre iniciativa, nem a economia de mercado. Apresenta um projecto de sociedade em que deverão coexistir harmonicamente o sector público e o sector privado, propõe uma economia contratual que recolha a adesão, se não de todos, ao menos da grande maioria dos portugueses. Para além dos seus objectivos económicos e sociais, tem um objectivo político evidente: pretende operar a síntese do sistema capitalista e do sistema socialista, rejeitando

os defeitos de cada um deles, subordinando os diferentes agentes económicos a um denominador comum, o interesse nacional.

As reformas propostas pretendem colocar a economia ao serviço do povo português, subordinam os objectivos de crescimento económico às exigências da construção de uma «sociedade mais igualitária e mais justa», em que a defesa das classes trabalhadoras é o objectivo prioritário. Em contrapartida, exigirão dos trabalhadores duro trabalho e profunda dedicação, grande disciplina e sentido das responsabilidades, a recusa de um clima de instabilidade, a aceitação

de uma política de austeridade, que incluíra restrições a certos tipos de bens de consumo largamente generalizados, a moderação dos «aumentos salariais», o mesmo é dizer pesados sacrifícios, uma vez que não é previsível uma acentuada desaceleração da inflação. A aceitação deste caminho difícil não poderá ser alcançada sem uma profunda e generalizada convicção, por parte das classes trabalhadoras, de que o fruto do seu trabalho reverte em seu próprio benefício. O clima social existente no País, a multiplicação dos conflitos de trabalho, a agudização das tensões sociais, levam a considerar com justificado cepticismo esta condição necessária para a realização do Programa de Política Económica e Social.

O controlo e orientação do poder económico pelo poder político, chave da estratégia antimonopolista, é uma das opções fundamentais do Programa. Uma das frentes principais de luta contra o antigo regime é o combate contra os grupos económicos que resis-

tam ao desenvolvimento de uma estratégia antimonopolista coerente e recuse a democratização da sociedade portuguesa. A política de controlo do poder económico tem como travess mestras a extensão do sector público no domínio das instituições de crédito (não se ousou ir até à nacionalização dos bancos), a aquisição pelo Estado de pelo menos 51 por cento do capital social das empresas dos sectores básicos do aparelho produtivo, em que se incluem, além dos recursos mineiros, a indústria siderúrgica, a refinação de petróleo e a petroquímica, o reforço da orgânica de planeamento e o enquadramento, em geral, da actuação do sector privado. Em contrapartida é garantido o direito à propriedade privada, o direito à livre iniciativa e a autonomia das decisões individuais e privadas, desde que não colidam com os interesses do País. Bastarão estas garantias para assegurar da parte dos investidores o esforço necessário para que a economia nacional assegure a melhoria do rendimento por habitante e

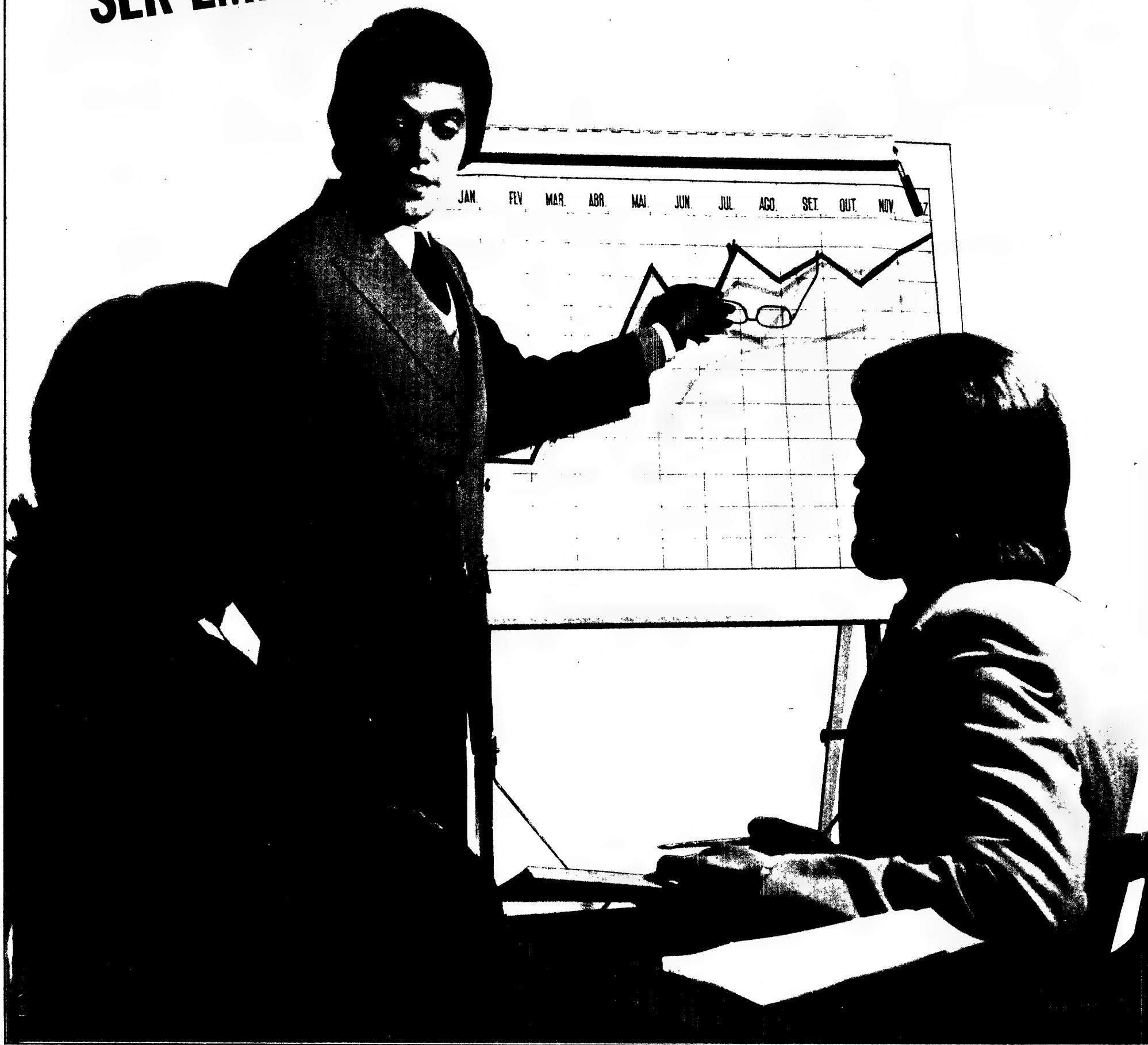
consiga absorver o desemprego? Será legítimo duvidar se se considerarem, simultaneamente, a falta de audácia dos nossos empresários, a situação privilegiada em que viveram no último meio século e a permanente contestação da sua autoridade pelos trabalhadores, componentes a que se acrescenta uma carga fiscal mais elevada.

Outro dos objectivos fundamentais do Plano de Transição é a prossecução de uma política de independência nacional. Não se ignoram os condicionamentos criados pela dimensão do País no domínio das relações comerciais, a dependência em que estamos para o escoamento das nossas exportações e para o abastecimento do mercado interno, a importância dos investimentos estrangeiros na economia portuguesa. As medidas propostas no Plano visam limitar as compras ao estrangeiro, nomeadamente de combustíveis, acelerar o ritmo de crescimento das vendas, não apenas para os

# INVISTA

- **Invista duma forma certa**
- **Crie novos postos de trabalho**
- **Aumente a riqueza do país**

**SER EMPRESÁRIO OBRIGA A SER RESPONSÁVEL**



# TRABALHO, AUSTRERIDADE, DISCIPLINA

Projecto para um novo País eis como poderíamos definir o Programa de Política Económica e Social, aprovado em Conselho de Ministros no passado dia 7 e agora trazido ao conhecimento directo da Nação. Na introdução de oito páginas falam os seus redactores de uma «tarefa de reconstrução nacional», que há-de ser feita «a partir de duro trabalho e profunda dedicação», e que seguidamente exigirá «de todos, sem distinção do lugar que ocupam no aparelho produtivo», outras coisas ainda: «grande disciplina», «sentido das responsabilidades». Entretanto acrescentam, nada vai sem sacrifícios e por isso mesmo «a austeridade é o clima geral em que tem de se viver o esforço de reconstrução, atingindo, portanto, todas as classes e camadas da população».

Este programa, que a opinião pública conhece mais pela designação de Plano Económico, foi elaborado por uma equipa de três ministros (Melo Antunes, sem pasta, Rui Vilar, da Economia, e Silva Lopes, das Finanças), tendo a assessora-los técnicos dos vários sectores. Numa primeira fase chegou a correr que, após alguns dias de acerto num hotel de Sesimbra, o plano estava praticamente terminado e em vias de aprovação. Não aconteceu tal: submetido às altas instâncias do Movimento das Forças Armadas, discutido mesmo ao nível das bases, foi então reajustado, não se sabe com que profundidade, e submetido a uma redacção definitiva já depois da cimeira do Alvor, que o atrasou de uma semana ao reclamar a presença do ministro Melo Antunes.

São 184 páginas de texto saído das oficinas da Imprensa Nacional. Na introdução, depois de se recordar que o Programa do M. F. A. aponta claramente, embora em termos genéricos, para «uma via progressista» no que respeita às grandes orientações do futuro sistema económico e social, refere-se a blocagem operada ao tempo do primeiro Governo Provisório: alegando este o seu carácter transitório, e daí a impossibilidade de fazer grandes reformas de fundo, houve «hesitações, dúvidas e incertezas» hoje a serem ultrapassadas.

Alfás, o quarto trimestre de 1974 terá sido decisivo. Lê-se na página 7 que «a prática dos últimos meses tem vindo a demonstrar, de forma inofensiva, a inviabilidade da não adopção, desde agora, de profundas reformas económicas e sociais, sob pena de se não atingirem os objectivos fundamentais da Revolução do 25 de Abril», consubstanciados na democratização, a todos os níveis, da sociedade portuguesa.

Falemos da descolonização, cujo peso neste processo não pode escamotear-se. Ela é «o primeiro e mais espectacular exemplo de uma reforma de fundo (...) que a história, a moral e o direito reclamavam, e sem a qual jamais seria possível a efectiva democratização do País». Oprime os outros e não será nunca livre.

Passo a passo, mau grado «todas as contradições do processo político», o Programa do M. F. A. foi (vai) tomando forma: consolidam-se progressivamente as liberdades públicas, preparam-se eleições livres, desmantela-se o aparelho corporativo e organizam-se em novos moldes as relações sociais no aparelho produtivo. É pouco? Os redactores do programa entendem que «não parece realista esperar-se que se tivesse ido mais longe do que se foi nas reformas realizadas no campo político». De resto, por que não considerar que a autoria do trabalho cabe, afinal, ao Governo Provisório?

## O POVO TEM DE ADERIR

«Sem democracia económica e social é utópica a reali-

zação da democracia política» — deduzia-se do Programa do M. F. A. e está escrito na introdução ao Plano Económico. A democratização da vida económica passa, essa, pela adopção de «reformas profundas» de cariz progressista.

Uma nova política económica significa a ruptura com «um sistema (...) não só caduco, inoperante e corrupto, como essencialmente colocado ao serviço de estratos da população que acumulavam privilégios e benefícios em detrimento da grande maioria do Povo Português». Mas não estão à vista «transformações violentas e bruscas», nem sequer «mudanças radicais da ordem jurídica pré-existente» — o direito de propriedade é salvaguardado, o direito a livre iniciativa e à autonomia das decisões individuais e privadas reconhecido e sublinhado, contanto que não colidam com os «interesses reais» do País.

Por isso acrescenta o Plano — pode desde já afirmar-se «a garantia de actuação livre à iniciativa privada, segundo as regras específicas da economia de mercado», aqui sempre prejuízo da função orientadora do Estado e da sua intervenção directa em alguns sectores. De qualquer forma caminha-se no sentido de «uma sociedade mais igualitária e mais justa», uma sociedade descrita noutro passo como «realmente livre, justa e progressiva», saída de uma estratégia antimonopolista cujo vector é o do controlo e orientação do poder económico pelo poder político, já por si «uma reforma muito funda do sistema».

Somente «a aplicação positiva de um plano elaborado de acordo com as orientações básicas do presente Programa dependerá (...) em última análise, do grau de adesão manifestado pelo Povo Português aos objectivos propostos». Não se promete um mar de rosas, mas «caminhos difíceis», «pesados sacrifícios», uma via «de dificuldade e não de facilidade», «duro trabalho». Vivemos num País que está entre o subdesenvolvimento e o arranque para o desenvolvimento. Trabalhar, não perder tempo: «é na verdade imperativo o aumento, em termos absolutos, da produção nacional».

## DUAS FRENTE DE LUTA

A maioria dos trabalhadores portugueses quer ganhar melhor, luta por «situações de maior equilíbrio nas relações de trabalho». Mas «nem sempre os meios utilizados para alcançar tão justos fins foram os mais responsáveis e operacionais, ainda que seja indiscutível a disciplina, sentido das responsabilidades e consciência política reveladas em largas camadas das classes trabalhadoras».

Aonde aponta a crítica? Aos «métodos anarquizantes» postos em prática «em muitas empresas e serviços, tanto públicos como privados», à «contestação permanente de toda a autoridade», também notada aqui e ali.

O Governo declara manter-

se atento «a todas as formas de sabotagem económica ou política», se bem que não possa «deixar de lutar igualmente contra as tendências demagógicas ou ultra-esquerdistas que se têm revelado», origem da «crise de autoridade» e da «consequente demissão das responsabilidades» verificadas não só no domínio privado, mas na própria administração pública.

De onde ler-se, na página 12, que «o Governo Provisório, em aliança com o M. F. A. e as classes trabalhadoras, terá (...) duas frentes de luta principais: uma contra os grupos económicos e políticos que objectivamente resistam ao desenvolvimento de uma estratégia antimonopolista coerente e recusem a democratização da sociedade portuguesa, e outra contra os grupos anarquizantes instalados no seio dos próprios trabalhadores (manuais ou intelectuais) e que tanto têm perturbado o normal desenvolvimento do processo de democratização em curso».

Por outras palavras, aliás colhidas na introdução: «não é possível o trabalho produtivo (...) num clima de instabilidade provocado pelo excesso de impaciência». A impaciência atrasa a «nova sociedade», a ultra-impaciência «é um fenómeno contra-revolucionário que favorecerá, em qualquer caso, as forças da reacção e nunca as forças do progresso».

São legítimas as lutas reivindicativas dos trabalhadores? Pois são. Simplesmente «devem ter em consideração o especial momento histórico que atravessamos», quando se exige «o máximo de esforço» ao País.

## AUSTERIDADE

Uma nova política económica, uma sociedade mais igualitária e mais justa requerem uma política de «padrões de consumo». Nesta matéria avisa em tempo o Plano «a regra geral a seguir (...) terá forçosamente de ser a da austeridade», ou seja «uma muito maior sobriedade em consumos de luxo ou supérfluos», «uma maior contenção na distribuição dos lucros das empresas», «um esforço muito mais claro da iniciativa privada para a mobilização dos recursos financeiros disponíveis ou a obter para o investimento produtivo e a criação de empregos». Entretanto a economia portuguesa, para de facto ser recuperada, exige ainda «um alargamento das restrições a certos tipos de bens de consumo largamente generalizados», o que se não fará sem «grande compreensão» e «uma vontade muito clara de aderir ao projecto colectivo de reconstrução nacional».

Ir-se-á para a predominância, ou privilégio, dos con-



sumos colectivos sobre os individuais. A política de consumos atenderá sobretudo aos «equipamentos sociais» — transportes colectivos, escolas, hospitais, casas (habitação social), esquemas de segurança social, etc.

No 25 de Abril foi a festa. No 26 de Abril descobrimos a nossa imensa degradação económica, de onde as expectativas da maioria da população visarem «a satisfação imediata de carências há longo tempo experimentadas». Neste ponto o Plano Económico, sem querer desiludir ninguém, vai ao fundo da questão: «há que afirmar claramente que não pode esperar-se, nem na actual conjuntura nem a curto prazo, um aumento espectacular do nível de vida das populações». Viver melhor só depois de trabalhar de modo «longo e árduo».

## A HERANÇA DE CAETANO

Quatro ordens de factores condicionantes, que «em boa parte» escapam ao controlo do Governo e limitam a sua acção, estão a influenciar profundamente a possibilidade de resolução dos nossos problemas económicos: são eles a situação herdada do anterior regime, a dependência externa e a situação económica internacional, as consequências do processo de descolonização e as consequências, não menos pesadas, das transformações

políticas internas.

Do consulado de Caetano herdámos uma situação caracterizada pelo atraso relativamente à Europa, conjugado com a debilidade e fraca produtividade das nossas estruturas de produção. Nada disto poderá superar-se a curto prazo. Não estão aí os emigrantes, «um trágico caudal», como prova gritante de acusação?

Há que aumentar a taxa de investimento, «o que implica aumentar a poupança nacional» (entretanto foi lançada a operação «Títulos para o Tesouro»). É preciso também reduzir os altos consumos e as despesas sumptuárias, conter «a satisfação imediata de certas aspirações». Desaparecido Caetano, não se varreram de uma testada os malefícios acumulados. O 24 de Abril legou ao 25 de Abril um nível de inflação da ordem dos 30 por cento («extremamente preocupante»), inflação acompanhada por uma contenção excessiva dos salários (diminuindo sempre de 1971 a 1974 quanto a poder de compra). Até agora, já na vigência do Governo Provisório, foi possível evitar o agravamento da taxa de inflação, o que se regista.

Mas a inflação não era tudo, ou não era só isso: conjugada com a ausência de controlo governamental e com uma atitude de complacência ou até de cumplicidade, determinou «um clima geral de especulação na economia», fator de subidas de preços e nítido sinal de que

se avizinhava uma grave crise. Para complicar(—nos) ainda mais a vida, o sector público não controlava a actividade de empresas que absorviam grandes somas de capitais alheios através do crédito ou da captação directa de pequenas poupanças, aplicando-os em «operações sem bases financeiras e económica apropriadas».

Por outro lado a economia portuguesa, e bem assim o sistema bancário, chegaram ao 25 de Abril com a liquidez geral diminuída, isto é, com «pouco dinheiro em caixa», para usarmos aqui uma expressão mais acessível. Porquê? Por tudo o que ficou acima descrito, e ainda porque a balança de pagamentos tinha desde Janeiro (de 1974) um elevado «deficit» e porque as autoridades monetárias de então faziam (fizem) até Abril de 1974) uma política excessivamente restritiva.

A crise era, pois, inevitável. Para que a não soframos, considera, o Governo, ser necessário «actuar com prudência na sua política financeira e de crédito».

A situação do sector público, outra parte da herança caetanista, não era brilhante em 25 de Abril. Despesas militares elevadíssimas, que não puderam reduzir-se em 1974, somavam-se a uma política de subsídios generalizados, causadores de distorções em muitos preços, e a compromissos financeiros vultosos «que terão de continuar a ser respeitados». Mais: a máquina administrativa estava mal habilitada a fazer face às responsabilidades («pesadas») do sector público no domínio económico.

## ECONOMIA MAIS POBRE ESTE ANO

Continuemos a debruçar-nos sobre a história real.

Portugal está numa situação de dependência externa: tem de importar grande parte dos produtos que utiliza (em 1974 as importações atingiram 43 por cento do produto nacional) e por isso mesmo tem de exportar bens para obter divisas com que pagar as importações (mas o valor das exportações somou apenas 28 por cento do produto nacional); tudo se agrava ao saber-se que 60 por cento do comércio externo português é feito com a Europa do Mercado Comum e da E. F. T. A.. Já se não trata só de dependência, sim de «vulnerabilidade».

Aumentou em 1974 o «deficit» da balança de pagamentos, enquanto as remessas dos emigrantes são, «a partir de agora», insuficientes para cobrir aquele «deficit», como outrora cobriam. Resultado: Portugal é obrigado a recorrer mais largamente a capitais ex-

Continua na pág. 11

# UM PLANO A CONCRETIZAR

Continuação da pág. 1

mercados tradicionais, mas também para os mercados abertos pela democratização do País e pelo processo de descolonização em curso, sejam os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. Pelo que toca aos investimentos estrangeiros, pretende-se, sem prejuízo das situações adquiridas, subordiná-los ao interesse nacional. No entanto não é definida uma linha de rumo que corte cerce com a política de dependência do exterior em que vivemos há mais de um século. E prevê-se que continuarão a ser favorecidos os investimentos estrangeiros em empresas cuja produção se destina fundamentalmente aos mercados exteriores, o mesmo é dizer que têm como razão de

ser fundamental a exploração de uma mão-de-obra barata.

São referidos no Plano os efeitos benéficos da descolonização, como a redução das despesas com a defesa. E os ajustamentos difíceis que implicará, como a colocação em trabalhos produtivos dos militares desmobilizados, o possível regresso a Portugal de funcionários e colonos, a reorientação das actividades económicas que produziam para a guerra. E admite-se, a curto prazo, uma quebra nas exportações para os territórios descolonizados. Sublinha-se, posição que merecerá a concordância de todos os portugueses conscientes das nossas responsabilidades históricas, que Portugal não poderá recusar aos novos Estados a ajuda

técnica, humana e financeira que estiver na medida das nossas possibilidades. Mas ignorem-se, talvez por um injustificado pudor quanto a um passado recente, a importância dos investimentos portugueses nas antigas colónias, as perspectivas que o seu desenvolvimento não deixará de abrir às nossas exportações, a necessidade de alicerçar na cooperação económica os sentimentos de fraternidade resultantes de um longo passado comum e, sobretudo, do processo de descolonização levado a cabo depois do «25 de Abril».

O Plano define metas que interessam ao futuro de todos nós. Infelizmente, as grandes opções não são quantificadas, não raro se verifica a ausência das medidas concretas que

corresponderão às orientações definidas. Resultará daqui, como se verá já nos próximos dias, a existência de várias leituras possíveis, o que poderá limitar gravemente o efeito do Plano no sentido de um rápido arranque da economia nacional. E haverá o risco de não satisfazer, inteiramente, aqueles que aguardavam do Plano a definição em termos inequívocos de uma política económica e social. Mas será de esperar, como de resto é prometido, a breve apresentação de propostas de acção que traduzam, em termos práticos, as grandes ambições do Governo Provisório e do M.F.A. no sentido da construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa.

VEIGA PEREIRA

esfera — e

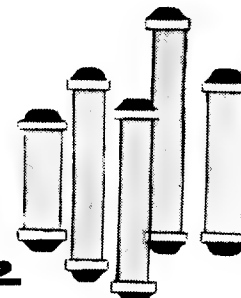


## habito no interior deste edifício

Ao romper o dia alguém, carregando num simples botão, faz-me percorrer edifícios com cinco e vinte andares, subir e descer sem descanso. Levo comigo documentos, medicamentos, amostras, etc. paro onde me programam parar. Sou silencioso. Eficiente. Seguro. Pelo caminho perscruto o coração feliz do contínuo entregue a tarefas mais dignificantes. Sou um funcionário mal pago e reivindico pelo menos a confiança que os meus clientes depositam em mim...

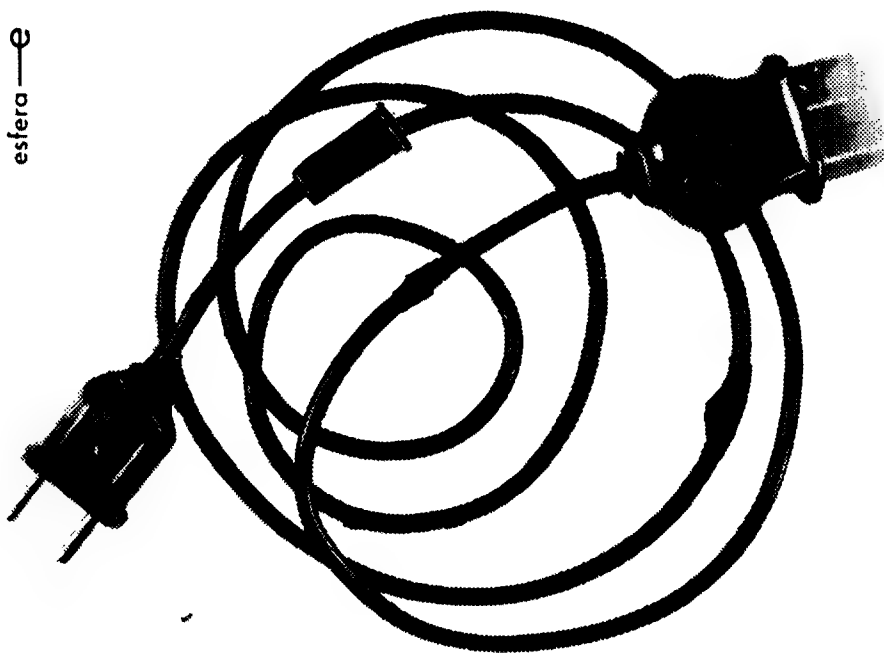


TeleTubo



PROJEL — Projectos de Electricidade, SARL  
Rua S. Sebastião da Pedreira, 55 — Telef. 53 01 22/3 — LISBOA

esfera — e



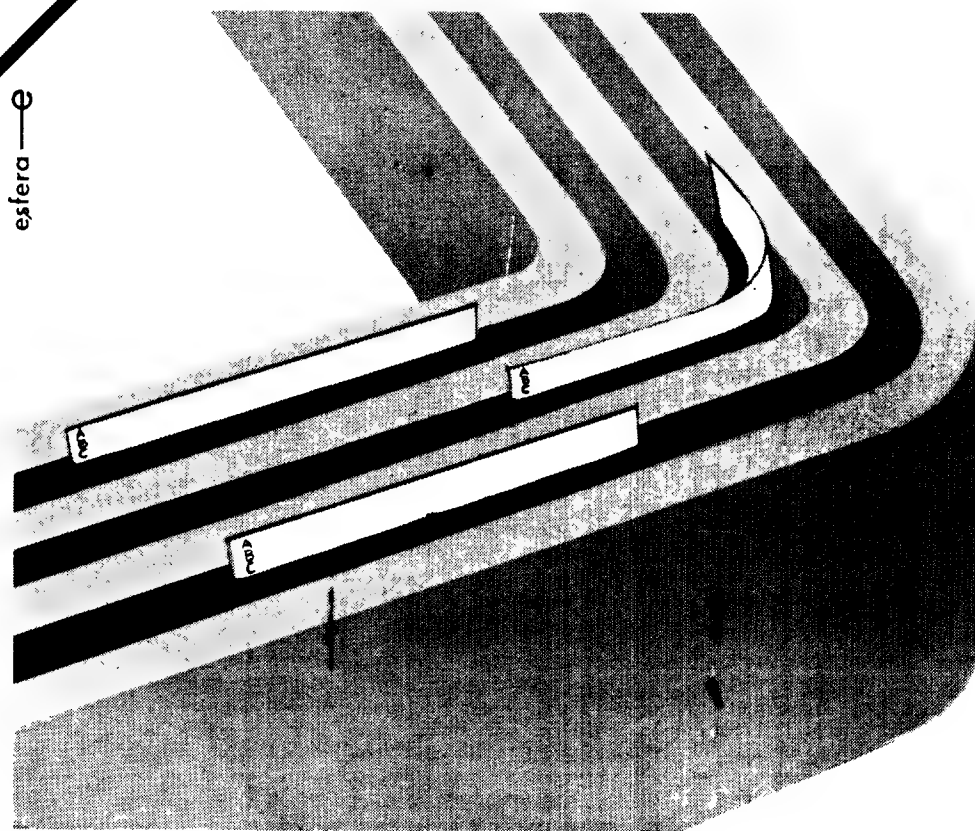
## evite o caos na sua empresa

A sua empresa ou escritório parece um pandemónio: há fios no chão, no ar e nos tectos; pessoas tropeçam neles; deslocar secretárias é um problema; e no entanto todo este caos pode ser evitado se instalar calhas pré-fabricadas PROTOM. As condutas PROTOM são embebidas no chão, permitindo em qualquer lugar da sala, a introdução de tomadas para máquinas, telefones, etc. dimensionando assim o seu espaço e criando nele a harmonia funcional.



PROJEL — Projectos de Electricidade, SARL  
Rua S. Sebastião da Pedreira, 55 — Telef. 53 01 22/3 — LISBOA

esfera — e



## a nova dimensão da sua empresa

As empresas conscientes sabem rasgar perspectivas novas e rentáveis. Adaptam métodos empresariais onde a rentabilidade do seu pessoal é objectivo prioritário. Por isso elas contam com DOC-TRAINER o transporte selectivo de documentos por banda, rápido, cómodo, seguro, que leva os documentos à pessoa seleccionada, sem perigo de extravio, representando uma economia de tempo e mão-de-obra.



PROJEL — Projectos de Electricidade, SARL  
Rua S. Sebastião da Pedreira, 55 — Telef. 53 01 22/3 — LISBOA



Por  
SILVA FALCÃO

# PRINCÍPIOS GENÉRICOS ACERCA DAS PESCAS

A «política de pescas» agora anunciada traduz, em síntese, os objectivos que se pretendem atingir:

- a) o aumento da produção piscatória;
- b) a manutenção do nível de emprego e, se possível, a sua elevação;
- c) a diminuição dos custos de produção pela racionalização das pescas;
- d) a justa distribuição do produto gerado no sector.

As «acções de curto prazo» representam a continuação das medidas que têm sido empreendidas, de crescente intervenção estatal, imposta esta pela situação crítica das entidades do sector, não só as produtoras, inclusive grandes empresas como a Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arrasto e a Companhia Portuguesa de Pesca, mas também empresas de comercialização como a Gelmar e o Serviço de Abastecimento de Peixe ao País.

Preteende-se reforçar o controlo e nível de participação por parte do Estado nas administrações das empresas assistidas, porém com a salvaguarda dos fundos públicos, através de uma gestão mais eficiente. Há que evitar a administração ruinosa que se vinha apurando em empresas-chave de todo o mundo das pescas. A prática do *põe e tira*, característica da actuação tenreirista sobretudo nos últimos anos do seu monopólio político não conseguia disfarçar uma ges-

tão desastrosa. O desvario administrativo atingiu as raízes da inadmissível. Enquanto uma depauperada Gelmar ainda servia de financiadora de uma Orbis, empresa capitalista estranha ao sector e propriedade de Ramiro Valadão, Artur Agostinho, Silveira Pinto e outros, sob a capa protectora de Henrique Tenreiro, os dinheiros das mútuas de seguros eram utilizados para suportar os tremendos dislates praticados num sector em ruínas. O Estado tem ocorrido a apagar incêndios aqui e acolá com auxílios financeiros e não só, mas quer efectivamente evitar a repetição de erros que tão caro ficaram. Procura-se o estabelecimento de células que constituam exemplos de administração proba e equilibrada, forjada também num espírito de sacrifício, condizente com a situação revolucionária do País.

A pesca costeira, aquela que menos foi assolada pela gravíssima crise criada por uma política que se revelou de espantosa inconsciência, irá ser apoiada, por melhorias na tecnologia e ajuda financeira aos pequenos e médios armadores.

Merece no entanto relêvo muito especial a forma como se contempla a criação (e assistência) de cooperativas de pescadores artesanais e apañadores. Estas cooperativas poderão fornecer impulso notável na dinamização da pesca

costeira, ao mesmo tempo que possibilitarão um aumento de consciencialização de uma classe digna de todo o amparo.

Importantes também são as medidas pensadas de valorização da formação profissional, não só dos pescadores como de outros trabalhadores da indústria da pesca. Impõe-se a reabertura da escola existente, agora sem funcionar.

Tecnologia mais progressiva, apoio financeiro e valorização profissional constituem uma trílogia que poderá balancear para novos rumos a pesca costeira. Esta trílogia está presente no Plano.

São de tipo diferente as medidas a adoptar para a pesca do alto e longínquo, dependentes sobretudo de relações diplomáticas. Agora que Portugal disfruta de boas relações no contexto internacional, tornam-se viáveis as iniciativas previstas no sentido de negociações de acordos bilaterais com países de pesca tradicional como Marrocos, Mauritânia e Canadá, algumas delas já iniciadas. A presença de Mário Ruivo no comando de todo o sector piscatório favorecerá a tarefa encetada, dada a extensão da sua actividade ao serviço de uma prestigiosa organização internacional.

Serão mantidas as lotas e postos de vendagem visando-se no entanto melhorar as infra-estruturas. A este propósito julga-se necessária a fixação de um preço mínimo para o peixe fresco negociado na

lota, além de uma maior disciplina no funcionamento da mesma.

A enunciação do propósito de dinamização da construção naval nacional patenteia o reconhecimento de uma flagrante insuficiência do sector.

De enaltecer os objectivos visados de consolidar os serviços de investigação da Secretaria de Estado das Pescas é de descentralização dos serviços da mesma Secretaria.

Estes são, em suma, os conteúdos suscitados por uma «política de pescas» posta em termos genéricos, não podendo entrar-se numa análise mais detalhada.

A actividade piscatória, sector que se considera prioritário à escala da actividade económica nacional irá ser, se cumpridos forem os princípios gerais enunciados, uma actividade perfeitamente à altura da dignidade do Portugal que queremos construir, que havemos todos de construir.

Há uma equipa coesa a trabalhar no sector, sem alardes embora com inultrapassada dedicação. A essa equipa competirá dar corpo às ideias gerais apresentadas. Ora bem. A qualidade de tal equipa permite as maiores e mais fundamentadas esperanças. Não para já como é evidente. Mas talvez que um período em volta de dois anos permita a consecução de um sector realmente saneado, baseado em moldes racionais e objectivos.

# ENTRE CAPITALISMO E SOCIALISMO

Construir «uma sociedade em que a intervenção do Estado seja garantida da utilização dos principais recursos económicos ao serviço do bem-estar do povo português», eis o que o Governo Provisório pretende no domínio da política de controlo do poder económico, primeira das oito alíneas em que o plano dividiu o capítulo das «Políticas Globais».

Aqui se fala, portanto, da estratégia antimonopolista consignada e consagrada no Programa do M. F. A., implicando cinco objectivos básicos.

O controlo dos sectores básicos do aparelho produtivo que, pela sua posição estratégica na malha das relações económicas, afectam decisivamente o funcionamento ou a aplicação dos recursos em vastos sectores da economia;

o controlo da exploração dos recursos naturais essenciais do País;

o controlo, ainda, dos sectores cujas condições técnicas de funcionamento conduzem naturalmente a que tenham de ser explorados em situação de monopólio;

a correcção dos abusos trazidos pela concentração excessiva do poder económico;

e o enquadramento, em geral, da actuação do sector privado, isto para se poder planejar a evolução da economia no sentido da satisfação das necessidades da maioria da população.

No sector financeiro vão dinamizar-se as instituições de crédito público (Crédito Predial Português, onde o Estado retomará maioria do capital social, Banco de Fomento Nacional e Sociedade Financeira Portuguesa), ajustando-lhes as actividades às directivas governamentais. Estudará-se a criação de um Banco de Comércio Externo e de instituições para crédito agrícola e às pequenas e médias empresas. Instituições de crédito e para-bancárias passarão a ter uma disciplina mais apertada e uma fiscalização que se pretende mais eficaz, podendo ir até revisões de fundo da legislação bancária. Actuações ilegais ou fraudulentas chegarão a receber, com penalidades, a cessação de alvarás, a intervenção do Estado na gestão, o arresto das empresas e a prisão dos responsáveis.

O plano promete a publicação de legislação sobre regras de concorrência, já em preparação, e a criação de instituições nos domínios da defesa da concorrência, repressão de práticas comerciais restritivas e defesa do consumidor.

## PASSA A HAVER APENAS DOIS TIPOS DE ACÇÕES

Demorada referência é feita ao problema da revisão da legislação sobre sociedades, prometendo-se prioridade, por exemplo, à instituição de um sistema que permita a identificação dos titulares das acções de sociedades anónimas. Passarão a existir somente dois tipos de acções: nominativas e ao portador registadas. Esta medida tem um reflexo na política fiscal. Identificando-se os titulares das acções ao portador, conseguir-se-á que os rendimentos provenientes de dividendos sejam efectivamente tributados, segundo o esquema de taxas progressivas estabelecidas na lei, e não, como até aqui tem acontecido, com

as acções ao portador não registadas, segundo um esquema de taxa única; e far-se-á também com que as transmissões de acções por sucessão ou doação passem a ter uma relevância que não têm revestido no imposto sobre sucessões e doações. Do regime em vigor» lê-se na página 64

«têm beneficiado enormemente os titulares de elevados rendimentos de acções e de grandes fortunas, mercê da imposição de uma carga fiscal muito inferior à suportada por numerosos contribuintes com rendimentos ou patrimónios médios».

Outras alterações à legislação vigente dizem respeito à estrutura financeira das sociedades, regulamentação das várias formas jurídicas que podem assumir os grupos de sociedades (com obrigatoriedade da publicação de balanços consolidados por esses grupos), regulamentação das participações de sociedades noutras sociedades, combate às participações cruzadas e sucessivas, controlo dos «holdings», etc., etc...

Será revisto o regime de fiscalização das sociedades, em especial das anónimas, podendo vir a entrar para os órgãos de fiscalização representantes dos trabalhadores e do Estado.

Os accionistas minoritários serão protegidos com direitos às informações, à participação na fiscalização, aos lucros pela regulamentação das avaliações do activo e das reservas ocultas, à impugnação das deliberações sociais. Terão possibilidade de inquérito dentro dos limites necessários à defesa dos interesses legítimos da sociedade e dos outros sócios.

O plano visa também reformular o direito penal das sociedades por forma a possibilitar a incriminação, em certas situações ora não contempladas, dos corpos sociais, rever o regime de transformação, dissolução e liquidação das sociedades, com especial relevo para o regime de falências; rever ainda outro regime, o dos aumentos e reduções de capital das sociedades anónimas (e também o da venda de lotes de acções, o das ofertas públicas de compra ou troca de acções, o das emissões públicas e o da admissão à cotação nas bolsas).

Introduzir-se-ão, por outro lado e de modo progressivo, mecanismos de intervenção dos trabalhadores na gestão ou condução das actividades das empresas.

## O ESTADO GESTOR

Depois de proclamar que é fundamental iniciar a revisão da orgânica de planeamento e dos mecanismos de preparação dos planos de desenvolvimento, para o que enumera



Por  
MÁRIO BATISTA

# POLÍTICA DO TURISMO E DESENVOLVIMENTO

A apreciação crítica de uma política do turismo não pode dissociar-se do juízo de valor quanto à viabilidade de modificação das estruturas mentais e políticas que presidiram à generalizada e persistente prática dos erros que podem fundamentar, hoje, a contestação do interesse desta actividade no contexto das prioridades do desenvolvimento económico e social.

Para além dos aspectos relacionados com o risco de deterioração do conceito e da prática da moral tradicional, sobretudo nos meios mais atrasados — questão que não cabe aqui discutir — parece adensar-se a opinião de que o turismo é actividade nitidamente secundária, por corresponder a coisas supérfluas ou por traduzir uma forma de «prostituição nacional», em termos de servilismo cívico e profissional e de dependência económica face aos endinheirados visitantes estrangeiros.

A prova de que o turismo pode, efectivamente, ser tudo ou um pouco de quanto se enunciou encontra-se facilmente na experiência portuguesa dos últimos dez anos. Importa, no entanto, acrescentar que tudo ou quase tudo do que, a esse respeito, aconteceu poderia ter sido evitado.

Os riscos de deterioração económica e social ligadas à actividade turística dependem

directamente do grau de compreensão do significado da mesma actividade no vasto contexto das interdependências horizontais e verticais do desenvolvimento económico.

É nessa perspectiva que deve entender-se — e julgar-se — o relativo fracasso da política (?) turística portuguesa da última década.

Por corresponder a importante caudal de divisas que traduzem uma capacidade de consumo com exigências quantitativas e qualitativas diversas das evidenciadas pela clientela nacional ou por outros mercados de bens e serviços, o turismo não pode ser encarado à luz do liberalizante e irresponsável «laissez-faire» do jogo de forças da iniciativa privada.

Se, como tem acontecido, insiste em ignorar-se que a presença de milhões de consumidores em determinadas épocas do ano e em regiões específicas do País implica a utilização de estruturas e infra-estruturas sociais e consumos de bens e serviços em proporções bastante mais altas no restrito quadro do mercado nacional, é inevitável que surjam tensões, insuficiências, escassez e descontrolado aumento de preços.

Quem poderá demonstrar que o inegável acréscimo do número de consumidores

oriundos de outros países ou de outras regiões do País provocou decisões de investimento em redes de águas e esgotos, instalações hospitalares, centrais de abastecimento, redes de frio, reconversão de produções horto-agrícolas e pecuárias?

Nesta perspectiva, parece não ser difícil aceitar a ideia de que as incidências económicas e financeiras do turismo têm sido principalmente percebidas pelas entidades oficiais como fonte de atenuação do desequilíbrio da balança de pagamentos, esquecendo-se portanto as profundas repercussões no ritmo e no âmbito sectorial e regional do desenvolvimento da produção, do comércio, das infra-estruturas e dos transportes, das instalações culturais e recreativas.

E poderá, portanto, concluir-se que o turismo constitui uma das actividades que mais poderá pôr à prova a incapacidade política de definir e concretizar um plano de desenvolvimento equilibrado da economia nacional.

Por muito que se discuta, hoje, a política turística seguida em Espanha nos últimos 15 anos, especialmente quanto à preferência pelo turismo de massa, poucos poderão contestar a extraordinária importância das divisas assim obtidas para financiar o arranque decisivo do desenvolvimento

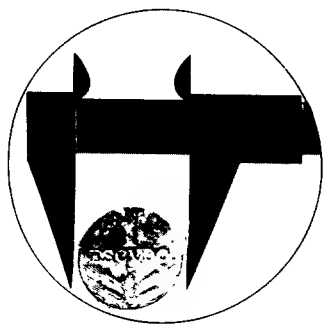
industrial e agrícola do país vizinho. E mesmo que se discuta o significado de tal desenvolvimento em termos político-sociais, não será fácil escamotear o facto de que, também por essa razão, a economia espanhola leva-nos «décadas de avanço» construídas nos últimos 15 anos.

Fica, deste modo sumariamente enquadrada a política turística no contexto das necessidades económicas-sociais do desenvolvimento nacional. E acentuou-se a importância das modificações indispensáveis na estrutura mental e política à luz da preocupação de o último lugar atribuído à «inserção do sector num planeamento económico-social das regiões» corresponder a um escalonamento de prioridades.

Preocupação que não pode ignorar o realismo de ser tal inserção o capítulo mais difícil de concretizar. Como a experiência portuguesa claramente demonstrou.

Preocupação que se fundamenta também na frustração de quem viu, durante anos, ostensivamente ignoradas recomendações que não se afastavam muito do que se pretende agora realizar.

Receio de que provemos, de novo e aqui, a nossa proverbial tendência para repetirmos a «história errada».



# O QUE SE VAI FAZER NOS PRÓXIMOS TR

A fim de fazer face à crise que o País atravessa, é proposto um conjunto de medidas a pôr em prática durante os próximos três meses. Têm em conta os resultados já conhecidos dos trabalhos em curso na orgânica do planeamento e nos grupos interministeriais, sem prejuízo da posterior consideração das iniciativas que ainda venham a sugerir, mas não esgotam a acção que os vários departamentos da Administração Pública irão empreender a curto prazo. A análise deste conjunto de medidas permitirá uma antevisão da futura concretização das linhas programáticas definidas no «Programa de Política Económica e Social».

## JUSTIÇA SOCIAL

**Será criado um Conselho Nacional de Custo de Vida**, órgão governamental, mas integrando uma Comissão de Preços (constituída a partir do actual Conselho Consultivo da Direcção-Geral de Preços) e uma Comissão de Rendimentos de composição tripartida (administração, associações patronais e associações sindicais). O Conselho Nacional de Custo de Vida terá as seguintes funções:

- propor as orientações gerais relativas às políticas de preços e rendimentos (salários e lucros) a nível nacional;
- apreciar os processos relativos aos aumentos de bens essenciais e elaborar propostas para decisão do Governo;
- dar parecer sobre processos relativos a negociações salariais ou distribuição de lucros que lhe sejam submetidos para apreciação pelo Governo.

**Instituição de subsídio de desemprego**, tendo em atenção as possibilidades financeiras do País e as características de uma situação em que o desemprego é em larga medida estrutural, e que, por isso, exige maior esforço na criação de novos empregos do que na atribuição de subsídios a todos os trabalhadores desempregados.

Estruturação do gabinete de gestão do Fundo de Desemprego, redimensionamento dos seus recursos financeiros e definição do seu programa de aplicações, por forma a:

- intensificar a concessão de subsídios, empréstimos e outras modalidades de apoio financeiro a favor de empreendimentos ou unidades produtivas, com o objectivo de criar empregos e de evitar despedimentos;

destacar os recur-

sos que deverão ser afectos à concessão do subsídio de desemprego; assegurar que os apoios financeiros concedidos são efectivamente aplicados com o objectivo de criar empregos ou evitar despedimentos.

**Introdução de novos agravamentos da tributação sobre o consumo de bens ou serviços menos essenciais** e negociação com organizações internacionais acerca de providências destinadas a influir sobre determinadas importações, com o objectivo de contribuir para a modificação de padrões de consumo e atenuar o desequilíbrio da balança comercial.

**Adopção de medidas destinadas a desincentivar os gastos menos necessários** ou de carácter sumptuário, como viagens ao estrangeiro, através, nomeadamente, de: aplicação mais efectiva da vigilância alfandegária à bagagem de residentes em Portugal que regressem do estrangeiro; proibição do uso no estrangeiro de cartões de crédito passados em nome de residentes em Portugal; revisão dos limites fixados para a aquisição de notas e cheques de viagem por residentes em Portugal que se desloquem ao estrangeiro.

**Publicação do Código de Investimento Estrangeiro.**

Promulgação de normas legais à **selectividade do crédito dos bancos comerciais**, com o estabelecimento de regras sobre limites do crédito concedido a uma só empresa, limite de participações financeiras, centralização de informações sobre crédito distribuído acima de determinado nível, limitações a certos tipos de crédito, possibilidade de exigência pelas autoridades monetárias de elementos de informação

pormenorizada sobre a estrutura financeira das empresas beneficiárias de grandes créditos e sobre as aplicações dadas por essas empresas aos empréstimos recebidos, etc.

**Introdução imediata das medidas referidas no Programa relativas ao efectivo controlo do funcionamento do sistema bancário.**

**Revisão do sistema de crédito a médio prazo**, por forma a aumentar o volume dos recursos aplicados pelo conjunto das instituições de crédito nesse tipo de operações e a assegurar que a aplicação desses recursos se faz prioritariamente em empreendimentos que dinamizem a actividade produtiva e o mercado de emprego.

**Publicação de legislação impondo disciplina mais restritiva do regime das vendas a prestações**, designadamente no que respeita a:

- valor mínimo de cada prestação;
- categorias de bens e serviços sujeitos ao regime das vendas a prestações, salvaguardando sempre um regime mais favorável para bens mais essenciais;
- montante do desembolso inicial mínimo;
- prazos máximos para o pagamento integral.

**Criação de títulos especiais representativos de dívidas resultantes de fornecimentos por empresas a actividades do sector público**, a fim de permitir a mobilização junto das instituições de crédito do sector público dos créditos que eles representam, para o que se estabelecerão regras especiais de redesconto no Banco de Portugal, resolvendo deste modo problemas de liquidez das empresas em maiores dificuldades financeiras.

**Concessão de facilidades de redesconto pelo Banco de Portugal e atribuição de taxas preferenciais nesse redesconto a favor de créditos destinados a pequenas e médias empresas**, ao sector da construção civil e à exportação, no prosseguimento de orientações que já vêm sendo seguidas.

**Revisão da legislação de crédito no sentido do estabelecimento de sanções mais efectivas contra as actuações**

**ilegais ou fraudulentas em instituições de crédito e parabancárias**, empresas seguradoras e empresas imobiliárias que recolham poupanças directamente.

**Preparação da abertura da Bolsa**, após a entrada em vigor do sistema de registo de acções ao portador e a definição das condições em que a referida abertura se pode efectuar.

**Introdução de um sistema de registo obrigatório de acções de sociedades**, não só para assegurar essa tributação mais justa e progressiva dos rendimentos provenientes de dividendos ou doações mas também para assegurar o melhor controlo do poder económico e a maior disciplina do mercado de capitais através do sistema de informação proporcionado pelo registo de acções.

**Introdução do seguro automóvel obrigatório.**

**Alteração da tributação sobre sociedades com o objectivo de garantir uma maior equidade na repartição da carga fiscal e de combater os fenómenos de fuga do imposto através de sociedades.**

**Adopção, em ligação com as alterações a introduzir nesse domínio, de disposições destinadas a:**

- evitar agravamentos fiscais sobre as pequenas empresas;
- incentivar o reinvestimento de lucros em bens de capital fixo directamente produtivos.

**Revisão das taxas da sisa e da contribuição predial**, após o termo do período actualmente em curso de isenção de sisa a favor das compras de habitação com custos não superiores a determinados níveis, por forma a estimular a aquisição de casa própria permanente pelos agregados familiares de rendimentos modestos ou médios.

**Revisão do sistema de declaração e de fixação dos rendimentos tributáveis das profissões liberais** com a introdução da obrigatoriedade de registos e de passagem de recibos.

**Melhoria dos mecanismos de cobrança de impostos, taxas e contribuições para a segurança social**, com vista a tornar essa cobrança

mais efectiva e mais rápida, e revisão das penalidades por delitos fiscais e parafiscais, com aumento das multas e a introdução de penas de prisão para fraudes de fuga ao imposto, com carácter doloso, que incidam sobre montantes elevados, e melhoria dos mecanismos e processos do contencioso fiscal e das execuções fiscais.

## REPRESSÃO DOS DELITOS ECONÓMICOS

**Criação de um órgão especial de repressão de delitos económicos**, de natureza colegial, e composto por elementos de diferentes especializações e incontroversa competência e idoneidade, que:

- Desenvolva uma acção concertada de apuramento de irregularidades praticadas no domínio económico, nomeadamente no que toca a operações fraudulentas ou de gestão dolosa e antieconómica no âmbito de sociedades que tenham envolvido prejuízos consideráveis para terceiros;

- Desencadeie processos expeditos de punição dos responsáveis por irregularidades do tipo dos mencionados na alínea anterior, com base em legislação especial a publicar para esse efeito e na projectada revisão do direito penal de sociedades, devendo as decisões assim tomadas ser subsequentemente sujeitas a rápida apreciação pelos tribunais;

- Permita adopção de medidas cautelares, urgentes e efectivas, susceptíveis de proteger os interesses do Estado emergentes do apoio financeiro que haja concedido ou venha a conceder a certas empresas.

**Reformulação do direito penal das sociedades**, por forma a tornar praticável a incriminação dos sócios em posição dominante e dos membros dos corpos sociais efectivamente responsáveis por operações fraudulentas ou operações antieconómicas com carácter doloso que envolvam prejuízos consideráveis para outros sócios, os credores, os trabalhadores e o Estado, e estabelecimento de penalidades mais severas para os responsáveis por tais operações, incluindo, nos casos em



que a natureza e alcance dos delitos o justificar, execuções que atinjam o património dos sócios fora das sociedades.

## EXPANSÃO ECONÓMICA

**Lançamento das condições de base para a criação de cooperativas de pescadores artesanais e de apanhadores.**

**Negociações com países pesqueiros para o estabelecimento de acordos ou para a constituição de empresas mistas com vista a assegurar ou melhorar as possibilidades da nossa pesca longínqua.**

**Estruturação do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas**, que imediatamente prosseguirá e desenvolverá a acção assegurada até ao presente pela Comissão de Apoio às P. M. E.

**Início do lançamento de um parque industrial na região centro do País**, a cargo da Empresa Pública de Parques Industriais.

**Abertura de concursos públicos para a insta-**

# 12 MESES



lação de novas indústrias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 533/74, designadamente nos seguintes sectores:

- fabricação de tractores agrícolas;
- cloro e soda cáustica;
- álcool.

Lançamento de programas de reorganização e reconversão das indústrias têxtil e do vidro (cristalaria).

Início da reestruturação do sector da refinação de petróleos, nos termos definidos no Programa.

Criação de uma empresa de reparações navais, com maioria de capital detida pelo sector público, para embarcações até 30.000 t, a partir da fusão e reorganização de estabelecimentos existentes nesse sector.

Constituição de empresas públicas para a importação de bens essenciais ao abastecimento público e para a comercialização de produtos alimentares de primeira necessidade, mediante a transformação e extinção dos actuais or-

ganismos de coordenação económica.

Lançamento de várias obras de infraestrutura para a melhoria e racionalização da comercialização de produtos essenciais (silos de cereais e de ramas, mercados abastecedores, estações fruteiras, matadouros e estações de tratamento de leite).

Intensificação das medidas de defesa do consumidor, através da publicação de novas normas sobre higiene, embalagem, rotulagem e etiquetagem de produtos, concessão de incentivos às associações de defesa do consumidor, acções de divulgação junto do público e revisão da legislação sobre infracções antieconómicas.

Criação de uma empresa pública de comércio externo, que prioritariamente se dedicará à comercialização no exterior da produção oriunda de sectores de maior disseminação empresarial e ao estabelecimento das relações comerciais com os novos mercados, em particular com os

países de economia planificada.

Lançamento de uma campanha de promoção do turismo interno e de programas de férias visando a melhor utilização de capacidade hoteleira disponível, em especial nos períodos de baixa estação e compensando eventuais quebras da procura externa.

## HABITAÇÃO E URBANISMO

Incremento da capacidade técnica das autarquias locais para controlarem as condições de utilização de terrenos para urbanização através da transferência sistemática para os municípios do solo urbanizável por expropriação das áreas de expansão e renovação urbanas.

Aceleração dos programas de habitação económica promovida pelo Estado e autarquias locais, implicando o investimento directo de cerca de 3 milhões de contos (o que equivale à produção de cerca de 10 milhares de fogos terminados ou ao lançamento de 15 milhares neste ano).

Lançamento de um programa de renovação urbana de áreas degradadas mais ou menos centrais, com a participação dos recursos latentes dos próprios moradores, o qual poderá atingir alguns milhares de habitantes (Programa SAAL — Serviço de Apoio Ambulatório Local).

Apoio à expansão do sector da construção civil, através de contratos para a produção de habitações de renda limitada ou aquisição em propriedade por valor controlado, tomando o Estado a responsabilidade do crédito, facilidades fiscais e, eventualmente, a garantia da procura.

Revisão da Lei do Arrendamento Urbano, tendendo a substituir o actual congelamento absoluto por mecanismos que incentivem o investimento.

## SEGURANÇA SOCIAL

Progressiva fixação de uma correspondência entre as prestações de segurança social e as necessidades sociais e estabelecimento de quanti-

tativos mínimos e máximos, bem como continuação da política de uniformização dos vários regimes existentes, de que constitui exemplo as recentes medidas tomadas relativas à população rural.

Eliminação progressiva das descontinuidades de protecção de todos os inválidos e deficientes, nomeadamente através da coordenação das acções desenvolvidas em todos os domínios, com particular incidência no campo de reabilitação e reintegração comunitária, onde intervêm diversos departamentos.

Redefinição da titularidade do direito a diferentes modalidades do abono de família e das respectivas condições de atribuição e montantes, tendo em vista a progressiva generalização das prestações, tornando-as independentes da situação laboral dos pais e considerando-as um instrumento de justiça social, através da igualdade de oportunidades para todas as crianças.

Criação progressiva de condições de adequação de enquadramento, tanto na primeira infância durante as horas de trabalho dos pais, como das crianças privadas de ambiente familiar.

Revisão dos esquemas de pensões de sobrevivência, de modo a cobrirem prioritariamente todos os órfãos de pai e mãe e dando prioridade àqueles que até aqui nunca beneficiaram do regime de previdência em vigor.

Desenvolvimento da protecção na maternidade através de:

— cumprimento das normas internacionais de noventa dias de licença por parto para as mulheres trabalhadoras;

— definição de formas especiais de intervenção dirigidas à mãe solteira, tendentes à eliminação de factores de marginalização.

Revisão da protecção na incapacidade temporária, permanente e definitiva para o trabalho através de:

— alteração da forma de atribuição das prestações em situações de incapacidade em ordem à celeridade do processo e a moralização da utilização;

— adaptação e adequação do esquema que existe na protecção à tuberculose a outros tipos de doenças, como o cancro.

Continuação do processo de integração nas caixas distritais e na Caixa Nacional de Pensões de todas as caixas de actividade e de empresa.

Início do processo de transferência da gestão dos Fundos de Previdência das Casas do Povo para as caixas distritais e para a Caixa Nacional de Pensões.

## SAÚDE PÚBLICA

Estabelecimento das prioridades e realização das campanhas de saúde pública nas áreas conhecidas como de maior urgência, indo de par com a motivação da população para participação activa nessas campanhas.

Elaboração do plano director provisório dos hospitais a partir das unidades actualmente existentes e formulação da legislação relativa aos meios técnicos considerados mínimos e ao pessoal indispensável para o seu efectivo funcionamento.

Imediata revitalização e integração das instituições de saúde (nomeadamente centros de saúde e hospitais) nos distritos que, através da audição dos serviços técnicos responsáveis e dos sectores profissionais e populacionais interessados, se reconhecerem terem as condições para virem a absorver algumas das actuais funções dos órgãos centrais.

Constituição de uma equipa «ad hoc» para melhoria imediata das condições de funcionamento dos serviços de urgência e criação de tais serviços em unidades hospitalares, oferecendo um mínimo de garantia técnica.

Formação de equipas móveis de saúde que respondam às carências imediatas e mais graves da população nas zonas mais desfavorecidas e que constituam uma experiência-piloto para uma estrutura flexível a médio prazo.

Transformação das condições de recrutamento do pessoal necessário às instituições de saúde, nomeadamente médicos e enfermeiros

nas diversas fases do seu treino prático, tendo em vista o imperativo do serviço eficaz das camadas da população e das zonas do País mais desfavorecidas.

Conjugação da prática existente de nova legislação e da dinamização da população para serem lançadas as bases da formação dos profissionais de saúde que o País requer, nomeadamente no que diz respeito a:

— ensino médico nos hospitais «civis»;

— normalização e estímulo do ensino da enfermagem e dignificação da profissão;

— aproveitamento do quadro de adidos para treino acelerado, como pessoal administrativo no domínio das instituições de saúde;

— campanhas de divulgação de todas as profissões de trabalhadores da saúde e seriação dos sectores em que treinos básicos acelerados são possíveis.

Revisão do decreto-lei relativo aos serviços médico-sociais, de modo a eliminar as lacunas que travam a sua efectivação e a torná-lo um instrumento eficaz da protecção social a que todos os cidadãos têm direito.

## FUNÇÃO PÚBLICA

Início da reformulação da orgânica da administração regional e local, definindo áreas de actuação, atribuições, competências e representatividade dos seus órgãos gestores. Serão, simultaneamente, reforçados os organismos de apoio técnico às autarquias locais.

Início da elaboração do Estatuto Unificado da Função Pública e introdução de algumas medidas imediatas relativas à eliminação dos quadros por Direcção-Geral, estatuto das chefias, etc.

Regulamentação do direito à greve e à associação sindical na função pública.

Criação do Serviço Central de Pessoal da Função Pública.



## APOIO DO ESTADO AOS PEQUENOS AGRICULTORES

O Programa refere ainda que será revisto o regime de exploração das terras beneficiadas por obras de regadio financiadas pelo Estado, de molde a obter o seu melhor e integral aproveitamento.

Quanto ao regime do arrendamento rural, prevê-se que seja publicada a legislação em que se regulará claramente as relações entre senhorios e rendeiros e permitirá o melhor funcionamento dos mecanismos tributários, através de contrato escrito e de renda fixada e paga em dinheiro, qualquer que seja a extensão da exploração, sendo porém, dada a facilidade

de aos rendeiros de efectuar o pagamento da renda em géneros».

Entre muitas outras disposições, salientam-se ainda as seguintes: Os baldios indevidamente apropriados serão restituídos às comunidades locais (...), sendo criadas associações de utentes dos baldios, desde que estes estejam de acordo, que funcionarão sob a forma de verdadeiras cooperativas de produção; os foros serão extintos; serão efectivamente extintas todas as formas de parceria; o Estado prestará apoio técnico e financeiro às acções de cooperativização e empar-

celamento, de forma a conseguir-se a dimensão mínima das explorações, indispensáveis ao seu cultivo, em melhores condições económicas; o Estado prestará apoio técnico e financeiro aos trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores, rendeiros ou proprietários minifundiários; será fixada para as grandes propriedades a obrigatoriedade do cumprimento de programas de exploração que satisfaçam normas mínimas de aproveitamento cultural; serão sujeitas a forte tributação as terras incultas ou insuficientemente aproveitadas.

A reforma agrária terá o seu início, nesta fase «com a actuação nas terras de regadio ou potencialmente aptas para o regadio e com a alteração de fundo da legislação do arrendamento rural, visando essencialmente beneficiar os que efectivamente trabalham a terra».

Quanto ao primeiro ponto, o programa Política Económica e Social assinala: «Será efectuada a reforma das estruturas fundiárias nas terras abrangidas pelas obras de regadio construídas pelo Estado, de acordo com o princípio de que os investimentos fei-

tos pela colectividade deverão ser postos ao seu serviço, bem como nas zonas potencialmente aptas ao regadio, de acordo com o princípio do aproveitamento integral e racional dos recursos naturais do País».

Por outro lado, «serão estabelecidas áreas máximas de exploração nas zonas regadas ou potencialmente aptas para o regadio, fixadas em 50 hectares, mas ajustáveis, tendo em conta as diferenças de rendimentos dos diferentes perímetros, procedendo o Estado à expropriação das áreas excedentes, mediante indemnização a pagar aos proprietários. Será revista e dado cumprimento à legislação que permite expropriar as terras que não satisfaçam as normas de intensidade cultural. Serão tomadas as disposições necessárias para que cada entidade privada não disponha, no conjunto, de explorações cuja área ultrapasse o limite máximo de 50 hectares, ou das áreas ajustadas, tendo em conta as diferenças de rendimentos».



## criamos um universo de serviços ao seu alcance



esfera —

O espaço onde vivemos é vasto.  
Por isso dispomos numa nova tecnologia, que integra a nossa dimensão,  
a força do nosso desenvolvimento industrial.  
Expandimo-nos em várias direcções e abrangemos hoje um largo campo de acção que vai da instalação eléctrica à electrónica, que engloba os mais avançados equipamentos de segurança e de transporte de documentos.  
Todo um universo de serviços que dispõe de técnicos competentes no estudo e elaboração de propostas, na montagem e assistência do nosso material.  
Somos mais serviços. Mais eficiência.  
Habitamos o vasto Portugal industrial.  
Fazemos parte integrante dele.



PROJEL — PROJECTOS DE ELECTRICIDADE, SARL  
Rua S. Sebastião da Pedreira, 55 Telef. 53 01 22/3 — LISBOA

## PRIORIDADE AOS TRANSPORTES COLECTIVOS

Satisfação prioritária dos consumos colectivos e solução dos principais estrangulamentos dos sistemas de transportes e comunicações são os objectivos fundamentais visados pelas medidas incluídas no Programa Económico e Social para este importante sector. Para lhes dar satisfação, considera-se prioritária a melhoria dos transportes de pessoas, urbanos e suburbanos; o aumento de capacidade e produtividade dos portos de Lisboa e Leixões; a reorganização dos caminhos-de-ferro; e o aumento da oferta do serviço de telefones e telex.

As medidas a adoptar destinam-se a atingir simultaneamente outros objectivos, como a poupança do consumo energético e o apoio à política de emprego.

capítulo, as linhas gerais a que obedecerão as reformas a efectuar nos domínios dos transportes urbanos e suburbanos, ferroviários, rodoviários, aéreos e marítimos, nos portos e comunicações.

As acções a desenvolverem matéria de transportes urbanos serão vistas numa perspectiva de planeamento integrado com o urbanismo. Tais acções visam objectivos específicos que vão desde a necessidade de uma melhor gestão à racionalização dos investimentos, passando por uma política tarifária que favoreça as classes mais desfavorecidas.

A fim de assegurar a melhor gestão dos transportes urbanos, o plano prevê a municipalização e fusão da Carris e do Metropolitano de Lisboa; a concentração dos transportes fluviais do Tejo numa única empresa pública; e a concentração das empresas de camionagem suburbanas de Lisboa e Porto, por corredores de acesso àquelas cidades.

A política de investimento a adoptar visará empreendimentos como o prolongamento da rede do metropolitano; a renovação das frota de autocarros de Lisboa e Porto e dos barcos no Tejo; e a melhoria dos terminais das linhas fluviais deste rio, nomeadamente Barreiro, Cacilhas, Cais do Sodré e Terreiro do Paço.

Pretende-se ainda rever a política de circulação e estacionamento, sobretudo para facilitar a mobilidade dos transportes colectivos e reservar zonas exclusivas para peões.

Tanto a política de transporte aéreo como a de transporte marítimo é largamente determinada pelo processo de descolonização em curso. Num e noutro sector se dá realce ao estabelecimento de acordos com as antigas colónias portuguesas.

No domínio do transporte aéreo, pretende-se também estabelecer acordos com a Hungria, Roménia e Bulgária, na sequência dos já assinados, com outros países de Leste e com Angola e Moçambique. Em todas as medidas a tomar se atende aos interesses da TAP.

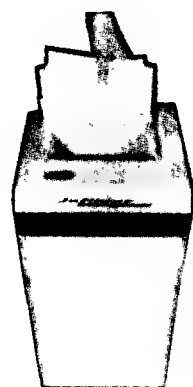


ISTO,  
ANTIGAMENTE  
PODIA  
ACONTECER...

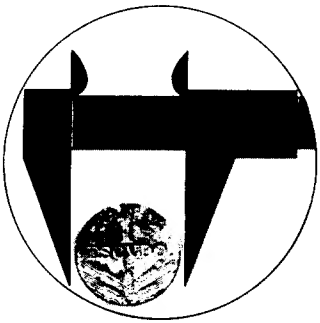
AGORA, É EVITADO COM  
O DESTROÇADOR DE PAPÉIS

**Intimus**

em poucos segundos  
e com rentabilidade



socolesa • sarl. — AV. PRAIA DA VITÓRIA, 5-1.º, DT.º — Telef. 572743 — LISBOA-1



# EDUCAÇÃO UM NOVO HUMANISMO

Impulsionar o desenvolvimento económico e funcionar como um meio de transição para uma nova sociedade e um novo humanismo são os dois objectivos básicos da política de educação consagrada no Programa Económico e Social. Isto significa que as novas orientações, além de visarem um aumento de rentabilidade do aparelho escolar, no sentido da formação dos especialistas necessários à tecnologia e à gestão, pretendem igualmente ir ao encontro de necessidades como a abertura da escola à Nação, a sua inserção ao serviço do povo português, a transformação de mentalidades e a reconversão de processos.

«Para a transição a que o Governo Provisório se propõe também um novo modelo de escola é necessário que surja», afirma o programa. Mas, de momento, importa pôr o ensino a funcionar, o que ainda não aconteceu em algumas escolas. Para o conseguir, o Governo entende necessário preencher as seguintes condições: criação de um novo clima «que permita o trabalho responsável e profícuo», saneando, mas restabelecendo a confiança, o termo das «imposições unilaterais» e da dispersão do sistema escolar; a democratização da escola, «mas de modo a que funcione com eficiência, garantindo a qualidade da educação, ensino, pesquisa científica e criação cultural e harmonizando de forma não autoritária as funções dos diferentes componentes, que não devem confundir-se; a democratização do acesso à escola; a remodelação das estruturas do M. E. C. e generosidade, lucidez e espírito de cooperação.

## PRIMEIRAS LETRAS, CULTURA E DESPORTO

Para a educação pré-primária e ensinos básico, secundário, médio e superior, o plano contém orientações com incidências nos campos da administração escolar e da pedagogia.

Entre as primeiras, destacam-se a implantação de estruturas democráticas de gestão, a revisão do estatuto do pessoal docente (incluindo a actualização do estatuto do professor-estudante) e a obtenção de novas instalações, com o necessário apetrechamento. As normas reguladoras da gestão destinam-se a funcionar a título experimental, dependendo da sua avaliação e crítica as novas disposições para vigorarem nos próximos anos.

Ainda no plano administrativo, pretende-se um maior controlo sobre o ensino particular e a revisão dos critérios de que depende o apoio financeiro àquele.

No aspecto pedagógico, o plano aponta para medidas de vários tipos, das quais as mais importantes são a adopção de novos métodos de avaliação de conhecimentos, a oficialização da educação pré-escolar, o alargamento de um ensino à distância para apoio a estagiários e professores e o desenvolvimento de acções de formação e apoio pedagógico-didático aos professores do ensino básico, no estrangeiro.

As medidas no domínio da cultura visam «o esclarecimento e estímulo da maior parte da população». Dentro deste espírito estabeleceu-se que seja dada prioridade a manifestações intelectuais e artísticas não elitárias; a transformação dos museus, bibliotecas e arquivos em centros de cultura; a reestruturação dos teatros nacionais; o estabelecimento de acordos culturais com no-

vos países de língua portuguesa e outros; a multiplicação das bolsas de estudo; e uma actividade sistemática e intensiva junto dos emigrantes.

Relativamente à alfabetização, o plano apenas diz que se procurará promover o estudo de programas, métodos e técnicas, além de seleccionar e formar pessoal docente e apoiar as acções locais e investigar sobre as aspirações das populações adultas, e utilizando sempre o método experimental.

Tão lacónicas como as orientações referentes à alfabetização são as contidas nas políticas desportiva, de acção social escolar e de juventude. Em suma, o plano estabelece como orientações fundamentais a promoção do desporto escolar e juvenil, através de uma ampla campanha de esclarecimento e de difusão e utilizando as instalações existentes; a incrementação da acção social escolar (residências, transportes, cantinas, bolsas); e o fomento e apoio das actividades culturais, artísticas e de natureza social.

## NOVAS, MELHORES E MAIORES UNIVERSIDADES

O ensino superior parece ter sido o que mereceu mais atenção por parte dos autores do plano, dirigindo-se as medidas a adoptar no seu âmbito à democratização do acesso às Universidades, à inserção destas na sociedade, à sua expansão e regionalização, à racionalização nos aspectos de gestão, à formação de pessoal e à investigação científica.

Para a democratização do acesso ao ensino superior, o plano estabelece a revisão dos exames «ad hoc», «no sentido de os tornar menos um sucedâneo dos exames do curso secundário», e a criação de uma comissão encarregada de estudar a instalação em Outubro de 1975 de uma Universidade aberta, acessível a pessoas sem as habilitações académicas convencionais, utilizando a TV directa, a rádio, a Imprensa, videocassettes e os cursos por correspondência.

A colaboração na criação do serviço cívico estudantil e na organização de cursos de reciclagem e de extensão universitária constituem, por sua vez, as mais importantes das medidas tendentes a integrar a Universidade na sociedade.

O plano estabelece também a criação de novas escolas e cursos: a escola de jornalismo; cursos de formação paramédica; um instituto nacional de pedagogia; e, sobretudo, a criação de uma Universidade à distância, utilizando meios audiovisuais e ensino por correspondência e apoiando-se em centros regionais. Por outro lado, aponta-se para a integração de escolas já existentes no ensino oficial e para a integração no ensino superior dos institutos industriais e comer-

ciais, permitindo a atribuição dos títulos de bacharel e de licenciado.

A regionalização do ensino superior será tentada através da ampliação da rede de centros regionais, que constituam canais de acesso das populações regionais ao ensino pós-secundário e ao mesmo tempo funcionem como polos de desenvolvimento e de fixação de elites culturais, técnicas e científicas.

Reconhecendo as carências do ensino superior em pessoal docente, o plano determina, além de medidas tendentes a uma racionalização da gestão do pessoal existente, medidas dirigidas à formação de novos professores, as quais vão desde a criação de cursos de pós-graduação ou cursos destinados a docentes para o próximo ano, em institutos anexos às universidades, até à canalização de auxílio técnico e científico de países estrangeiros, para formação de novos docentes.

Por último, o plano refere a investigação científica, mobilizando para ela as potencialidades resultantes da abertura de relações políticas e culturais com países de que estávamos desligados e bem assim o auxílio da Unesco e outras organizações internacionais. Ao mesmo tempo, estabelece-se que toda a actividade neste capítulo se organiza de forma a racionalizar e moralizar a utilização dos dinheiros públicos e com vista a integrar a investigação que se processa sob a tutela do M. E. C. nos planos a traçar à escala nacional, de acordo com as necessidades do País.

esfera — E

## prefira a indústria nacional

Todo o português deve ajudar o seu país. Ele precisa das suas economias.

Não guarde o dinheiro em casa.

O governo confia em si e Você deve confiar nele.

No entanto para os seus títulos de crédito, para os seus documentos, jóias ou outros valores nós fabricamos cofres de todas as dimensões. Somos uma empresa inteiramente nacional. Servimos a indústria portuguesa há mais de um quarto de século. Consulte-nos.



**EDUARDO FRANCO**  
COFRES E PORTAS-FORTES

Praceta Dr. Valle Domingues, 3  
Telefs. 21 58 87-63 93 58 DAFUNDO



## EXPORTA

OBJECTIVOS 1975: 90 MIL CONTOS

— ESTE É MAIS UM EMBARQUE

DOS 4000 VEÍCULOS CASAL

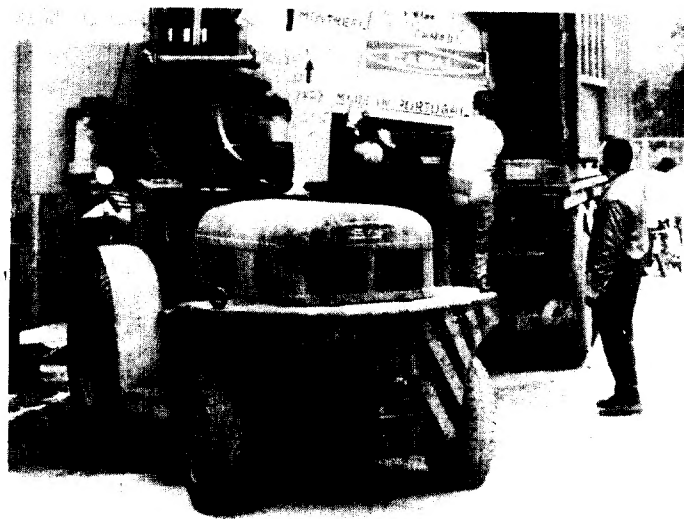
PARA O CANADÁ EM 1975.—

NO ESTRANGEIRO PREFEREM A **CASAL** E VOCÊ?...

**CASAL** É A MOTORIZADA VERDADEIRAMENTE **NACIONAL**

POR ISSO... E PORQUE É DE **SUPERIOR QUALIDADE** **PREFIRA-A**

(PREFERINDO-A, VOCÊ ESTÁ A AJUDAR-SE A SI MESMO, FAZENDO UM **PORTUGAL MAIOR**)





# Títulos do Tesouro para a Reconstrução Nacional

juro de **10%** com prémio  
no reembolso  
total isenção de impostos

subscrição em todas as  
nossas dependências  
espalhadas pelo país

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**  
INSTITUTO DE CRÉDITO DO ESTADO

esfera — e

## UMA RESOLUÇÃO PARA CADA CASO

A qualquer hora do dia  
ou da noite,  
emita as suas mensagens,  
cotações, publicidade, posição  
de produtos, receitas, etc.  
A-ZET uma presença  
incondicional na sua ausência.

Para as suas chamadas  
interurbanas ou internacionais,  
conte com o PRESTOPHON  
— um marcador automático,  
com capacidade para  
20 números,  
de simples manejo, eficiente,  
que lhe elimina gastos inúteis,  
pois não necessita de discar  
constantemente, mas antes  
carregar num simples botão.

Consigo na sua empresa  
a disponibilidade  
ALIBINOTA — um avançado  
atendedor automático  
que lhe regista: relatórios,  
ordens, encomendas,  
mensagens, sem limite de tempo.

Se a sua vida o obriga  
a constantes deslocações, confie  
a sua ausência a ALIBICORD —  
ele é a sua secretária fiel  
que lhe regista todas  
as mensagens, as pessoas  
que o contactaram, etc.

**eural**

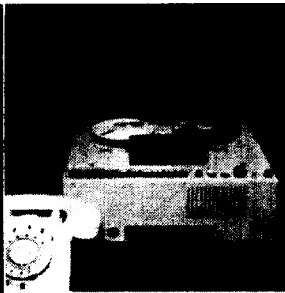
sociedade europeia de comércio geral de importação e exportação, lda.  
rua rodrigues sampaio, 21-6.º esq. — telef. 53 69 31/2 — LISBOA



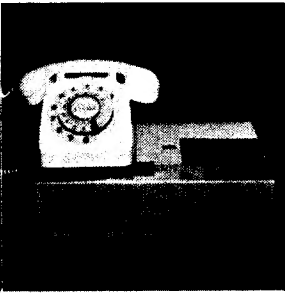
A-ZET



PRESTOPHON



ALIBINOTA



ALIBICORD

**...SÓ NÃO LHES  
PERGUNTO SE  
DORMIRAM BEM.  
SERIA  
UM PLEONASMO!**



Chamo-me Rita  
e trabalho no serviço de  
despertar do Sheraton.

Eu e os meus colegas  
gostamos de saber tudo  
sobre os nossos clientes:

A que horas se levantam, o que é  
que preferem para o pequeno  
almoço, onde é que o tomam...

Você, que é um português  
conhecedor das melhores  
coisas que o mundo lhe  
pode oferecer,  
é um juiz cuja presença  
desejamos.

Faça a sua marcação.

**O SERVIÇO TEM  
A GARANTIA  
INTERNACIONAL  
SHERATON**



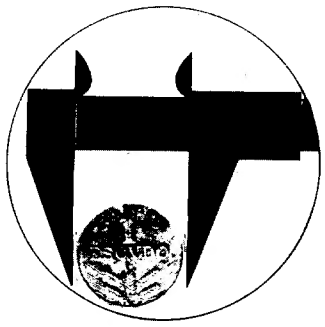
60114-5111-05



**Lisboa-Sheraton Hotel**

Rua Latino Coelho, 1 Lisboa-1

Para reservas, telef.: 563911  
ou consulte o seu Agente de Viagens



## TRABALHO, AUSTERIDADE E DISCIPLINA

Continuação da pág. 3

ternos (e recorrerá menos se a poupança nacional fosse coisa que se visse).

Vivemos envolvidos na crise do mundo capitalista. As importações aumentaram de preço (e as exportações menos, ou até muito menos). Exportamos também menos, pois os nossos parceiros tradicionais debatem-se com a recessão económica. As receitas turísticas estão em quebra. Temos dificuldades na obtenção de crédito externo em virtude da situação dos mercados financeiros internacionais. Logo, a nossa balança de pagamentos apresenta um «deficit» considerável: mais de 15 milhões de contos no ano passado.

A descolonização condiciona a nossa própria sobrevivência — quem o nega? Entretanto, «a curto prazo (...) desencadeia toda uma série de ajustamentos difíceis na economia», com os ex-militares que regressam e têm que ter emprego, com a necessidade de reorientar os recursos outrora aplicados na guerra («que produzem bens para os vastos contingentes em guerra»), com a possível quebra nas exportações portuguesas para os países territórios descolonizados, originada esta, se chegar a dar-se, pelas convulsões à data do início da descolonização. E não pode esquecer-se que temos de ajudar os novos Estados em formação. Já os ajudamos, aliás: mais de 2 milhões de contos para Moçambique, quase um milhão para Cabo Verde.

Enfim, o termo do regime caetanista saldou-se por muitos ganhos, mas nota-se «um certo clima de incerteza», uma «falta de confiança difícil de combater» (nos chamados «agentes económicos»: fontes de financiamento, empresários, etc.). E igualmente se nota «um nível demasiado exigente de expectativas e aspirações no plano das condições materiais de vida», pressionando o País com tensões «nem sempre construtivas e criadoras». É um aviso. Delicado? Em todo o caso um aviso.

Espera-se um reduzido crescimento no produto nacional. Esse crescimento não será bastante para colmatar a brecha resultante de termos de produzir mais e exportar mais para pagar as mesmas importações dos anos anteriores (importações que, repetimos, estão mais caras). A economia portuguesa, no seu conjunto, «está mais pobre este ano».

Virão benefícios, sim, da diminuição das despesas militares, já iniciada em 1975, da quebra do isolamento internacional e da capacidade de mobilização nacional possibilitada pela nova situação.

### UM PLANO DE TRANSIÇÃO

Um plano, um verdadeiro plano, não era coisa com que o Governo pudesse comprometer-se neste momento. Isso implicaria «a realização de objec-

tivos precisos e metas quantitativas a médio prazo».

Estamos perante «um compromisso que justifica a designação de Plano de Transição»: não só as medidas e projectos adoptados têm em conta alguns aspectos de problemática de médio prazo, como — importante — há que «deixar ao Governo que sair das eleições legislativas um começo de resolução de problemas e bases estruturais sólidas e partir das quais possa trabalhar, além de planos e projectos que poderão por ele ser revistos, mas (que) lhe fornecerão material indispensável à sua actuação». Os redactores do Plano Económico usam nesta passagem uma curiosa figura de estilo: «não pode, com efeito, haver parêntesis na tarefa de preparar o futuro». E não pode.

Muita coisa constante do Plano Económico é para um «horizonte de três anos»: realizar-se-á até 1978. Realizar-se-á forçosamente no esquema de uma democracia parlamentar, pois para ela apontam as eleições de 12 de Abril (e, convenha-se, as subsequentes). Acrescentar que este programa, de transição embora, condicionará a política portuguesa até àquela data, parece-nos redundante: sucede até que não é domínio virgem nos comentários dos observadores mais atentos.

A adopção de objectivos e o planeamento pormenorizado dos investimentos públicos do Plano Económico «terão o horizonte de um ano» mas serão enquadrados «numa perspectiva temporal mais longa que melhor os possa situar». Serão realizadas projecções de evolução económica geral para um período de três anos, o que conduzirá a apresentar «objectivos tendenciais» para rever ao fim de um ano. O leitor comum apreciará saber que esses objectivos tendenciais já irão deixando entrever «melhorias futuras da situação económica».

Resumindo, em matéria de política económica e social a acção do Governo, «e portanto do próprio Plano», tem como princípios orientadores fundamentais:

- O controlo do poder económico pelo poder político;
- a definição de uma política económica e social que ponha os recursos nacionais ao serviço da melhoria das condições de vida da população portuguesa, sobretudo da mais desfavorecida e da trabalhadora em geral;
- a prossecução de uma política de independência nacional;
- Num plano mais imediato há objectivos concretos. E são:
  - A garantia de um nível de emprego «elevado e estável»;
  - a estabilização do processo inflacionista e a sua progressiva redução;
  - a melhoria da distribuição do rendimento e do produto nacionais;
  - a diminuição do desequilíbrio das balanças comercial e de pagamentos.

Continuação da pág. 5

medidas em vista, o texto aborda o problema da gestão das participações do Estado. Aqui — diz — há que começar com pragmatismo, tendo em conta realidades já existentes e dando tempo para se realizar uma certa experimentação antes de se consagrarem definitivamente pesados esquemas institucionais».

Ao nível de cada grande sector de actividade onde o Estado detenha participações significativas, e a que corresponda um departamento governamental de tutela (Ministério ou Secretaria de Estado), deverão criar-se instituições dotadas de grande autonomia gestora, orçamental e orientadora em geral. Desde já está decidida a criação de instituições deste tipo para a indústria (Instituto Nacional de Promoção Industrial) e as pescas.

Também será criado um instituto de participações estatais que, em estreita ligação com a orgânica de planeamento, coordene os aspectos gerais da política de intervenção estatal, no sector produtivo; e uma empresa pública de auditoria, à qual caberão as funções de fiscalização contabilística das empresas do sector público.

### O ESPECTRO DA INFLAÇÃO

Ao fazermos a nota de leitura, breve que fosse, da introdução ao Programa de Política Económica e Social, tivemos ocasião de sublinhar o cuidado, a ponderação com que o Governo encara o processo inflacionista. Uma alínea das «Políticas Globais» é-lhe dedicada.

O combate à inflação deverá assentar, segundo este texto programático, nos seguintes seis pontos:

- promoção de um adequado ajustamento da despesa global aos recursos disponíveis, com a disciplina da emissão de moeda e do sistema de crédito, a contenção das despesas públicas («ainda que com sacrifício de algumas necessidades importantes»), a elevação da tributação de alguns consumos menos essenciais) e a aplicação de rigorosos critérios selectivos na escolha de investimentos;
- política de fiscalização directa de preços dos bens e serviços de maior consumo (alimentação, saúde, transportes, habitação, educação, etc.);
- lançamento de actuações para promoção do rápido desenvolvimento da oferta de bens e serviços mais essenciais (produtos alimentares e habitação à cabeça);
- disciplina de actuação e apertado controlo das formas monopolísticas e oligopolísticas de mercado e das práticas restritivas de concorrência;
- aperfeiçoamento e racionalização dos circuitos de distribuição dos bens e serviços mais essenciais e implantação de uma política de informação e defesa do consumidor;
- e promoção de uma política de evolução ordenada dos rendimentos, nomeadamente no que se refere à subida de salários e lucros e à adopção de esquemas de poupança ligados a algumas dessas subidas.

### O RENDIMENTO

Se em todos os capítulos do

Plano Económico é manifesta a intenção de defender os interesses dos mais desfavorecidos, de qualquer modo a alínea dedicada à política de repartição do rendimento abre com a tripla referência à eliminação das formas extremas de pobreza com garantia de um mínimo social de nível de vida, protecção às classes de mais baixo rendimento e procura de maior igualdade na distribuição (do rendimento).

Há aqui a considerar a distribuição entre rendimento do trabalho e do capital. O plano, depois de lembrar a instituição do salário mínimo nacional e os aumentos salariais ocorridos nos primeiros meses subsequentes ao 25 de Abril, diz claramente: «Na actual situação de crise não é porém, possível esperar que novas progressões significativas possam ter lugar num futuro próximo». Que caminho então? A «evolução gradual» de maneira a não se criarem «situações de ruptura».

Com efeito — acrescenta o texto — «o aumento demasiado brusco dos custos salariais pode tornar inviável a subsistência de muitas empresas de menor produtividade ou sujeitas a forte concorrência externa, agravando a crise de desemprego, com reflexos extremamente sérios para a classe trabalhadora, que não poderão ser evitados com a mere proibição de despedimentos». A progressão média dos salários deve ligar-se à evolução dos preços «através de revisões periódicas». Aumentam neste momento os salários de modo rápido? Pois há que instituir esquemas de poupança associados a eles, com exclusão, bem entendido, daqueles que se refiram a salários mais baixos.

Através da fiscalidade, das despesas de segurança social e dos subsídios pode operar-se uma solução que é a da transferência de rendimento. A fiscalidade aponta para a maior justiça redistributiva; a segurança social para a protecção à primeira infância, prestações familiares em ligação com o rendimento do agregado familiar, subsídio de desemprego (entretanto criado) e generalização e melhoria de pensões de velhice. O Governo compromete-se, entretanto, a continuar a utilizar «subsídios de suporte» aos preços dos bens mais essenciais — protegendo o poder de compra da maioria da população.

### O INVESTIMENTO

A promoção do investimento deve representar «um dos aspectos fundamentais da política económica nacional» — lê-se na página 53. Mas, atenção, se se desenvolverem as tendências que têm estado a manifestar-se para a quebra do investimento, então «a economia portuguesa corre grandes riscos». É ocioso pormenorizar esse quadro «negro».

Assim, o investimento público «terá de ser consideravelmente acelerado», envolvendo sobretudo o lançamento de programas de habitação social; a execução de projectos nas obras públicas, nos transportes, nas comunicações, na indústria, na agricultura, na pesca e na comercialização; a prossecução do complexo de Sines (reajustado); o estabelecimento de escalas de prioridade dos diversos investimentos; a mobilização de meios financeiros bastantes para fazer face às responsabilidades do sector público no domínio do investimento (com o aumento da poupança desse mesmo sector público, com as emissões de empréstimos públicos internos, enfim com a negociação de empréstimos externos); a promoção de uma maior racionalidade e produti-

vidade na execução e gestão dos empreendimentos públicos; a adopção de políticas de preços (nas empresas públicas) mais realistas; e o estabelecimento de uma gestão coordenada dos investimentos públicos no sector produtivo.

«O investimento privado» — defende o plano — «deverá continuar a desempenhar um papel importante na dinamização da actividade económica nacional». Aliás, a intervenção do Estado através de investimentos directos no sector produtivo ficará confinada a um conjunto de regras definidas (e mesmo a hipótese de nacionalização a que se refere o Decreto n.º 660/74 respeita somente a empresas cuja falência tenha sido evitada, por motivos de interesse nacional, à custa de recursos da colectividade).

O Estado continuará a influenciar a actividade de empresas privadas através da política de crédito e do mercado de capitais, através também das políticas fiscal, de comercialização, de trabalho, de relações económicas externas, etc. Controlar-se-ão, sim, os abusos do poder económico, e combater-se-á a fraude (e as irregularidades de qualquer espécie), além de se ir promover maior justiça social e maior equidade na distribuição dos rendimentos. No mais a iniciativa privada pode e deve avançar.

Mesmo a estrangeira, que se não vai dispensar desde que se enquadre nas orientações agora traçadas. O Governo «reafirma», a propósito, «o seu interesse na entrada de novos investimentos estrangeiros e na existência de outras formas de cooperação com empresas estrangeiras, e manifesta a sua intenção» (eis a novidade) «de publicar em breve um código do investimento estrangeiro». Investidores estrangeiros deixarão de poder entrar nos bancos, nos meios de Informação, no sector de produção e distribuição de energia eléctrica, e bem assim nas actividades interessando fundamentalmente à defesa do Estado. Capital maioritário português passa a exigir-se para os tabacos, adubos, indústrias básicas em que o Estado tenha que ter pelo menos 51 por cento do capital, cervejas, cimento, especialidades farmacêuticas, pasta para papel, metalomecânica pesada, transportes, seguros, publicidade e quaisquer actividades que operem (ou operariam, se não fossem restringidas, como vão ser) em regime de exclusividade ou concessão.

### MAIS IMPOSTOS SOBRE OS MAIORES RENDIMENTOS

No domínio da política fiscal, e já com o ganho do Decreto-Lei n.º 375/74, que alguma coisa ajustou, esperam-se novas medidas «dentro de um prazo relativamente curto». Falámos atrás no sistema de identificação dos titulares de acções ao portador; é uma delas. Mas há ainda, em perspectiva, coisas como:

- a elevação do imposto complementar sobre os lucros não distribuídos das sociedades;
- o aperfeiçoamento do sistema de imposto de sucessões e doações;
- a revisão geral sisa, a que nos referimos mais adiante;
- a revisão das taxas da contribuição predial, idem, e das taxas de outros impostos;
- o estudo da possibilidade de tributar mais pesadamente as residências secundárias (casa de campo, casa de praia, segunda casa...);
- o agravamento da tributação indirecta sobre alguns

bens e serviços considerados menos essenciais;

— a simplificação do actual sistema de impostos destinados às autarquias locais;

— o combate à evasão fiscal (extremamente pormenorizado no plano e indiciando grande atenção ao problema);

— e o alargamento do Serviço de Informações Fiscais.

Isto é o imediato. O mediato inclui, entre outras novidades, a instituição do imposto único progressivo sobre o rendimento das pessoas físicas e também de um imposto único sobre o rendimento das pessoas colectivas, em substituição do actual imposto sobre os rendimentos; o alargamento do campo da tributação das mais-valias para se conseguir uma tributação tão completa como possível de todos os ganhos obtidos em transacções de bens patrimoniais que se valorizaram «para além do que seria normal»; e a realização de estudos sobre a eventual introdução do imposto sobre a riqueza, que já existe em vários países oeste-europeus.

### E PRONTO, A BOLSA VAI MESMO ABRIR

Uma penúltima alínea é dedicada à política de despesas públicas, toda ela orientada para a contenção, para a redução, para o controlo limitativo, com influência no próprio Fundo de Abastecimento, cujos «deficits» são para combater.

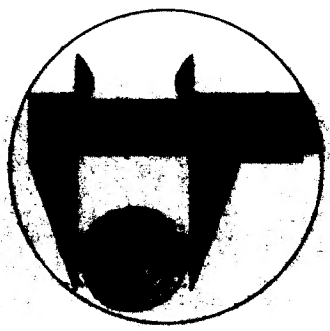
Acerca do derradeiro ponto — política de crédito e do mercado de capitais — o essencial já foi tocado, ou pelo menos parte do essencial. Mas tem interesse pormenorizar os parâmetros orientadores, que são quatro:

- permitir a evolução da circulação monetária em harmonia com as necessidades de expansão da economia e de combate ao desemprego;
- evitar a criação de liquidez excessiva (dinheiro a mais) que possa contribuir para o reforço, no âmbito creditício, das tensões inflacionárias;
- assegurar que os recursos financeiros disponíveis serão utilizados de forma selectiva em aplicações «de real interesse para o progresso económico e o mais justo equilíbrio social do País»;
- e contribuir para o estímulo da poupança.

O Governo acha curial deixar que o volume do crédito bancário cresça correspondentemente às necessidades de funcionamento equilibrado da economia. Um crescimento anormal levaria, pois, à disfunção. De qualquer modo o Estado reforçará a disciplina e a fiscalização sobre as instituições de crédito, instituições par bancárias e empresas seguradoras (aliás quer rever a legislação básica da indústria seguradora), e controlará ainda as aplicações em empresas imobiliárias. Delitos apurados resultarão em penas mais duras que as actuais.

Empresas de interesse para a economia nacional, para as quais sejam, dado o risco de falência, elaborados planos de reconversão e de fiscalização sobre as aplicações dadas aos fundos mutuados, terão apoio do crédito, quando for possível montar esse esquema de actuação.

A bolsa, como em tempo noticiámos, reabrirá logo após a publicação da legislação sobre o registo obrigatório das acções de sociedades anónimas e a promulgação de disposições adequadas sobre a intervenção das instituições de crédito e par bancárias no mercado de títulos, mas o seu regulamento irá ser revisto com o fito na protecção da pequena e média poupanças.



# POLÍTICA DE CONTROLO DO PODER ECONÓMICO

Por  
JOÃO CRAVINHO

O controlo do poder económico é a trave mestra de todo o processo de democratização actualmente em curso. Com efeito, será nesse campo que em última análise se fará a prova da natureza do «25 de Abril» e das transformações a que ele vem dando lugar sob o comando do M.F.A. Via original para a institucionalização de um Estado democrático e progressivo, necessariamente ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras em todos os domínios e definitivamente contra o poder dos monopólios? Caminho de «aggiornamento» e, após dilatados sobressaltos, de consolidação de um sistema essencialmente colocado ao serviço de estratos da população que continuarão a acumular privilégios e benefícios em detrimento sistémico da grande maioria do povo português?

Estamos ainda tão obviamente dentro dos terrenos em que esta encruzilhada se terá de resolver que só os ingénus pensarão a questão já ultrapassada.

Bem pelo contrário, estamos numa fase decisiva da luta por essa opção, tão decisiva que à defesa de uma ou outra saída se deverá reconduzir o essencial das múltiplas confrontações que dominam a vida portuguesa nos seus mais variados aspectos.

É neste contexto que a política de controlo do poder económico assume todo o seu relevo, sendo legítimo considerá-la a mais importante de todas as peças que integram o Programa de Política Económica e Social.

Analisando este documento, começa por notar que ele admite explicitamente que o *controlo do poder económico deve ser visto numa perspectiva revolucionária evolutiva*.

Pelo menos, é o que resulta claramente de uma análise do texto, nomeadamente, do seguinte passo da introdução (pág. 9): «O que, (portanto), o «25 de Abril» trouxe de novo, foi a determinação de pôr em marcha uma «nova política económica e social» que orientará o País no sentido de uma *sociedade mais igualitária e mais justa*».

Para além disso, as transformações revolucionárias operadas na sociedade portuguesa trouxeram, ainda de novo, a vontade política do prosseguimento de uma «estratégia antimonopolista» instrumento essencial para se vir a alcançar realmente uma sociedade profundamente democrática e progressista, tanto no plano político como económico e social.

A adopção daquela estratégia significa, de facto, o *controlo e orientação do poder económico pelo poder político*, chave da estratégia antimonopolista, representa, por si só, uma reforma muito funda do sistema. Reforma que não desejamos que se produza de modo brusco e violento, mas



que nem por isso é menos revolucionária.

«Não se trata, portanto, de «moralizar» o exercício do poder económico impedindo as fraudes da mais variada sorte que caracterizam o sistema. Trata-se, sim, de garantir os fundamentos de uma sociedade verdadeiramente democrática pela aplicação de uma estratégia antimonopolista. Este mesmo facto aparece realçado no capítulo referente à natureza e objectivos do Plano Transição quando se aponta o «controlo do poder económico pelo poder político, dentro do objectivo mais geral de construção de uma autêntica democracia económica» como o primeiro dos princípios orientadores fundamentais da acção do Governo em matéria de política económica e social e, portanto, do próprio Plano.

Apesar de indicações tão claras não faltarão as interpretações «moralistas» arvoradas em critérios delimitadores da aplicação da referida política. Estas interpretações poderão apoiar-se na citação de algumas frases propícias incluídas no próprio Programa. Não é de estranhar que tal suceda nas circunstâncias em que decorre o processo de democratização. Todavia, é preciso ter presente que não se poderá prolongar por muito mais tempo a promiscuidade indiferenciada dos velhos valores, ainda que com nova capa, e das novas aspirações.

Quais serão, pois, as finali-

dades de uma política antimonopolista? Num plano meramente lógico é inegável que essa política terá de visar:

— o controlo dos centros neurálgicos dos monopólios, ou seja, da banca e outras instituições financeiras;

— a eliminação dos mecanismos de acumulação monopolística e a supressão da lógica de desenvolvimento monopolista pela intervenção *motora e dominante* do sector público ao nível da produção e da circulação no processo de crescimento.

A política de controlo preconizada pelo Programa toca uma vasta gama de áreas, desde a extensão do sector público e outros controlos directos até à gestão das participações do Estado passando pelo apoio às pequenas e médias empresas, a legislação sobre regras de concorrência, a revisão sobre a legislação sobre sociedades e o reforço da orgânica de planeamento.

Há aspectos francamente positivos, como o início da reforma agrária, a revisão da legislação sobre sociedades — se for entendida no sentido revolucionário que o Programa aparentemente *inculca* — e a franca intervenção do sector público na produção e circulação.

Quanto ao controlo da banca, embora reconheça que a fórmula adoptada não é em si mesma impeditiva do regular desenvolvimento da política de controlo, suspeito que por aí se encaminharão as principais preocupações e esperanças dos que pretendem reduzir o processo à «moralização» dos costumes económicos, deixando, no fundo, intocável o poder dos monopólios. É fácil de perceber que o controlo da banca é a *grande* medida antimonopolista. Sem ela todas as outras medidas dificilmente escaparão a um papel instrumental no projecto de consolidação dos privilégios monopolistas.

Não ponho agora a questão da nacionalização da banca que pode bem não ser oportuna. Mas ter-se-á assegurado um mínimo de clareza e eficácia no controlo da banca? Bastará nomear delegados sem apoio suficiente ao nível de toda uma máquina que deveria ultrapassar, de longe, o Banco de Portugal? Continuar-se-á a operar, como se vem verificando depois do 25 de Abril, o mesmo sistema de financiamento do desenvolvimento monopolista?

A brevidade deste comentário impede-me de desenvolver estas questões ou de abordar cada uma das medidas preconizadas. Todavia, não desejaria terminá-lo sem levantar uma questão de fundo. Inscrevendo-se o controlo do poder económico numa estratégia antimonopolista, haverá que atender a um facto elementar mas que tem sido amplamente escamoteado. E esse facto é que o crescimento económico deste País e a sua organização social, como em todos os ou-

tros países em sistema capitalista, têm sido dominados pelo processo de acumulação monopolista.

Se esse processo se imobilizar, por força de uma política antimonopolista, ou por outra razão, haverá que encontrar rapidamente uma saída positiva para a reconstrução da sociedade numa outra base ou então «recriar» as condições ainda favoráveis aos monopólios, vistas as novas circunstâncias. Isto é, uma política antimonopolista consequente, que não se dirija apenas a um objectivo transitório de camuflagem, implica uma opção socialista. Não me refiro neste momento, como é óbvio, a este ou aquele modelo concreto mas tão somente a *uma opção de princípio* que envolva a escolha de *um sistema anticapitalista*. Por mim, desejá-lo-ei adaptado à especificidade do caso português e amplamente original em muitos dos seus aspectos fundamentais.

Honra-lhe seja feita, o Programa agora aprovado não deixa de reconhecer esta questão fundamental quando afirma (págs. 9 e 10) que «se fala em estratégia ao colocar-se o problema do antimonopolismo, querendo com isto dizer-se que as mudanças a introduzir no sistema se projectam no tempo e obedecem a um plano terão em conta inúmeras variáveis tanto de natureza política como económica e social, e serão concebidas e realizadas em função de um projecto de sociedade».

Contudo a elaboração sistémica e coerente desse projecto de sociedade não deve obedecer, no caso português, a esquemas pré-estabelecidos, nem copiar modelos já existentes. A via portuguesa para a democracia e o progresso económico e social implica a adopção de «reformas revolucionárias», que sejam o reflexo da orientação socialista emergente do Programa do M.F.A. O modelo português de desenvolvimento a construir à medida que o processo histórico for avançando, resultará, assim, do dinamismo do próprio processo de transformação da sociedade portuguesa em que o M.F.A. representará o papel de vanguarda, com o concurso das restantes forças patrióticas e democráticas efectivamente interessadas num grande projecto nacional de reconstrução e de edificação de uma sociedade realmente livre, justa e progressiva».

É o que diz o Programa. Citação longa mas preciosa para se perceber a importância do controlo do poder económico e o seu reflexo na batalha que todos os dias se trava.

Que *projecto de sociedade* é? Democracia burguesa ou via original para o Socialismo? Vivemos um momento em que as escolhas ténicas com fraca margem para rectificações recuperadoras, pré-figuram a sorte dos grandes designios estratégicos.

## SEGURANÇA SOCIAL: REMEDIAR AS INJUSTIÇAS

As medidas de política de segurança social incluídas no Plano do Governo Provisório pretendem — segundo afirma o documento — construir gradualmente um sistema integrado, que estabeleça a transição entre um esquema baseado na capacidade produtiva por um outro em que se atenda à dignidade de cada pessoa e aos direitos sociais que lhe são inerentes.

A realização deste objectivo exige a generalização e uniformização da protecção social, o seu aperfeiçoamento e a criação de um novo suporte.

Para os autores do Plano, generalizar a segurança social implica, prioritariamente, o seu alargamento às camadas mais desfavorecidas da população, nomeadamente às que, por várias razões, se encontram desprovidas de quaisquer rendimentos ou nunca foram abrangidas durante a sua vida activa pelos esquemas de previdência existentes. Por sua vez, o aperfeiçoamento da protecção social exige a cobertura de todos os riscos sociais, nomeadamente aqueles cuja protecção é de deficiente — acidentes de trabalho e doenças profissionais e maternidade — ou inexistentes — o desemprego. E exige também uma racional utilização de todos os recursos, de forma a colocá-los ao serviço de toda a população.

No que respeita à estrutura de suporte da segurança social, o Plano estabelece que não serão estatizadas as instituições privadas «cuja natureza as situa fora do âmbito do sector público» desde que aceitem os objectivos da política social seguida e observem os prazos e condições mínimas e sejam geridas com a intervenção das comunidades, de forma a beneficiá-las efectivamente.

De acordo com estes princípios gerais, o Plano estabelece medidas sectoriais específicas, tendo em vista, por um lado, que a pessoa é titular do direito à segurança social nas diferentes fases etárias, independentemente da vinculação da criança, do jovem ou do idoso à família ou do trabalho à sua actividade profissional e por outro, que a família tem uma função especial.

Nesta ordem de ideias, surgem medidas relativas à primeira infância, juventude, família e população activa, terceira idade e grupos especiais.

### CRIANÇAS MULHERES E FAMÍLIA

A melhoria das condições de prestações em espécie às crianças das camadas e regiões mais desfavorecidas, quer durante a primeira infância, quer durante o período escolar, constitui a primeira medida de protecção à criança consagrada no Plano. Para a tornar efectiva, de modo a garantir uma alimentação racional mínima, e para a utilização de instituições existentes (como empresas públicas), para produção e comercialização de alimentos para crianças.

A titularidade do abono de família virá a ser redefinida o mesmo acontecendo com as condições e montantes das prestações, que passarão a ser independentes da situação laboral dos pais e dirigidas às necessidades específicas da infância e da juventude.

Para a criação de condições de subsistência da família du-

rante as horas de trabalho dos pais, o Plano indica três tipos de medidas: pagamento de salários às mães que queiram cuidar da educação de três ou quatro crianças de idade idêntica à dos seus filhos; criação de infantários, prioritariamente nas zonas de residência predominante de mão-de-obra feminina, de famílias unicelulares ou de população com carências especiais de saúde; e revisão das condições de aproveitamento e funcionamento dos infantários existentes.

Idênticas actuações estão previstas para benefício da juventude.

As medidas de segurança social referentes à família e população activa passam pelo desenvolvimento da protecção às mulheres na maternidade. Três tipos de medidas são apontadas: o cumprimento das normas internacionais (Convenção n.º 102 do Bureau International du Travail) que estabelece a obrigatoriedade de 90 dias de licença por parto para as trabalhadoras em meio urbano, e estudo da sua aplicação em meio rural; normas especiais de protecção ou alargamento do período de protecção anterior ao parto em profissões com características especiais; e definição de formas especiais de intervenção dirigidas à mãe solteira, com vista à eliminação de factores de marginalização.

Ainda no mesmo sector (família e população activa), o Plano visa consagrar o «apoio ao equilíbrio da vida familiar», designadamente através da criação de serviços de apoio domiciliário e de serviços de apoio à família a nível da colectividade, os quais podem resultar da reconversão de instituições existentes e da instalação de equipamento de utilização colectiva.

Ao mesmo tempo, aponta-se para a introdução gradual do regime de pensões de sobrevivência para toda a população.

Por outro lado, o Plano prevê que «a população se exprima quanto às linhas que deve tomar no nosso país a maternidade e a paternidade responsáveis, tomando conta uma política que enquadre o planeamento familiar na crescente melhoria do estatuto das mulheres (...)

Por último, estabelecem-se medidas tendentes ao aperfeiçoamento da protecção na incapacidade temporária para o trabalho, que vão desde a atribuição de subsídios pecuniários em todas as situações deste tipo (designadamente resultantes da necessidade de reabilitação e reciclagem), à celeridade do processo e moralização da utilização passando pela adequação do sistema de protecção à tuberculose a outros tipos de doença de longa duração e de maior acuidade de nos nossos tempos.